

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

PAMELA FLORES ESTOCERES

**NEOLIBERALISMO: ANÁLISE DOS IMPACTOS NA ECONOMIA BRASILEIRA
SOB O GOVERNO DE FERNANDO COLLOR DE MELLO (1990-1992)**

Porto Alegre

2022

PAMELA FLORES ESTOCERES

**NEOLIBERALISMO: ANÁLISE DOS IMPACTOS NA ECONOMIA BRASILEIRA
SOB O GOVERNO DE FERNANDO COLLOR DE MELLO (1990-1992)**

Trabalho de conclusão submetido ao curso de Graduação em Ciências Econômicas da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Economia.

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Ernesto Filippi

Porto Alegre

2022

CIP - Catalogação na Publicação

ESTOCERES, PAMELA FLORES
NEOLIBERALISMO: ANÁLISE DOS IMPACTOS NA ECONOMIA
BRASILEIRA SOB O GOVERNO DE FERNANDO COLLOR DE MELLO
(1990-1992) / PAMELA FLORES ESTOCERES. -- 2022.
94 f.
Orientador: Eduardo Ernesto Filippi.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade
de Ciências Econômicas, Curso de Ciências Econômicas,
Porto Alegre, BR-RS, 2022.

1. Neoliberalismo. 2. Consenso de Washington. 3.
Collor. 4. Impeachment. I. Filippi, Eduardo Ernesto,
orient. II. Título.

PAMELA FLORES ESTOCERES

**NEOLIBERALISMO: ANÁLISE DOS IMPACTOS NA ECONOMIA BRASILEIRA
SOB O GOVERNO DE FERNANDO COLLOR DE MELLO (1990-1992)**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Ciências Econômicas da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Economia.

Aprovada em: Porto Alegre, ____ de _____ de 2022.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Eduardo Ernesto Filippi – Orientador

UFRGS

Profa. Dra. Marcilene Aparecida Martins

UFRGS

Prof. Dr. Róber Iturriet Avila

UFRGS

Em 2022 completa 30 anos que o ocorreu o primeiro impeachment oficial de um presidente brasileiro. O cenário, que marcou gerações até hoje, é lembrado com duplo sentimento. Por um lado, a esperança pela recuperação econômica marcada por elevados índices de inflação com remarcações de preços que ocorriam diariamente e, por outro, a desilusão de uma população que viveu com seu dinheiro confiscado por um ano e meio. Além disso, os sinais de corrupção que marcavam aquele governo e a crise econômica fizeram com que multidões fossem às ruas pedir o impedimento do então presidente. Embora eu ainda não tivesse nascido durante o governo em questão, por onde passo escuto histórias de pessoas que viveram nesse tempo e argumentam que foi um período extremamente difícil. Minha curiosidade se motivou em querer entender o ocorrido naquela época e ir atrás das raízes que levaram um candidato pouco conhecido nacionalmente à presidência da república ser admirado durante sua campanha e rejeitado após seu curto período de governo.

Da autora.

“Eu podia comparar a ambição às flores que primeiro abotoam e depois desabroçam”.

Machado de Assis.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer ao meu orientador professor Dr. Eduardo Ernesto Filippi, obrigada por todo apoio, orientação e aprendizado durante a vida acadêmica.

Aos professores Drs. Marcilene Aparecida Martins e Róber Iturriet Avila por aceitarem o convite de participação nesta banca e todo conhecimento repassado.

À minha mãe Mariza por ser uma mulher incrível e sempre acreditar nos meus sonhos. Obrigada por me incentivar a correr atrás dos meus objetivos e jamais desistir. Mãe, você é meu exemplo, sempre foste uma mulher guerreira e admirável.

Às minhas irmãs Priscila, Alice, Estefanny e sobrinha Kérolin, que sempre estiveram do meu lado, me incentivando.

Ao meu namorado Carlos, que esteve comigo nesta jornada e prestou todo o suporte para que pudesse me dedicar na criação deste trabalho.

Às amigas e amigos que cultivei ao longo da minha vida e muitas vezes foram minha família.

Aos líderes e colegas de trabalho que sempre me incentivaram a seguir com os estudos.

Obrigada a todos vocês, serei eternamente grata!

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar as políticas Neoliberais que marcaram o governo de Fernando Collor de Mello no Brasil durante o início dos anos 1990. O estudo em questão foi realizado com base na literatura e através de dados secundários para compreensão do contexto histórico. Durante os anos 70 ocorreu o renascimento de um pensamento político e econômico conhecido como Neoliberalismo. Esta doutrina defende a intervenção mínima do Estado na economia, nasce em contrapartida às políticas denominadas Welfare State, onde o Estado era promotor do desenvolvimento econômico e estava à frente das políticas sociais. Com a crise do petróleo, o Neoliberalismo se propagou pela Europa e Estados Unidos como forma de recuperação da crise que havia se instalado nesses países. O Consenso de Washington, uma espécie de receituário com medidas atreladas ao Neoliberalismo que continha a fórmula para recuperação econômica, foi criado devido ao crescimento gradativo da dívida externa e aos altos níveis de inflação. Nesse cenário surge uma figura pouco conhecida nacionalmente mas que ganhou destaque rapidamente e dizia ser o único capaz de recuperar a economia brasileira, Fernando Collor de Mello. Collor assumiu a presidência do Brasil em 1990, instituiu os planos Brasil Novo, Collor II e Marçílio na área econômica, que tiveram forte influência das medidas postuladas pelo Consenso de Washington e Neoliberalismo. O governo Collor foi marcado pelo bloqueio da liquidez dos ativos financeiros, abertura comercial, privatizações de empresas estatais e outras medidas que tinham objetivo de conter a inflação que assolava a economia brasileira. Em 1992, Collor sofreu um processo de *impeachment* devido à acusação de esquema de corrupção.

Palavras-chave: Neoliberalismo. Consenso de Washington. Collor. *Impeachment*.

RESUMEN

El presente trabajo tiene como objetivo analizar las políticas Neoliberales que marcaron el gobierno de Fernando Collor de Mello en Brasil en la década de 1990. El estudio en cuestión se realizó con base en la literatura y por medio de datos secundarios para comprender el contexto historial. Durante la década de 1970 hubo un renacimiento del pensamiento político y económico conocido como Neoliberalismo. Esta doctrina que defiende la mínima intervención del Estado en la economía nació en contraposición a las políticas denominadas Welfare State, pues el Estado era promotor del desarrollo económico y estaba al frente de las políticas sociales. Con la crisis del petróleo, el Neoliberalismo se extendió por Europa y Estados Unidos como una forma de recuperarse de la crisis que se había instalado en estos países. América Latina atravesaba momentos convulsos con la deuda externa que iba creciendo y los altos niveles de inflación, así se creó el Consenso de Washington, un tipo de receta con medidas ligadas al Neoliberalismo que contenía la fórmula de la recuperación económica. En ese escenario, apareció una figura poco conocida a nivel nacional, pero que rápidamente ganó protagonismo y afirmó ser el único capaz de recuperar la economía brasileña, Fernando Collor de Mello. Collor asumió la presidencia de Brasil en 1990, en el área económica instituyó los planes Brasil Nuevo, Collor II y Marcílio, los cuales estuvieron fuertemente influenciados por las medidas postuladas por el Consenso de Washington y el Neoliberalismo. El gobierno Collor estuvo marcado por el bloqueo de la liquidez de los activos financieros, la liberalización comercial, privatización de empresas estatales, entre otras medidas que buscaban contener la inflación que azotaba la economía brasileña. En 1992, Collor fue acusado de un plan de corrupción.

Palabras clave: Neoliberalismo. Consenso de Washington. Collor. *Impeachment*.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - A crise econômica dos anos 1970-1980: inflação e desemprego nos Estados Unidos e Europa.....	17
Figura 2 - Parcela da renda nacional na posse do 0,1% da população, Estados Unidos, França e Reino Unido.....	21
Figura 3 - Mapa das eleições de 1989 – 1º Turno	34
Figura 4 - Mapa das Eleições de 1989 – 2º Turno	35

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 - Salário-mínimo: Taxas Mensais Reais.....	48
Gráfico 2 - Evolução dos preços da Cesta Básica e do Salário-mínimo a preços constantes..	51
Gráfico 3 - Percentual de cada empresa no total arrecadado nas privatizações de 1991-1992 ...	60
Gráfico 4 - Inflação e crescimento do Produto Interno Bruto - PIB - Brasil - 1901-2000	62
Gráfico 5 - Efeitos dos Planos Econômicos sobre vendas e produção industrial – 1986 - 1991	66
Gráfico 6 - Nível de emprego na indústria paulista – jan- mar/91	66
Gráfico 7 - Inflação maio 1990 – dezembro 1991 (IPCA %).....	67
Gráfico 8 - Avaliação do governo Collor – 1990 -1992.....	80
Gráfico 9 - Manifestações de massa: Total de eventos, eventos completos e participantes....	83

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Preposições Consenso de Washington	23
Tabela 2 - Resumo das reformas na América Latina nos anos 1980.....	24
Tabela 3 - Número de pobres e incidência da pobreza absoluta – 1980 - 1990	33
Tabela 4 - Principais Medidas Provisórias do Plano Collor.....	41
Tabela 5 - Cruzados Novos Convertidos	45
Tabela 6 - Ajuste fiscal estimado pelo plano (% PIB).....	47
Tabela 7 - Dívida Mobiliária Federal – Brasil.....	49
Tabela 8 - Gasto Consolidado nas diferentes áreas de política Social.	56
Tabela 9 - Indicadores, índices, IDH e classificação do desenvolvimento humano no Brasil (1990 – 2003)	57
Tabela 10 - Tarifa Nominal Média (Ponderada pelo valor Adicionado de Livre-Comércio), por setor – 1987 -1998 – em %	68
Tabela 11 - Indústria Brasileira: Evolução da Produção Física.....	70
Tabela 12 - Participação dos Macro Setores no Emprego: 1990-1999	70
Tabela 13 - Balança Comercial: Exportações e Importações (US\$ Milhões)	71
Tabela 14 - Participação das exportações brasileiras no Mercosul e no resto do mundo -1990-1998	74

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALADI - Associação Latino-Americana de Desenvolvimento e Integração
ALALC - Associação Latina- Americana de Livre Comércio
APEC - Cooperação Econômica Ásia-Pacífico
ARENA - Aliança Renovadora Nacional
ASEAN - Associação das Nações do Sudeste Asiático
BIRD - Banco Mundial
BNDE - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
BNDES - Banco Nacional do Desenvolvimento
BTN - Bônus do Tesouro Nacional
CEE - Comunidade Econômica Europeia
CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CGT - Confederação Geral dos Trabalhadores
Cr\$ - Cruzeiro
CUT - Central única dos Trabalhadores
DER - Depósitos Especiais Remunerados
EPU - Encargos Previdenciários da União
EUA - Estados Unidos da América
FAF- Fundo de Aplicações Financeiras
FDS - Fundo de Desenvolvimento Social
FGTS - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
FIESP - Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
FMI - Fundo Monetário Internacional
FRS - Fator de Recomposição Salarial
GATT - Acordo de Tarifas e Comércio
IBGE - Instituto Brasileiro de Geográfica e Estatística
IDH - Índice de Desenvolvimento Humano
INPC - índice Nacional de Preços ao Consumidor
INSS - Instituto Nacional do Seguro Social
IOF - Imposto sobre Operações Financeiras
IPC - Índice de Preços ao Consumidor
IPCA - índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo
IPI - Imposto sobre Produtos Industrializados
LBDE - Lei de Diretrizes e Bases da Educação
LFT - Letras Financeiras do Tesouro
LTN - Letras do Tesouro Nacional
Mercosul - Mercado Comum do Sul
MP - Medida Provisória
NAFTA - North American Free Trade Agreement
NCz\$ - Cruzados Novos
ODCE - Organização para Cooperação Econômica e para o Desenvolvimento
OMC - Organização Mundial do Comércio
OPEP - Organização dos Países Exportadores de Petróleo
ORTN - Obrigação Reajustável do Tesouro Nacional
OTN - Obrigação do Tesouro Nacional

PCI - Programa de Competividade Industrial
PDS - Partido Democrático Social
PDT - Partido Democrático Trabalhista
Petrobras - Petróleo Brasileiro
PIB - Produto Interno Bruto
PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PND - Programa Nacional de Desestatização
PRN - Partido da Reconstrução Nacional
PSDB - Partido Social-Democracia Brasileira
PSI - Processo de Substituição de Importação
PT - Partido dos Trabalhadores
STF - Supremo Tribunal Federal
SUMOC - Superintendência da Moeda e Crédito
SUS - Sistema Único de Saúde
TDE - Títulos de Desenvolvimento
TR - Taxa Referencial
UFAL - Universidade Federal de Alagoas
UNE - União Nacional dos Estudantes
URSS - União das Repúblicas Socialistas Soviética

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 O NEOLIBERALISMO RENASCE NOS ANOS 80 – HISTÓRIA E CONCEITO 15	
2.1 O CONSENSO DE WASHINGTON E SUAS MEDIDAS	22
3 A ERA COLLOR E AS MEDIDAS NEOLIBERAIS.....	28
3.1 A TRANSIÇÃO DO GOVERNO SARNEY E O AGRAVAMENTO DA CRISE	28
3.2 COLLOR E AS ELEIÇÕES DE 1989 – DO ANONIMATO À PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	30
3.3 COLLOR EM UMA VOLTA AO MUNDO: A BUSCA PELA CREDIBILIDADE ANTES DE SUA POSSE	35
4 O PLANO BRASIL NOVO E A INÉRCIA INFLACIONÁRIA	38
4.1 A CONCEPÇÃO E MEDIDAS DO PLANO.....	39
4.2 A POLÍTICA MONETÁRIA	42
4.3 A POLÍTICA FISCAL.....	46
4.4 AS POLÍTICAS DE RENDAS E AS POLÍTICAS SOCIAIS	49
4.5 O REFORMISMO PÚBLICO E AS PRIVATIZAÇÕES	58
5 PLANO COLLOR II – O FRACASSO SE REPETE?	61
5.1 MEDIDAS E RESULTADO DO PLANO	62
5.2 ABERTURA COMERCIAL E IMPACTOS INTERNOS	67
5.3 O PLANO MARCÍLIO E A ORTOXIA ECONÔMICA	75
5.4 COLLOR E PROCESSO DE IMPEACHMENT – DA ASCENÇÃO AO DECLÍNIO.....	78
6 CONCLUSÃO.....	84
REFERÊNCIAS	87

1 INTRODUÇÃO

No final dos anos 80 diversos países da América Latina, incluindo o Brasil, foram fortemente influenciados por políticas econômicas liberais impostas pelos Estados Unidos, conhecidas como Neoliberalismo. Conforme citado por Lynch (2020, p. 03), “o neoliberalismo acredita que a civilização se deve quase exclusivamente ao livre funcionamento do mercado, de acordo com determinadas leis naturais do mundo econômico-político, insuscetíveis de alteração pelos seres humanos”. O Neoliberalismo data seu surgimento no século XIX, porém, passou por uma reciclagem no início do século XX. Neste trabalho será utilizada a reformulação do conceito de Neoliberalismo realizado a partir de 1900 e que irá ao encontro com as medidas postuladas no Consenso de Washington.

Em 1989 foi criado o Consenso de Washington, espécie de receituário com uma série de medidas que os países subdesenvolvidos deveriam adotar para que pudessem alavancar seu desenvolvimento e alcançar a globalização. Estas medidas foram propostas aos países da América Latina pelo economista John Williamson e ganharam força após o fim da Guerra Fria tendo como objetivo reduzir a intervenção do estado na economia, assegurar a disciplina fiscal e realizar liberalização comercial e financeira.

No Brasil, tais medidas concretizaram-se no governo de Fernando Collor de Mello no início dos anos 90, no qual possuíam o propósito de estreitar as relações com os Estados Unidos. O Brasil assume as políticas estabelecidas no Consenso de Washington com abertura comercial voltada para fora, redução do Estado interventor na economia, privatizações de empresas estatais, redução das tarifas de importação, sistema flexível de câmbio, taxas de juros determinadas pelo mercado, entre outros. O cenário econômico brasileiro era instável, a dívida pública crescia gradativamente, havia altos níveis de desemprego, elevados índices de inflação e contas externas desestabilizadas.

O objetivo deste trabalho é investigar as origens e impactos da liberalização na economia brasileira postulada pelo Consenso de Washington ao Brasil no fim da Guerra Fria e início do governo Collor, com abordagem da economia política, fiscal e monetária brasileira. Além disso, analisar o contexto histórico das medidas deste consenso, a transição política do governo Sarney para Collor, as eleições e o processo de *impeachment* deste governo.

Parte-se da hipótese que as medidas neoliberais no governo de Collor impulsionaram o aumento nos níveis de inflação, elevação dos índices de desemprego, aumento da desigualdade social e falência de diversas empresas que perderam espaço no mercado interno brasileiro com a abertura comercial para o mercado externo.

O estudo em questão foi realizado com base na literatura e através de dados secundários para compreensão do contexto histórico, dessa forma o trabalho está estruturado em seis tópicos. Primeiramente, será realizada uma abordagem do contexto histórico do período pós-guerra mundial, com base nas políticas do Welfare State.

Na sequência, será elencado o conceito de Neoliberalismo e realizado um contexto histórico desde o século XIX, seus principais formuladores e ramificações. Ainda, será realizada uma contextualização do Consenso de Washington e as medidas estabelecidas na América Latina com foco no Brasil. Nos capítulos que seguem, o estudo realiza uma breve análise na transição do modelo desenvolvimentista de José Sarney, elencando os anos 80, que ficou conhecido como *década perdida* devido aos baixos índices de crescimento e elevados níveis de inflação, que ultrapassavam 200% a.a. Posteriormente, será realizado um *briefing* das eleições de 1989 com os principais pontos que ocorreram nesse período e a eleição de Fernando Collor de Mello. Ademais, será contextualizada a viagem do então presidente recém-eleito por diversos países da América Latina, Europa, Ásia e aos EUA, em busca de confiança e credibilidade externa antes mesmo de sua posse. Em 1990, Collor assume a presidência do Brasil com o objetivo de implementar as políticas neoliberais no país e combater a espiral inflacionária. Dessa forma, seguiremos com a análise do Plano Brasil Novo, que envolviam bloqueio da liquidez dos haveres financeiros, substituição da moeda, regime flutuante etc. Neste item, será analisada a política monetária, fiscal, de rendas e as políticas sociais, além das privatizações e o reformismo público.

Devido ao fracasso do plano, posteriormente, foram criados os Planos Collor II e Marcílio, que seguem no quinto capítulo, além de tratar a abertura comercial e da criação do Mercosul (Mercado Comum do Sul). O insucesso destes planos afetou diretamente a todas as classes econômicas, porém com maior destaque à população mais carente. A queda no PIB, o aumento do desemprego e os altos níveis de inflação levaram diversas famílias à pobreza extrema. A combinação de diversos fatores negativos durante o governo e escândalos de corrupção culminou no processo de *impeachment* de Collor. Por fim, no sexto capítulo serão apresentadas as considerações finais deste trabalho.

2 O NEOLIBERALISMO RENASCE NOS ANOS 80 – HISTÓRIA E CONCEITO

Em 1944, foi criado o Acordo de Bretton Woods¹, no qual os Estados Unidos rapidamente se tornaram o epicentro econômico e financeiro mundial. Este acordo envolveu 44 países, tinha o objetivo de reconstruir o capitalismo mundial através de um sistema de regras para regular a economia internacional e possibilitar a recuperação econômica destes estados, pois já vinham com diversas dificuldades desde a crise de 1929 e se agravou com a Segunda Guerra Mundial.

Segundo Barreto (2009), o acordo de Bretton Woods definiu que cada país seria obrigado a manter a taxa de câmbio congelada ao dólar com uma margem de manobra de 1% (variando em 1% positivamente ou negativamente) e o dólar estaria ligado ao valor do ouro em uma base fixa de US\$ 35. De acordo com Cozendy (2013), o Brasil estava entre os países que negociaram originalmente o Acordo de Bretton Woods, porém os acordos constitutivos só entraram em vigor a partir de 1946. Para que o Acordo de Bretton Woods funcionasse, foram criadas três importantes instituições: o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial (BIRD) e o Acordo de Tarifas e Comércio (GATT), atualmente conhecido como Organização Mundial do Comércio (OMC).

De acordo com Santos (2006, p. 37), “os EUA tiveram a condição de emissor de moeda graças a seu poder financeiro, industrial, tecnológico e competitivo superior aos demais países capitalistas no período pós-guerra”. Santos (2006) ainda comenta que isso ocorreu devido ao acúmulo de superávits nas suas contas externas, à aquisição de reservas em ouro e à cobrança de obrigações de outros países.

Com as políticas de recuperação econômica postuladas no Acordo de Bretton Woods, no final dos anos 40 criou-se uma expectativa dada pela prosperidade econômica vivida pelos Estados Unidos, conhecida como a idade do ouro, marcado por profundas mudanças tecnológicas, científicas e sociais. Este período proporcionou elevadas taxas de lucros e desenvolvimento econômico para os Estados Unidos, seus aliados e concorrentes. A economia era marcada por políticas econômicas baseada nas ideias anticíclicas de John Maynard Keynes (1983-1946), com forte intervenção do Estado na economia para proporcionar pleno emprego através do aumento da demanda efetiva com déficits fiscais.

¹ De acordo com Carvalho (2004, p. 51), “buscava-se, assim, definir regras de comportamento para os países participantes que, se poderiam por um lado contribuir para que eles atingissem níveis sustentados de prosperidade econômica como nunca havia sido possível antes, exigiram por outro lado, que abrissem mão de pelo menos parte de sua soberania na tomada de decisões sobre políticas domésticas, subordinando-as ao objetivo comum da conquista da estabilidade macroeconômica”.

Durante o período dos Anos Dourados, em 1947, emergiu uma disputa entre os Estados Unidos e a União Soviética, que se estendeu até 1989 com a queda do muro de Berlim, conhecida como Guerra Fria², cujo nome foi dado por não ocorrer um confronto armado formal entre estas duas nações.

Esta disputa travada entre estas duas grandes potências tinham como objetivo ampliar suas áreas de influência, onde de um lado estava os Estados Unidos defendendo o capitalismo (ligado a propriedade privada) e do outro lado da antiga União Soviética defendendo o socialismo (ligado a propriedade coletiva).

O avanço da Guerra Fria promoveu um expressivo crescimento econômico, tecnológico, armamentista e espacial. Diversas tecnologias foram incorporadas ao setor fabril devido ao aquecimento da economia, o que resultou no aparecimento das chamadas linhas de produção, um modo de produção em massa para garantir o baixo custo e acumulação de capital, tornando as tecnologias de capital intensivo e de pouca mão de obra.

Com avanço dos Anos Dourados, houve a formação de um estado interventor que buscava melhores condições de vida para a população. Conforme Bobbio (1998), o Welfare State garante tipos mínimos de renda, alimentação, saúde, habitação e educação assegurados a todo o cidadão, não como caridade mas como direito político. Além disso, alguns países chegaram a comprometer 60% do gasto público com o bem-estar social, o que contribuiu para a crise em 1973.

O Neoliberalismo nasce em contraposição à política do Estado intervencionista, que se iniciou, conforme visto, como principal método para superar a crise de 1929 e, de fato, foi eficiente neste contexto. Porém, com a Guerra Fria e os Anos Dourados, o Estado passa a ser fundamentado como promotor de mudanças sociais, utilizando grande parte do gasto público com ações que beneficiariam a sociedade. Nos anos 70 inicia-se uma profunda crise que abala as principais economias do mundo, conhecido como estagflação, através da combinação da elevação do desemprego e taxas de inflação.

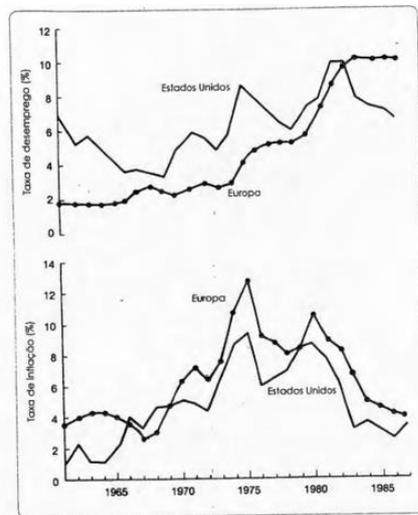
As políticas de Estado de bem-estar social baseada nas teorias Keynesianas e o aumento dos salários passam a ser apontadas como também causadoras da crise, pois um estado

² Em A Era dos Extremos, Hobsbawm (1994, p. 178) conta com detalhes o período de 1914 até 1991: “A Segunda Guerra Mundial mal terminara quando a humanidade mergulhou no que se pode encarar, razoavelmente, como uma Terceira Guerra Mundial, embora uma guerra muito peculiar. Pois, como observou o grande filósofo Thomas Hobbes, “a guerra consiste não só na batalha, ou no ato de lutar: mas num período de tempo em que a vontade de disputar pela batalha é suficientemente conhecida” (Hobbes, capítulo 13). A Guerra Fria entre EUA e URSS, que dominou o cenário internacional na segunda metade do Breve Século XX, foi sem dúvida um desses períodos. Gerações inteiras se criaram à sombra de batalhas nucleares globais que, acreditava-se firmemente, podiam estourar a qualquer momento, e devastar a humanidade”.

interventor limitaria as ações comerciais e prejudicaria a liberdade econômica. Além disso, o sistema de taxa de câmbio fixa do Acordo de Bretton Woods baseado no ouro deixa de ser eficaz e passa-se a adotar taxas de câmbio flutuante. A partir de 1973, o cenário mundial se agrava ainda mais com a Crise do Petróleo, dado pelo embargo da OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo), onde o preço do barril se elevou de US\$ 3 para US\$ 12, causando uma crise a nível global.

Na Figura 1, é possível observar o avanço da elevação dos níveis da taxa de desemprego e inflação dos Estados Unidos e Europa durante o período de 1965 até 1985.

Figura 1 - A crise econômica dos anos 1970-1980: inflação e desemprego nos Estados Unidos e Europa



Fonte: Harvey (2005).

Dessa forma, o Neoliberalismo surge como resposta para combater a crise que havia se instaurado principalmente na Inglaterra e Estados Unidos. A política fundamental do Neoliberalismo é a intervenção mínima do estado na economia para sua regulação, o oposto do que foi visto durante os anos do Welfare State. É importante estabelecer que o Neoliberalismo pode ser definido segundo Harvey (2005, p. 06), da seguinte forma:

O neoliberalismo é em primeiro lugar uma teoria das práticas político-econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser melhor promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos a propriedade privada, livres mercados e livre comércio. O papel do Estado é criar e preservar uma estrutura institucional apropriada a essas práticas; o Estado tem de garantir, por exemplo, a qualidade e a integridade do dinheiro. De também estabelecer as estruturas e funções militares, de defesa, da polícia e legais requeridas para garantir direitos de propriedade individuais e para assegurar, se necessário pela força, o funcionamento apropriado dos mercados.

De acordo com Lynch (2020), o Neoliberalismo data muito antes dos Anos Dourados, com seu formato embrionário no final do século XIX, sendo uma ramificação ou veio secundário do Liberalismo democrático, renovado pela escola Austríaca através de Ludwig Von Mises (1881-1973) e Friedrich Hayek (1899-1992), conforme abaixo:

O advento da democracia a partir de 1870, com a ampliação progressiva do eleitorado empurrada pelos movimentos de pressão da classe trabalhadora, obrigou liberais britânicos, franceses e norte-americanos a reconhecer que um mínimo de igualdade social era indispensável à ampliação da liberdade ao maior número; que se impunha algum grau de intervenção do Estado no domínio socioeconômico para que a massa trabalhadora pudesse gozar efetivamente dos direitos fundamentais consagrados por lei. [...]. A variante conservadora do liberalismo chamada libertarianismo econômico ou “neoliberalismo” surgiu à mesma época na forma de uma dissidência, contrária àquele processo de adaptação do liberalismo à democracia. Ela redefiniu a doutrina política do liberalismo, privilegiando a preservação da completa liberdade de mercado e deixando em segundo plano as preocupações democráticas, relativas aos problemas do governo oligárquico e plutocrático (LYNCH, 2020, p. 02).

Se o Neoliberalismo nasce de uma ramificação do Liberalismo, é importante destacar que o filósofo John Locke, considerado historicamente o pai do liberalismo político no século XVII, defendia que o homem tem direito à vida, à propriedade e à liberdade.

De acordo com Silveira (2009), o liberalismo político, que é anterior ao econômico, tinha cinco grandes princípios, são eles: 1) recusa do absolutismo; 2) defesa da liberdade; 3) pluralismo; 4) soberania do povo; e 5) governo representativo. Ainda de acordo com Silveira (2009), as definições entre liberalismo político e econômico só foram identificadas de forma clara a partir do final do século XIX, antes disso, o liberalismo político era apenas liberalismo e o econômico era tido por livre-cambismo³.

Outro filósofo e economista, considerado o pai da economia moderna, Adam Smith (1723-1790), defendia o liberalismo econômico. Em seu livro a Riqueza das Nações de 1776, o mercado se autorregularia, sem a necessidade da intervenção do governo, como se existisse um regulador automático invisível de preços que seria ditado pelo próprio mercado. Dessa forma, as pessoas agiriam conforme seu próprio interesse (*laissez-faire*) e contribuiriam para a circulação do mercado.

Além da autorregulação do mercado, Smith também defendia a divisão e a especialização do trabalho, para isso, basta lembrar da famosa fábrica de alfinetes descrita em sua obra Riqueza das Nações. Para Huberman (1981), se a maior produtividade é dada pela

³ De acordo com Bobbio (1998, p.716), o Livre-cambismo, é uma doutrina favorável à liberdade econômica, por razões filosóficas que Adam Smith, em polêmica contra o mercantilismo, foi um dos primeiros a expor de modo sistemático.

divisão do trabalho e a divisão do trabalho é limitada pelo tamanho do mercado, então quanto maior o mercado, maior será o aumento da produtividade, por consequência maior será a riqueza das nações. Abaixo é possível compreender de forma esquemática essa relação:

1. O aumento da produtividade ocorre com a divisão do trabalho.
 2. A divisão do trabalho aumenta ou diminui segundo o tamanho do mercado.
 3. O mercado se amplia ao máximo possível pelo comércio livre.
- Portanto, o comércio livre proporciona a maior produtividade (HUBERMAN, 1981, p. 130).

De acordo com Silveira (2009), pode-se apontar que uma das diferenças entre Liberalismo e Neoliberalismo está na sociedade que ambos almejam, de um lado Smith defendia que a liberdade econômica e política conduziria ao bem de todos, por outro, o Neoliberalismo abandona o conceito de bem comum e denuncia sua suposta iniquidade.

Conforme Spínola (2004), a obra “O Caminho da Servidão” escrito por Friedrich August Von Hayek em 1944 é considerado o ponto de partida para o Neoliberalismo, pois o autor realiza uma crítica referente ao papel do Estado como caminho para combater as crises do capitalismo e salvá-lo dos regimes extremos como nazismo e socialismo.

Para Hayek (1899 – 1992), o Estado deveria definir regras claras para que os indivíduos pudessem se adaptar as suas atividades e maximizar suas utilidades de acordo com seus atributos específicos (MAGALHÃES, 2016). Hayek foi um filósofo e economista austríaco, conquistou o prêmio Nobel em 1974 com seu trabalho referente à teoria da moeda, flutuações econômicas e análises penetrante da interdependência dos fenômenos econômicos.

É interessante comentar que após a publicação da obra “O Caminho da Servidão” de Hayek, um grupo de economistas, historiadores e filósofos criaram um grupo intitulado de Mont Pèlerin Society em 1947. De acordo com Harvey (2005) este grupo tinha como base as ideias neoliberais e liberais fundamentadas no livre funcionamento do mercado, através de autores como Alfred Marshall (1842-1924), William Stanley Jevons (1858-1916), e Leon Walras (1834-1910), com o objetivo de suceder o pensamento clássico de autores como Adam Smith, David Ricardo (1772-1823) e Karl Marx (1818-1883), embora seguissem a ideologia extremamente presente na conceituação do Neoliberalismo baseada na mão invisível de Adam Smith.

A teoria Neoliberal passou a ter destaque somente após o Prêmio Nobel de Economia obtido por Hayek em 1974 e Friedman em 1976. Milton Friedman (1912-2006), foi um economista norte-americano que participou da fundação da Sociedade de Mont Pèlerin juntamente com Hayek e recebeu o prêmio Nobel devido ao seu trabalho sobre a análise do

consumo, a teoria e história monetária e por sua demonstração da complexidade da política de estabilização. Em sua obra *Capitalismo e Liberdade* (1984), Friedman define que deve haver sim um estado, porém com regras e papéis mínimos estabelecidos:

Um governo que mantenha a lei e a ordem; defina os direitos de propriedades; sirva de meio para a modificação dos direitos de propriedade e de outras regras do jogo econômico; julgue disputas sobre a interpretação das regras; reforce contratos; promova a competição; forneça uma estrutura monetária; envolva-se em atividades para evitar monopólio técnico e evite os efeitos laterais considerados como suficientemente importantes para justificar a intervenção do governo; suplemente a caridade privada e a família na proteção do irresponsável, quer se trate de um insano ou de uma criança; um tal governo teria, evidentemente, importantes funções a desempenhar. O liberal consistente não é um anarquista (FRIEDMAN, 1984, p. 42).

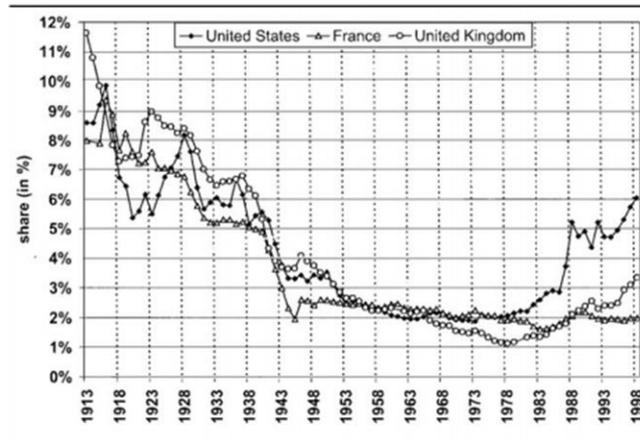
No Brasil, de acordo com Bielschowsky (2004), a tradição ideológica desde o início do século XIX até os anos 30 foi liberal, porém devido às crises internacionais surgiram diferentes concepções do desenvolvimento brasileiro e o liberalismo teve que passar por uma transformação. Ainda conforme Bielschowsky (2004), três aspectos caracterizam a posição dos economistas da corrente neoliberal⁴ no Brasil: a) redução da intervenção do Estado na economia brasileira; b) favorecimento de políticas de equilíbrio monetário e financeiros; e c) ausência de medidas de suporte ao projeto de industrialização.

É importante lembrar que a primeira experiência Neoliberal foi realizada na América Latina, mais especificamente no Chile, o que culminou numa elevada desigualdade social. Embora os níveis econômicos tenham sido satisfatórios inicialmente, a população de classe mais baixa foi a mais afetada durante esse período. De acordo com Harvey (2005), a ODCE (Organização para Cooperação Econômica e para o Desenvolvimento) também registrou aumento da desigualdade social a partir dos anos 1980, onde explana com base de outros autores que a neoliberalização foi desde o começo um projeto para reestruturar o poder classe, ou seja, reestruturar o poder da classe mais alta.

Na Figura 2 é possível observar que a partir dos anos 1948 começa a ocorrer um declínio da renda nacional dos mais ricos nos Estados Unidos, França e Reino Unido e que se agrava a partir de 1973 e só volta a crescer a partir de 1988, justamente quando o Neoliberalismo começa a tomar forma e se concretizar na Europa e Estados Unidos, principalmente com a proposição das medidas estabelecidas no Consenso de Washington.

⁴ Bielschowsky (2004, p. 37) comenta que o prefixo “neo” tem um significado muito preciso: representa o fato de que os liberais brasileiros, em sua maioria, passavam a admitir, na nova realidade pós-1930, a necessidade de alguma intervenção estatal saneadoras de imperfeições no mercado, que afetavam economias subdesenvolvidas como a brasileira.

Figura 2 - Parcela da renda nacional na posse do 0,1% da população, Estados Unidos, França e Reino Unido



Fonte: Piketty e Saez (2003).

Desta forma, alguns países adotaram as medidas do Neoliberalismo como principal forma de superar a crise, como por exemplo, Margaret Thatcher (1925-2013), a primeira-ministra da Inglaterra no período de 1979 até 1990 e Ronald Reagan (1911-2004), então presidente dos Estados Unidos de 1981 até 1988.

A primeira-ministra da Inglaterra tinha a missão de recuperar a economia inglesa que passava por um momento de estagflação e inclusive recorreu ao FMI para atravessar a recessão econômica mundial. Thatcher recebeu influências do neoliberalista Keith Joseph e adotou medidas que reduzissem a participação do Estado na economia além de promover privatizações de empresas públicas, que antes eram controladas pelo governo, reduzir impostos para estimular o empreendimento e atrair capitais através de investimentos externos.

O ex-presidente dos Estados Unidos Jimmy Carter utilizou meios de desregulação da economia para combater a estagflação durante o período dos anos 1970, porém foi somente a partir de 1981, com Ronald Reagan, que os Estados Unidos utilizaram de forma concreta a abordagem do Neoliberalismo como medida política econômica. De acordo com Harvey (2005), os americanos também se muniram de métodos de desregulação da economia, como fizeram os ingleses.

Nesse aspecto, Harvey (2005) comenta que ocorreu uma redução dos impostos de 70% para 28%, considerada a maior redução da história americana, ataques ao poder sindical e profissional, busca por investimentos externos e aumento da tendência de levar a produção para o exterior e baratear o custo da produção com a desindustrialização doméstica. Outro ponto crucial é em relação ao aumento dos números da desigualdade social durante os anos 1980, o que evidencia a classe mais pobre.

Enquanto os países do Ocidente passavam por uma recuperação econômica, a antiga URSS passava por um momento conturbado de crise econômica e social. O cenário político e econômico era desfavorável quando, em 1985, Mikhail Gorbatchov foi eleito secretário geral do Partido Comunista da URSS, enfrentando uma série de problemas ao assumir o governo pois, devido à crise e aos grandes gastos do governo na Guerra Fria, a URSS não apresentava índices de crescimento. Além disso, demonstrava sinais de corrupção no setor público, onde muitas pessoas recebiam salário do governo e não trabalhavam.

Outro ponto do agravamento da crise foi o desastre nuclear de Chernobyl na Ucrânia em 1986. Este fato trouxe à tona a impotência tecnológica da URSS e o descontentamento com a Guerra do Afeganistão, que foi levada a cabo em 1989 através de acordos entre os países.

O governo soviético tentou implementar dois conjuntos de reformas para reestruturar e liberalizar a economia da antiga URSS, conhecidas como Perestroika, com mudanças estruturais na economia e sociedade e o Glasnost, com o objetivo de aproximar a população das decisões políticas.

2.1 O CONSENSO DE WASHINGTON E SUAS MEDIDAS

O Consenso de Washington foi formulado em 1989 e ganhou força após a queda da União Soviética em 1991. De acordo com Giambiagi (2011), o economista John Williamson listou uma série de medidas que os países em desenvolvimento deveriam adotar para que entrassem em uma trajetória de crescimento autossustentado. Ainda conforme Giambiagi (2011), as propostas de Williamson visavam assegurar a disciplina fiscal, reduzir drasticamente o papel do Estado na economia e promover ampla liberalização comercial e financeira. Conforme citado por Williamson (2000), as medidas que beneficiariam a América Latina foram sumarizadas em dez preposições de acordo com a Tabela 1:

Tabela 1 - Preposições Consenso de Washington

Preposições Consenso de Washington	
1. Disciplina fiscal.	6. Liberalização Comercial.
2. Redirecionamento das “prioridades de gastos públicos” para campos que oferecem ambos retornos econômicos e potencial para melhorar a distribuição de renda, com atenção primária à saúde, educação e infraestrutura.	7. Liberalização dos fluxos de investimento estrangeiro.
3. Reforma tributária (para reduzir as taxas marginais e ampliar a base tributária).	8. Privatização de empresas estatais
4. Liberalização da taxa de juros.	9. Desregulamentação (para abolir as barreiras à entrada e saída).
5. Taxa de câmbio competitiva.	10. Garantir os direitos de propriedade.

Fonte: Elaboração própria com base em Williamson (2000).

Abaixo seguem as medidas elencadas no Consenso de Washington.

Disciplina Fiscal: A disciplina fiscal tinha o objetivo de eliminar o déficit público, ou seja, governo deveria limitar seus gastos e reduzir as dívidas públicas. De acordo com Kirsten (2014, p. 21), em relação à Disciplina Fiscal, “haveria uma ideia ampla em relação a este tópico, assim, os déficits públicos constantes seriam uma fonte de distorções macroeconômicas nas formas de inflação, pagamento de dívidas e fuga de capitais”.

Prioridade de Gastos Públicos: O governo deveria priorizar seus gastos em setores com maior retorno econômico, como saúde, educação e infraestrutura. Estes setores melhorariam a distribuição de renda.

Reforma Tributária: De acordo com Bresser-Pereira (1991), a base tributária deveria ser ampla e taxas marginais deveriam ser moderadas, ou seja, seria implementado uma política de impostos regressiva.

Liberalização da taxa de juros: as taxas de juros deveriam ser reguladas pelo mercado.

Taxa de Câmbio Competitiva: a taxa de câmbio também deveria ser regulada pelo mercado e ao mesmo tempo competitiva, o principal objetivo era aumentar as exportações.

Liberalização Comercial: Deveria se reduzir o protecionismo para estimular investimento estrangeiro, ou seja, o comércio deveria ser voltado para o exterior.

Liberalização dos fluxos de investimento estrangeiro: Remover restrições aos investimentos estrangeiros.

Privatizações de empresas estatais: As empresas públicas deveriam ser privatizadas, para reduzir os gastos do governo com estas empresas e promover o setor privado.

Desregulamentação: Desregulação das atividades econômicas e trabalhista.

Garantir direito de propriedade: Direito de propriedade intelectual e científica para garantir maior segurança em relação ao direito de propriedade.

De acordo com Bresser-Pereira (1991), estas reformas postuladas pelo Consenso de Washington poderiam ser resumidas da seguinte forma:

As cinco primeiras reformas poderiam ser resumidas em uma: promover a estabilização da economia através do ajuste fiscal e da adoção de políticas econômicas ortodoxas em que o mercado desempenhe o papel fundamental. As cinco restantes são formas diferentes de afirmar que o Estado deveria ser fortemente reduzido. Esta lista de reformas é, portanto, perfeitamente coerente com o diagnóstico de que a crise latino-americana se origina na indisciplina fiscal (populismo econômico) e no estatismo (protecionismo nacionalista) (BRESSER-PEREIRA, 1991, p. 6).

Estas medidas envolviam políticas liberais com uma intervenção mínima do Estado, já que para os neoliberais, o estado limita as ações comerciais e prejudica a liberdade econômica.

Através da multipolarização mundial e a dissolução da antiga URSS, os Estados Unidos saíram na frente para hegemonizar a economia, agora capitalista mundial, e promover o desenvolvimento através da globalização com a utilização de tecnologias e abertura das fronteiras econômicas.

Na Tabela 2 é possível verificar um resumo das reformas baseada no Consenso de Washington na América Latina, percebe-se que os países que mais aplicaram as preposições foram o Chile, o México e a Venezuela. O Brasil tentou aplicar algumas medidas no final dos anos 1980, mas foram pouco significativas e não surtiram o efeito esperado.

Tabela 2 - Resumo das reformas na América Latina nos anos 1980

País	Argentina	Chile	Perú	Brasil	Venezuela	México
Disciplina fiscal	+	+	-	0	0	++
Prioridad en el gasto público	0 ^a	0	-	-	0	0
Reforma impositiva	0 ^a	+	0	+	0 ^a	++
Liberalización financiera	0	++	-	0	+	0
Tipo de cambio competitivo	+	++	-	+	+	+
Liberalización comercial	0 ^a	++	-	0	++	++
Inversión extranjera directa	+	+	-	-	+	++
Privatización	+ ^a	++ ^a	-	+	+ ^a	++
Desregulación	+ ^a	+	0	-	+	+

++ = Reforma sustancial
 + = Alguna reforma (o no necesidad de reforma)
 0 = Cambio no significativo (o cambio mixto)
 - = Retroceso
 a = Mas cambios esperados en breve

Fonte: Munné (2004).

Conforme já citado, a primeira experiência da América Latina em relação ao modelo Neoliberal ocorreu no Chile. De acordo com Harvey (2005), um grupo de economistas, os “the

Chicago boys”, chamados assim devido aos estudos das teorias de Milton Friedman, professor da Universidade de Chicago, foram chamados para apoiar na reconstrução da economia chilena. O grupo *chicago boys* foi um dos primeiros a disseminar as ideias neoliberais com base na mínima intervenção do estado na economia e livre mercado. Hudson (2010, tradução nossa) comenta que para os *Chicago Boys*, a expressão “livre mercado” significa dar rédea solta ao setor financeiro, o que segundo ele, é exatamente o oposto da ideia dos economistas clássicos de liberar os mercados das rendas e juros.

Harvey (2005) conta, que nos anos 1950 os Estados Unidos haviam financiado um treinamento de economistas chilenos, como parte de um programa da Guerra Fria, com o objetivo de neutralizar tendências esquerdistas na América Latina.

Com o golpe de Augusto Pinochet em 1973, que tinha o propósito de conter a inflação, houve uma severa reestruturação na economia andina, dessa forma o governo tratou de seguir o receituário dos economistas do *Chicago boys*. A partir disso, recorreram aos empréstimos do FMI, privatizaram empresas públicas, realizaram liberalização de livre comércio para capitar investimentos estrangeiros e permitiram exploração dos recursos naturais que até então estavam amparados pelo governo. As políticas neoliberais no Chile não duraram muito tempo e, de acordo com Carneiro, Filippi e Valenti (2018), houve a criação de uma bolha, devido às especulações e o aumento do consumo, culminando no esgotamento das medidas neoliberais e aumento da desigualdade social já existente.

Desde o final dos 1970 o Brasil atravessava um cenário de agravamento da crise e elevados níveis de inflação, que pareciam ser imbatíveis à medida que estas taxas se elevavam diariamente. No final dos anos 1980, a América Latina sofreu forte influência para acatar as medidas estabelecidas no Consenso de Washington e, conforme Sennes (2003), o Brasil foi o último país a adotar as medidas neoliberais propostas pelo Consenso de Washington, principalmente devido ao distanciamento político dos Estados Unidos no período de redemocratização.

De acordo com Boito (1999), foi a eleição de Fernando Collor de Mello que levou a plataforma Neoliberal ao poder. As propostas apresentadas por Collor durante sua candidatura à presidência eram de cunho liberal e foram aceitas pela burguesia brasileira, que tratou de apoiar a eleição deste candidato. Collor possuía o objetivo de se reaproximar economicamente dos Estados Unidos e, através das medidas Neoliberais, seria possível estreitar o relacionamento com este país que assumiu papel hegemônico mundial. Os autores Carneiro, Filippi e Valenti (2018) reproduzem que foi em 1989, através da eleição de Collor, teve início a adoção de

medidas neoliberais com extinção de empresas públicas, liberalização das taxas de câmbio e eliminação de incentivos fiscais.

Também foi implementado um Programa Nacional de Desestatização, congelando preços e salários e fazendo com que houvesse uma temporária queda da inflação. Em relação a crise fiscal, de acordo com Bresser-Pereira (1991), parecia existir da parte do governo, iniciado em 1990, a determinação e firmeza para enfrentar a crise fiscal, embora revelasse a incapacidade de controlar a inflação e conseguir apoio político para as reformas necessárias. Bresser-Pereira (1991), ainda relata que as medidas fiscais fundadas no Consenso de Washington não seriam suficientes para superar a crise fiscal e o Estado deveria atuar com menor intervenção, porém, promovendo o desenvolvimento tecnológico.

Dessa forma, a receita do sucesso e o desenvolvimento para os países periféricos da América Latina se dariam através do Consenso de Washington, que passou a ganhar mais força com a entrada do FMI e do Banco Mundial, colocando as medidas Neoliberais como pré-requisito necessário para a concessão de novos empréstimos. Assim, esses países emergentes passaram a adotar as recomendações do Consenso de Washington que, no curto prazo, combateriam a inflação e ajustariam da taxa de câmbio, como a disciplina fiscal, a priorização de gastos públicos, a reforma tributária, o regime cambial e entre outros. Também pode-se ressaltar as medidas de médio prazo com foco na redução do tamanho do Estado, ou seja, o estado seria o interventor mínimo com privatizações, abertura do mercado e liberalização econômica.

Além do FMI e do BIRD, a OMC passou a desempenhar um papel de extrema importância no Consenso de Washington com a derrubada das tarifas alfandegárias e, principalmente, a queda do protecionismo. Esses países em desenvolvimento passaram a adotar as políticas estabelecidas pelo Consenso, porém percebeu-se um agravamento das crises, principalmente pela alta dívida externa, além da abertura do comércio interno para o exterior, trazendo bônus e ônus.

Com a abertura dos mercados, diversas multinacionais e transacionais puderam se instalar no lugar mais atrativo economicamente. Com a instalação de novas empresas foi possível ter mais acesso a tecnologias, como o avanço da telecomunicação e internet, que foram imprescindíveis à globalização (telefones celulares e computadores).

O transporte foi um grande avanço para o desenvolvimento, já que várias empresas multinacionais instalaram suas fábricas em regiões emergentes, fazendo com que o custo do transporte (automóvel e ônibus) ficasse mais barato.

Em contrapartida, com a abertura do comércio, as empresas multinacionais levaram a maioria das empresas locais à falência, pois a produção era muito mais barata nessas multinacionais, uma vez que poderiam trazer insumos de outros países. O efeito disso foi o desemprego estrutural, que ocorre quando há introdução de novas tecnologias que reduzem os custos de produção de determinada empresa, assim diversas pessoas perderam seus empregos. A importação de produtos não ocorria na mesma proporção, pois os países emergentes exportavam produtos agrícolas e matérias-primas enquanto importavam produtos de alta tecnologia e industrializados, havendo um desequilíbrio na Balança de Pagamentos.

Houve um grande aumento da desigualdade social e elevado níveis de pobreza nestes países, aprofundados pela crise, principalmente devido as altas taxas de inflação e aumento dos juros, levando milhões de famílias a extrema pobreza e miséria. De acordo com Naím (2000), algumas políticas podem atrasar o crescimento e aumentar a pobreza, como por exemplo, medidas que afastem os investidores sem distribuir riqueza e leis trabalhistas que beneficiam demasiadamente aqueles que já possuem um emprego, diminuindo oportunidade e renda dos trabalhadores desempregados.

Muitos países culpam o Consenso de Washington pela crise agravada, e além dos pontos citados, houve um aumento da dívida externa, elevação das taxas juros, inflação e dificuldades em realizar investimentos internos.

3 A ERA COLLOR E AS MEDIDAS NEOLIBERAIS

Durante os anos 90 o Brasil viveu um período delicado devido aos níveis elevados de inflação e desemprego. Foi nesse contexto que Fernando Collor de Mello assume a presidência da República do Brasil em 15 de março de 1990, tendo seu mandato estendido até sua renúncia em 29 de dezembro de 1992. Collor assume a presidência com altos índices de inflação, e de acordo com Franco (2019), a inflação continuou a subir, alcançando incríveis 82,39% ao mês em março de 1990 – de acordo com o IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo)⁵.

Collor tinha planos para estabilização econômica, assim, logo que assumiu o mandato, anunciou o Plano Brasil Novo com o objetivo de acabar com a espiral inflacionária.

Conforme é citado por Carvalho (2006), o elemento central do Plano Collor e o que o distingue dos demais programas de estabilização é o bloqueio da liquidez dos haveres financeiros, ação que não havia sido realizada até o momento no Brasil. O plano sofreu muitas críticas e, mesmo sendo um plano baseado nos conceitos de Washington, não foi capaz de conter os níveis de inflação a longo prazo, embora tenha apresentado recuo nos primeiros meses da elaboração das medidas.

Com os resultados negativos do Plano Brasil Novo foi implementado o Plano Collor II em janeiro de 1991, com novos congelamentos de preços e substituição das taxas de *overnight*, tendo como objetivo conter a alta da inflação, que voltou a subir em maio de 1991. O plano fracassou e, em maio de 1991, foi constituído o Plano Marcílio após a substituição da ministra Zélia Cardoso por Marcílio Moreira. Marcílio adotou uma estratégia gradualista para estabilizar economia, entretanto, conforme Bresser-Pereira (1992), o plano tratava-se de um clássico plano de estabilização ortodoxo.

Em 01 de outubro de 1992, Collor é afastado da presidência devido a acusações de corrupção, tráfico de influência, esquemas de corrupção, além da aclamação pública devido aos elevados níveis de inflação e recessão econômica. Um dia após o afastamento de Collor, Marcílio deixa o cargo para Gustavo Krause. O vice-presidente Itamar Franco assume o governo provisoriamente.

3.1 A TRANSIÇÃO DO GOVERNO SARNEY E O AGRAVAMENTO DA CRISE

⁵ De acordo com o IBGE (2022), o IPCA engloba uma parcela maior da população. Ele aponta a variação do custo de vida médio de famílias com renda mensal de 1 e 40 salários-mínimos. O IBGE produz e divulga o IPCA desde 1980.

O período dos anos 80 ficou conhecido como *década perdida* devido aos baixíssimos índices de crescimento econômico apresentados pela economia brasileira neste período. Tancredo Neves foi eleito à presidência da república pelo colégio eleitoral, entretanto não assumiu o governo em 15 de novembro, pois acabou sendo internado por questões de saúde e veio a falecer poucos dias depois. Assim, José Ribamar Ferreira Araújo da Costa Sarney assume de forma interina a presidência da república no período de 1985 até 1990.

Sarney tinha o objetivo de recuperar a economia, conter os elevados níveis de inflação que ultrapassavam 200% a.a., e alavancar o desenvolvimento econômico, principalmente porque a indústria não conseguia acompanhar os avanços tecnológicos, em comparação aos países desenvolvidos. Logo no início do governo Sarney ocorreu uma mudança nas regras que impediam a participação da população na política. Sallum Junior (2015, p. 26) comenta que em 1985 foram instituídos: “a) eleições diretas, em dois turnos para a presidência; b) eleições diretas nas capitais do estado; c) representação política para o distrito federal na Câmara dos Deputados e Senado Federal; d) direito de voto aos analfabetos; e) liberdade de organização partidária, mesmo para os comunistas”.

Diversas medidas foram estabelecidas como parte do programa de redemocratização, incluindo a população brasileira no âmbito político. De acordo com Giambiagi (2011), no período de 1986 a 1991 a economia brasileira foi submetida a diversos Planos de Estabilização (Plano Cruzado, Bresser, Verão, Collor I e Collor II), com o objetivo de combater a inflação. Conforme citado por Pastore (1991), o Plano Cruzado destinava-se a produzir a desindexação da economia buscando-se uma inflação zero na nova moeda forte, o cruzado, que substituíra a moeda antiga, o cruzeiro, além de congelar preços.

Embora o plano tenha apresentado êxito inicialmente, com redução dos níveis de inflação, a inflação retornou na casa de dois dígitos em 1986.

O Banco Central do Brasil, por sua vez, realizou um aumento na taxa de juros (taxa *overnight*), embora este aumento não tenha sido o suficiente para diminuir a demanda. Desta forma, foi necessário criar um segundo pacote econômico, o Cruzado II, que ficou conhecido como Cruzadinho. Conforme Sartori (2006), os objetivos do Plano Cruzado II eram conter o consumo, estimular a canalização de renda para a poupança, atenuar o déficit público, equacionar problemas referentes ao setor externo, recompor a capacidade de investimento do setor público, reduzir pressões inflacionárias e preservar a renda dos que recebiam até cinco salários-mínimos.

Assim, em 1987, se deu o fracasso do Plano Cruzado II, pois as medidas estabelecidas não foram suficientes para combater a inflação, principalmente porque não havia uma medida

que combatesse a inflação em sua causa raiz. Outro ponto chave para o fracasso do plano foi a instabilidade da Balança de Pagamentos, já que a taxa de câmbio estava congelada e sobrevalorizada, favoreceu o aumento das importações e por consequência reduziu as exportações.

Além dos pontos citados, em 1987 o Brasil decretou a moratória, suspendendo os pagamentos da dívida externa aos bancos privados. Posteriormente, o governo criou os Planos Bresser em 1987 e Verão em 1989, com objetivo de controlar a inflação, gastos públicos e renegociar a dívida externa.

Todas essas tentativas de recuperar a economia, de certo modo, foram frustradas no Governo de Sarney⁶.

Boito (1999) relaciona o fracasso do Plano Cruzado e o afastamento da política neo-desenvolvimentista na transição para o governo de Collor.

3.2 COLLOR E AS ELEIÇÕES DE 1989 – DO ANONIMATO À PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Fernando Affonso Collor de Mello nasceu no Rio de Janeiro em 12 de agosto de 1949. Vivenciou a política em sua família, seguiu os passos do seu avô materno Lindolfo Collor que foi deputado federal pelo Rio Grande do Sul nos anos 20 e 30 e atuou no Ministério do Trabalho durante o governo de Getúlio de Vargas. O pai de Collor, Arnon de Mello foi governador do Estado de Alagoas no período de 1951 até 1956 e senador no período de 1963 até 1981. Graduado em ciências econômicas pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL), aos vinte e três anos Fernando Collor de Mello mudou-se para Maceió onde assumiu a direção do jornal de seu pai, o Gazeta de Alagoas.

Em 1979, aos trinta anos, foi indicado a prefeito de Maceió (AL) pelo partido da Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e permaneceu no cargo até 1982. De acordo com Lemos (2009), ao assumir a prefeitura de Maceió, Collor realizou um aumento salarial de 168% aos funcionários do município que estavam sem receber seus salários há três meses, além disso,

⁶ O governo Sarney, por sua vez, fora marcado, inicialmente, por problemas oriundos do modo como se constituía, sem o voto popular e em substituição a Tancredo Neves, e, posteriormente, pelo fracasso do Plano Cruzado no controle da inflação. No seu período final, o governo Sarney foi marcado por uma certa indefinição. Sarney se afastou da política neo-desenvolvimentista, fortaleceu os selares liberais no ministério, mas não chegou a adotar um programa de reformas neoliberais, apenas promoveu uma pequena diminuição das alíquotas de importação e privatizou algumas siderúrgicas de pequeno porte. A eleição de Fernando Collor de Mello mudou toda a situação. Ele se elegeu com o voto popular, consagrou nas urnas o programa neoliberal que defendera na campanha, e demonstrava força e disposição para implantar o neoliberalismo (BOITO, 1999, p. 142).

realizou uma reurbanização da orla Marítima de Maceió e, antes de deixar o governo, contratou mais de três mil funcionários em apenas uma semana.

Collor se elegeu deputado federal pelo Partido Democrático Social (PDS) no período de 1982 até 1986. Posteriormente, foi governador do estado de Alagoas no período de 1987 até 1989 pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Durante o governo de Alagoas, Collor ficou conhecido como “Caçador de Marajás”, pois ia contra ao funcionalismo público afortunado, ou seja, servidores públicos que recebiam salários extremamente elevados. Nesse aspecto, conforme citado por Lemos (2009), Collor recebeu um relatório que indicava que cerca de 9.400 servidores estaduais (12% do total) não residiam nas cidades onde deveriam realizar suas atividades. Collor solicitou ao procurador geral da República que declarasse inconstitucionalidade das leis para pagamentos de salários ao funcionalismo público considerado exagerado, porém o Supremo Tribunal Federal (STF) decretou a sentença reconsiderando o pagamento dos salários. Outras medidas foram realizadas durante seu governo, como a extinção de quase dez mil cargos ocupados por funcionários públicos e extinção das pastas da Secretária da Cultura e dos Transportes. Em 1988 o Brasil deu um grande passo democrático através da “Constituição Federativa de 1988”, que também ficou conhecida como “Constituição Cidadã”. A Constituição de 1988 foi concebida durante o processo de redemocratização, que se iniciou com o fim da Ditadura Militar vivenciado neste país durante 21 anos (1964-1985). De acordo com Sallum Junior (2015), as eleições de 1989 significavam a efetivação dos valores democráticos, isso porque a Constituição de 1988 garantia voto direto obrigatório de adultos letrados com idade de 18 a 70 anos e para analfabetos com idade entre 16 e 70 anos. Outro ponto importante que Sallum Junior (2015) compartilha em seus escritos e é fundamental citar, é que 54% da população (82 milhões de pessoas) teriam direito de votar em 1989, contra 20% que podiam votar em 1960, dessa forma, muito além de uma disputa política, as eleições de 89 transcreviam uma ascensão social participativa na democracia brasileira.

Em 1989 Collor oficializou sua candidatura à presidência da República e, em 09 de fevereiro, lançou em Maceió o Partido da Reconstrução Nacional (PRN) e iniciou sua campanha política, no qual a gestão financeira ficou à cargo de seu assessor Paulo César Farias, amigo e empresário de longa data e que havia administrado a campanha de Collor para deputado federal em 1982.

Em 12 de julho de 1989, o PRN lançou a chapa Collor-Itamar Franco para as eleições da presidência da república brasileira. Foram vinte e quatro candidatos inscritos para concorrer às eleições de 1989, segundo o TSE. Entre os nomes mais populares para as eleições à

presidência estavam: Luiz Inácio Lula da Silva pelo Partido dos Trabalhadores (PT), Leonel Brizola pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT), Paulo Salim Maluf pelo PDS, Mário Covas pelo Partido Social-Democracia Brasileira (PSDB) e Fernando Collor de Mello pelo PRN.

Uma das regras impostas para as eleições de 89 foi a implementação de um Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral nos meios de comunicação audiovisual⁷, o que contribuiu para que os candidatos pudessem compartilhar com os cidadãos suas respectivas propostas. Dessa forma, em 30 de abril, Collor apresentou sua primeira propaganda eleitoral na rede de televisão brasileira. Em sua propaganda eleitoral, Collor garantiu a construção de um Brasil novo, através do congelamento de preços da cesta básica para que mais pessoas pudessem ter acesso aos alimentos básicos, estabelecer um nível de inflação de 3%, eliminar subsídios de deputados, senadores e mordomia dos famosos “marajás”, reduzir a participação do Estado na economia e colocar o Brasil entre os países do primeiro mundo. Além disso, utilizava com frequência diversos ataques ao então presidente José Sarney ao qual acusava de irregularidades e corrupção em seu governo. Collor utilizou os recursos audiovisuais a favor de sua campanha eleitoral e é de suma importância lembrar que a televisão e rádio tiveram forte influência na decisão dos eleitores, isso porque ainda não existiam outros meios informatizados e a internet chegou no Brasil somente em 1994. Collor se apresentava como jovem e ousado, sendo o único capaz de modernizar o Brasil, até sua candidatura para presidência era pouco conhecido nacionalmente, fez sua história no Estado de Alagoas, na época, o segundo estado mais pobre do Brasil, com apenas 1,2 milhões de eleitores, menos de 1,5% da população brasileira. Em sua campanha eleitoral Collor utilizou diversas pesquisas que apontavam que a maioria da população do Alagoas votaria nele.

De acordo com a Carneiro (1999), a bancada do PRN no Congresso era composta por apenas cinco deputados, isso significa que era 46 vezes menor do que a do PMDB, seu grande opositor Ulysses Guimarães e ainda menor que a do PDT de Brizola e seus votos não chegavam a um terço dos do PT de Lula. Apesar de todos esses fatores negativos, seis meses antes das eleições, Collor aparecia com 32% das intenções de votos disponibilizadas pelo IBOPE. Em 14 maio de 1989, Collor deixa o governo de Alagoas para dar andamento em sua campanha eleitoral. Collor crescia gradativamente nas pesquisas eleitorais, sendo apontado como

⁷ Segundo o IBGE, 73% dos domicílios do país possuíam pelo menos um aparelho de TV em 1989 e quatro redes nacionais (Globo, SBT, Bandeirantes e Manchete) cobriam em abril de 1989, respectivamente: 99, 93%, 89%, 87, 98% e 70% destes domicílios. Em 1989, estimava-se que em 94% dos brasileiros assistiam regularmente à TV e dados de 1989 já indicavam uma média superior a 3,2 horas diárias de exposição à TV, sendo que essa média é consistentemente maior no horário nobre (18 às 22hs) (LIMA, 1990, p. 35).

preferido para a presidência da república. Conforme a pesquisa disponibilizada pelo Data Folha para o 1º turno, em 23/03 e 24/03, Collor (PRN) possuía apenas 14% de intenção de votos, percentual muito próximo de seus concorrentes Brizola (PDT) com 13% e Lula (PT) com 12%.

Rapidamente Collor ganhou espaço e preferência da população, nas pesquisas de 03/06 e 04/06, Collor aparecia com 42% de intenção de votos contra 11% de Brizola (PDT) e Lula (PT) com 7% de intenção de votos. Já Ulysses Guimarães (PMDB) considerado grande opositor de Collor, pouco apresentou risco à candidatura do caçador de marajás, ficando abaixo de 5% de intenção de votos. Collor, logo conquistou o apoio de religiosos que o viam como uma espécie de “salvador”, aquele que seria capaz de tirar o brasileiro da pobreza. Na década de 80, o número da proporção de brasileiros em pobreza absoluta era de 34,8%, conforme representado na Tabela 3. Esse percentual pode ser explicado em partes pelos altos níveis de inflação e elevadas taxas de desemprego.

Tabela 3 - Número de pobres e incidência da pobreza absoluta – 1980 - 1990

ÁREA	NÚMERO DE PESSOAS (1 000 pessoas)		PROPORÇÃO DE POBRES	
	1980	1990	1980	1990
TOTAL	29 477,0	39 208,8	34,8	27,0
Urbano	10 792,2	19 057,2	13,9	17,7
Rural	18 654,8	20 151,7	50,1	53,4

Fonte: Oliveira (1993).

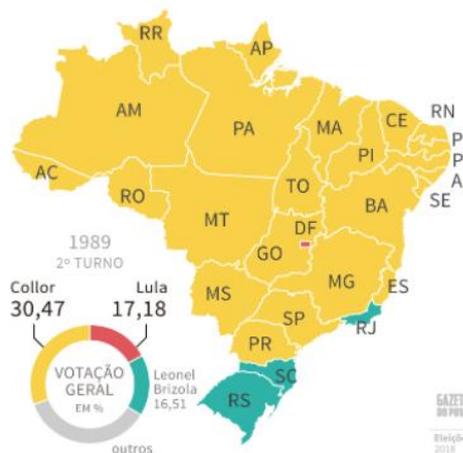
De encontro com as ideias neoliberais, Sallum Junior (2015) comenta que Collor posicionou-se a favor da redução do tamanho e intervenção mínima do Estado para dar mais liberdade à iniciativa privada, porém, entre todos os candidatos, apenas ele defendeu a privatização como princípio e preceito. Durante as eleições de 1989 houve a queda do Muro de Berlim, marcando a extinção da bipolarização mundial e por consequência a ascensão do Neoliberalismo, principalmente nos países da América Latina, e fim do regime socialista, o que beneficiou a campanha de Collor, que se aproximava dos conceitos postulados pelo Consenso de Washington.

Além disso, de acordo com Sallum Junior (2015), entre o Neoliberalismo mitigado de Collor e o estatismo redistributivo de Lula, Mário Covas (PSDB) introduziu um novo termo, o capitalismo competitivo, no qual argumentava que o Brasil não exigia apenas ajuste do Estado, mas também um choque de livre iniciativa, no qual uma postura nacionalista impõe a

capacitação do país para uma competição internacional. Nesse aspecto, Mario Covas se referia a abertura comercial e questão da privatização, no qual empresas estatais que pudessem contribuir para o desenvolvimento do país fossem preservadas.

Collor avançou com sua campanha eleitoral e as pesquisas realizadas dias antes das eleições apontavam que seguia na frente de seus concorrentes. Um dia antes da eleição, Collor (PRN) tinha intenção de voto de 26%, Lula (PT) com 15% e Brizola (PDT) com 14%. Em 15 de Novembro ocorreram as eleições e Collor (PRN) não venceu no primeiro turno, obtendo 30,47% dos votos válidos, o que equivalia a um total aproximado de 21 milhões de votos. De acordo com a Figura 3, Luiz Inácio Lula da Silva (PT) obteve um total de 17,18% de votos válidos, o que equivalia a um total aproximado de 12 milhões de votos. Leonel Brizola (PDT) obteve um total de 16,51% de votos válidos, totalizando aproximadamente 11 milhões de votos. Cerca de 35,84% dos votos ficaram entre outros candidatos, brancos ou nulos.

Figura 3 - Mapa das eleições de 1989 – 1º Turno



Fonte: Gazeta do Povo (2018).

Dessa forma, Collor (PRN) e Lula (PT) disputaram o segundo turno que estava marcado para 17 de dezembro de 1989, e rapidamente os partidos se organizaram para apoiar seus candidatos. Conforme Lemos (2009), o sindicalista Lula (PT) recebeu apoio dos partidos PSDB, PMDB, PDT, PCB, entre outros partidos de esquerda e da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e Collor (PRN) recebeu apoio dos demais partidos e empresários, além da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), Confederação das Associações Comerciais do Brasil e Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT). Collor também recebeu apoio do conservador Roberto Marinho, proprietário da emissora Rede Globo, entre outros empresários afortunados da elite brasileira, o que promoveu ainda mais a imagem do ex-

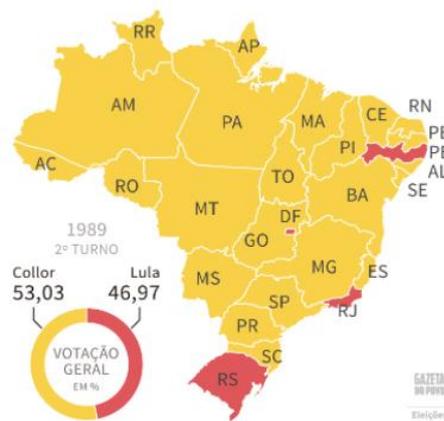
governante de Alagoas. Vale ressaltar, que a maioria dos empresários que apoiaram Collor eram contra a eleição de um candidato de esquerda.

Collor utilizou todos os recursos possíveis durante o segundo turno, seguiu com seu discurso de “caçador de marajás”, realizava frequentes ataques ao então presidente José Sarney culpando pela crise econômica e altos índices de inflação e acusações de corrupções e irregularidades. Além disso, correlacionou Lula (PT) ao comunismo em diversos comícios. Em 03 de dezembro daquele ano ocorreu o 1º debate Collor-Lula na televisão. Em 14 de dezembro ocorreu o 2º e último debate antes das eleições, apresentado de forma aberta pelo conjunto de emissoras da televisão brasileira Bandeirantes, Globo, Manchete e SBT.

As pesquisas realizadas pelo DataFolha, nos dias 12/12 e 13/12 apresentavam apenas 1% de diferença entre os candidatos, Collor (PRN) possuía 46% de intenção de votos e Lula (PT) tinha 45% de intenção eleitoral.

Collor (PRN) venceu o 2º turno com 53,03% dos votos válidos, conforme a Figura 4, percebe-se que Collor venceu em praticamente quase todos os Estados do Brasil, com exceção do Rio Grande do Sul, Pernambuco e Rio de Janeiro no qual Lula (PT) obteve a maioria dos votos.

Figura 4 - Mapa das Eleições de 1989 – 2º Turno



Fonte: Gazeta do Povo (2018).

3.3 COLLOR EM UMA VOLTA AO MUNDO: A BUSCA PELA CREDIBILIDADE ANTES DE SUA POSSE

Antes mesmo de assumir a presidência, Collor realizou no período de 24 de janeiro até 13 de fevereiro de 1990 o que ficou conhecido como uma grande turnê por diversos países,

entre eles estavam: Estados Unidos, Alemanha, Inglaterra, Portugal, Espanha, Itália, França, Japão, URSS, além dos países vizinhos Argentina, Uruguai e Paraguai. De acordo com a Carneiro (1999), Collor inaugurou um novo tipo de “vender” sua candidatura fora do Brasil, isso porque internamente sua imagem já estava consolidada. Nesse contexto, era importante que fosse conhecido fora das fronteiras brasileiras, pois enxergava como uma oportunidade de estreitar as relações políticas e econômicas com outros países, além é claro, de buscar certa credibilidade, que foi perdida durante a década de 80. Em 21 de janeiro daquele ano visitou os países que mais tarde viriam a formar o Mercosul, com o objetivo de discutir a dívida externa, índices elevados da inflação econômica do país e estreitar a aproximação econômica dos países vizinhos latino-americanos. Na Argentina encontrou-se com o então presidente Carlos Menem, no qual tomou posse em 1989, idealizador dos preceitos liberais e do Consenso de Washington.

De acordo com Casarões (2015), o presidente argentino já havia realizado duas “cirurgias sem anestesia”⁸ para conter a febre da hiperinflação que castigou a economia argentina, ambas sem sucesso. No Uruguai encontrou-se com Julio Maria Sanguinetti e posteriormente com Luis Alberto Lacalle, falou sobre a aproximação do Uruguai e Brasil, além disso sobre a necessidade de criação de acordos jurídicos para a Associação Latino-Americana de Desenvolvimento e Integração (ALADI). O Paraguai vivia um governo provisório comandado pelo general Andrés Rodriguez, dessa forma, Collor tratou em particular das questões dos brasileiros que haviam imigrado para o Paraguai nos anos 70. Em 24 de janeiro, Collor segue sua viagem para os Estados Unidos, no qual foi recebido de forma muito amistosa pelo então presidente George Bush, isso porque o Brasil era um país importante para o estabelecimento das medidas postuladas pelo Consenso de Washington, além disso, era fundamental que no Brasil a população e mercado observassem que o governo estava criando boas relações com este país de primeiro mundo. Posteriormente, encontrou-se com a primeira-ministra da Inglaterra, Margaret Thatcher, um encontro muito esperado principalmente porque Thatcher era considerada a madrinha do liberalismo mundial. Conforme Casarões (2015, p. 113), Collor recebeu a palavra dos governantes da Inglaterra e banqueiros que “iriam retirar as pré-condições estabelecidas para a negociação da dívida com o Brasil - num voto de confiança às reformas modernizantes prometidas pelo presidente eleito”. Em Portugal, Collor falou sobre o bilateralismo entre os dois países, isso porque Portugal era um país muito importante para

⁸ Na primeira delas, procedeu à maxidesvalorização do Austral, tarifazo e congelamento de preços. Na segunda, confiscou depósitos bancários a prazo fixo, de modo a enxugar os meios circulantes, e deu calote da dívida pública interna, convertendo-a em Bonos da Dívida Externa (Bonex), a serem pagos em 10 anos. Casarões (2015, p. 102).

fomentar as exportações brasileiras aos demais países da Europa. Na Espanha, Collor encontrou-se com o primeiro-ministro Felipe González, no qual falou sobre a credibilidade e a questão do ajuste econômico para entrada dos produtos brasileiros na Europa. Na União Soviética, Collor encontrou-se com o líder Mikhail Gorbatchov, de acordo com Casarões (2015, p. 110), “diplomatas e empresários brasileiros viam a necessidade de aprofundamento de relações econômicas com a União Soviética, um parceiro até então distante, mas com grandes potenciais de complementaridade”. No Japão⁹, Collor voltou a falar da questão da dívida externa, além da integração econômica entre Japão e Brasil, que havia passado por um momento muito delicado durante os anos 80. De fato, a volta ao mundo de Collor foi uma saída inteligente para trazer credibilidade ao cenário brasileiro. Sallum Junior (2015) afirma que a viagem foi bem-preparada, em aviões de carreira e poucos assessores, fazendo contraponto ao que julgava irresponsável no governo de Sarney.

⁹ Para maiores detalhes ver Casarões (2015).

4 O PLANO BRASIL NOVO E A INÉRCIA INFLACIONÁRIA

Fernando Collor de Mello tomou posse no dia 15 de março de 1990. Toda a população aguardava o pronunciamento do presidente, principalmente para saber quais seriam as medidas que o jovem adotaria para combater a profunda crise¹⁰ que havia se instaurado no Brasil. Collor nomeou a economista Zélia Cardoso de Mello para o Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, uma jovem de 36 anos que já havia assessorado o ex-ministro da Fazenda Dílson Funaro durante o governo de Sarney. Além de Zélia, a equipe econômica foi formada por outros dois economistas, Antônio Kandir e o ex-presidente do Banco Central Ibrahim Eris. De acordo com Sallum Junior (2015, p. 86), Collor “deixou vaziar para a imprensa que provavelmente se podia esperar um choque econômico heterodoxo¹¹ no início de seu governo”, isso porque a inflação crescia gradativamente, alcançando o nível de 68,2% e 74% em janeiro e fevereiro respectivamente, caminhando para 82,2% em março daquele ano. Em 16 de março, Collor anunciou o Plano Brasil Novo, popularmente conhecido como Plano Collor. O principal objetivo deste plano era combater os altos níveis de inflação, estruturado com vinte medidas provisórias e três decretos com certo nível de intervencionismo. De acordo com Zortéa (2015), a inflação é um fenômeno que ocorre em economias capitalistas e pode ser definido como um aumento contínuo e generalizado do nível de preços de bens e serviços. A inflação pode ser classificada em quatro tipos: demanda, custos, inercial e estruturalista. A inflação que estava instaurada no Brasil durante o anúncio do Plano Brasil Novo era considerada inercial, vale lembrar que desde os anos 80 o Brasil já havia criado planos de estabilização para combater a inflação inercial¹². A inflação inercial também é conhecida como memória inflacionária, isso porque quando uma economia vive períodos longos de inflação de demanda¹³ ou de custos¹⁴,

¹⁰ Existem vários significados para a palavra “crise”, de acordo com a definição de Bobbio (1998, p. 305), Chama-se Crise a um momento de ruptura no funcionamento de um sistema, a uma mudança qualitativa em sentido positivo ou em sentido negativo, a uma virada de improviso, algumas vezes até violenta e não prevista no módulo normal segundo o qual se desenvolvem as interações dentro do sistema em exame.

¹¹ A despeito de Planos Heterodoxos, de acordo com Salvo (1998, p. 31), estes planos são reconhecidos pela ênfase na política de rendas e na adoção de medidas que visam alterar a estrutura econômica por acreditar ter a inflação origem em aspectos estruturais.

¹² Pode-se citar as propostas de Francisco Lopes, Lara Resende e Pécio Arida. As propostas de Lopes (1985) resumidamente são: a) congelamento de preços; b) política salarial; c) política cambial; d) política monetária e déficit público. Já Resende e Arida (1986) propuseram o encolhimento da memória inflacionária do sistema e a emissão da moeda indexada (SALVO, 1998, p. 25).

¹³ A inflação de demanda pode ser caracterizada quando ocorre um excesso de demanda agregada em relação a oferta, isso quer dizer que há um aumento pela procura dos bens e serviços em relação ao que está sendo ofertado no mercado. Como a oferta é baixa, a tendência é que ocorra uma elevação no nível de preços destes bens e serviços demandados

¹⁴ A inflação de custos também é conhecida como inflação de oferta e está ligada a fatores exógenos, ocorre principalmente quando os insumos para produção de determinado bem ou serviço ficam mais caro, assim os custos de produção se elevam e são repassados ao consumidor final

os agentes econômicos passam a praticar aumentos sistêmicos de preços no curto prazo com o objetivo de se proteger dos índices de inflação. Funciona como se fosse uma inércia, quanto mais os preços sobem mais eles tendem a subir, seria como um alimentador automático de níveis de preço.

4.1 A CONCEPÇÃO E MEDIDAS DO PLANO

O Plano Brasil Novo foi anunciado em 16 de março de 1990, um dia após a posse de Fernando Collor de Mello. De acordo com a Andrei e Sampaio (1995, p. 13), “o plano Collor I foi, em seu início, uma intervenção radical que pretendia estabilizar a economia em curto espaço de tempo através de um rápido saneamento financeiro do Estado e de uma recessão violenta”. O principal objetivo do plano era combater a inflação inercial, que de acordo com os economistas responsáveis era ocasionada pelo desequilíbrio orçamentário das contas do governo.

Carvalho (2006, p. 102) comenta que os dados sobre as origens do Plano Collor são muito dispersos, fragmentados e que não foram divulgados documentos contendo informações específicas, porém o desenho das medidas deve ter sido influenciado por uma proposta discutida na assessoria de Ulysses Guimarães (PMDB), adversário de Collor no primeiro turno. Essa proposta foi levada para a equipe do candidato Lula (PT), no qual recebeu grande apoio de sua assessoria econômica, e pouco tempo depois chegou à equipe de Zélia Cardoso.

O plano foi apresentado à mídia e a população em rede nacional, e embora a equipe econômica tenha se esforçado para apresentar de uma forma positiva, não tiveram sucesso principalmente pelas propostas formuladas, deixando aos que assistiam preocupados com o cenário que estaria prestes a se formar. As medidas econômicas estabelecidas no Plano Brasil Novo seguem abaixo com embasamento nos autores Giambiagi (2011) e Carvalho (2006):

- a) Todas as aplicações financeiras, incluindo depósitos em Conta Corrente e Poupança, que ultrapassassem o limite de NCr\$ 50.000 foram bloqueadas por um prazo de 18 meses e o governo devolveria os valores já convertidos. Os valores seriam pagos em 12 parcelas com correção monetária acrescido de juros de 6% ao ano e seriam liberados a partir do 19º mês.
- b) Substituição da moeda, foi substituído o Cruzado Novo (NCz\$) pelo Cruzeiro (Cr\$).
- c) Aumento da arrecadação através da elevação do imposto sobre produtos industrializados (IPI). Os serviços públicos por sua vez também tiveram elevação dos preços, como energia elétrica e gás.

- d) Criação do IOF (Imposto sobre Operações Financeiras), com objetivo de alavancar as contas públicas.
- e) Redução do número de ministérios e institutos governamentais. No que tange ao ministério, foi realizado um corte de 11 ministérios, de 23 passou para 12.
- f) Implementação do regime de câmbio flutuante. Desta forma, a taxa de câmbio era definida pelo mercado, sem interferência do governo.
- g) Foram congelados preços e salários, e os ajustes seriam realizados conforme a inflação esperada e tabelamento imposto pelo governo.
- h) Abertura Comercial do mercado brasileiro para o exterior, além da eliminação de diversos incentivos fiscais para importação e exportação.
- i) Privatização de empresas estatais reguladas até então pelo governo.

Além das propostas econômicas, também foram anunciadas as medidas que Collor chamou de “saneamento moral”, que tinham o objetivo de acabar com a corrupção e sonegação de impostos.

- a) Abuso econômico passaria a dar cinco anos de prisão no país, como por exemplo esconder mercadorias, exagerar nos preços e iludir o consumidor. Seriam presos gerentes, diretores e proprietários de empresa que cometessem o crime de abuso econômico;
- b) Funcionários públicos que participassem de atos lesivos ao fisco seriam demitidos e presos;
- c) Seriam extintas todas as mordomias e pagamentos disfarçados de salários etc.;
- d) Anonimato da riqueza e sonegação seriam extintos;
- e) Extinguiram-se os títulos ao portador;
- f) As grandes fortunas passariam a pagar sua contribuição para saneamento econômico do país;
- g) Ganhos de capital obtidos nas bolsas de valores passariam a ser tributados.

De acordo com Longo (1994, p. 174), “a essência do Plano Collor está descrita em três Medidas Provisórias, 154, 160 e 168, que estabelecem as políticas de renda, fiscal e monetária respectivamente, as demais medidas como a reforma administrativa, corte de subsídios, blitz contra a sonegação e privatizações tem caráter complementar”. Na Tabela 4, o professor Andrada (2018) realiza uma síntese das principais Medidas Provisórias do Plano Brasil Novo.

Tabela 4 - Principais Medidas Provisórias do Plano Collor

Medida Provisória	Principais medidas
151	Extinção ou dissolução de Autarquias, Fundações, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista
153	Definia os crimes de abuso do poder econômico
154	Instituiu a "nova sistemática para reajustes de preços e salários," proibindo reajuste de preços sem prévia do Ministério da Economia
155	Criava o Programa Nacional de Desestatização (PND)
156	Tratava dos crimes contra a Fazenda Pública, isto é, das medidas de evasão e sonegação de impostos
157	Criava os certificados de privatização, que eram títulos de emissão do Tesouro Nacional, os quais poderiam ser usados para a compra de empresas públicas
158	Tratava da redução de impostos para importação
160	Tratava do IOF, o qual passava a incidir sobre títulos de valores mobiliários, operações com ouro, saques da caderneta de poupança. As alíquotas iam de 8% até 35%
162	Imposição do pagamento de imposto de renda de 25% sobre os ganhos líquidos obtidos em operações em bolsa de valores, de mercadorias, futuros e "outros mercados organizados"
165	Proibia os títulos ao portador
167	Alterava as regras do IR sobre as atividades rurais
168	Instituiu o Cruzeiro como a nova moeda nacional
173	"Não será concedida medida liminar em mandados de segurança e ações ordinárias e decorrentes das medidas provisórias 151, 154, 158, 106, 161, 162, 164, 165, 167, 168 de 1990"

Fonte: Andrada (2018).

Pode-se dizer que a maior novidade do plano estaria por conta dos bloqueios de liquidez¹⁵, um dos principais métodos para conter a inflação. De acordo com Oliveira (1990, p. 216):

[...] promoveu-se um sequestro de cerca de 75% dos ativos financeiros do setor privado [...] com o compromisso de começar a restituí-los a seus titulares no prazo de 18 meses. A medida, ressentindo-se de quaisquer critérios de seletividade, estabeleceu-se uma regra única para todas as aplicações financeiras de pessoas físicas e jurídicas: a disponibilidade de Cr\$ 50 mil para as aplicações em poupança e para os depósitos à vista; de 20% ou de Cr\$ 25 mil para o overnight e para os fundos de curto prazo.

O bloqueio dos ativos financeiros tinha o objetivo de reduzir drasticamente a liquidez da economia, além disso, outras medidas foram estabelecidas para controlar a inflação e reduzir a zero o déficit público. De acordo com jornal *O Globo* (1990), o plano foi considerado o mais radical já decretado no país, até mesmo pelo ex-ministro Octavio Gouvêa de Bulhões¹⁶. Já o legislativo havia reagido com perplexidade diante do novo plano. O plano sofreu muitas críticas mesmo sendo baseado nos conceitos de Washington.

¹⁵ Medidas desse tipo têm sido designadas como reformas monetárias, por incluírem em geral a troca de moeda e por apresentarem motivações de ordem monetária – controle da emissão, redução da liquidez ou reorganização do meio circulante. Carvalho (2006, p. 105).

¹⁶ Ministro da Fazenda no período de 1964 – 1967 (governos Ranieri Mazzilli e Humberto de Alencar Castelo Branco). Economista e considerado liberal, influenciado por Adam Smith.

4.2 A POLÍTICA MONETÁRIA

A política monetária do Plano Brasil Novo foi instituída na Medida Provisória 168 e tem sua ênfase no bloqueio da liquidez e troca da moeda nacional.

De acordo com Carvalho (2006), o Cruzado novo (NCz\$) foi substituído pelo Cruzeiro (Cr\$) e criado uma alíquota de 8% referente ao IOF para transações não monetárias, transmissão de ações e ouro. Todas as aplicações financeiras como Conta Corrente e Poupança que ultrapassassem o limite de NCr\$50.000, que valiam cerca de US\$ 610 no mercado paralelo em 13/03, ficariam bloqueadas por um prazo de 18 meses e o governo devolveria os valores já convertidos de Cruzados Novos para Cruzeiros. Os valores seriam pagos em 12 parcelas com correção monetária acrescido de juros de 6% ao ano e seriam liberados a partir do 19º mês, dessa forma, os valores sacados antes do anúncio do bloqueio não foram atingidos.

De acordo com Pastore (1991, p. 158), “foram tornados indisponíveis 80% do estoque de M4¹⁷ em Cruzados Novos, o que atingia 30% do PIB aproximadamente, com os restantes de 20% de M4 convertidos em cruzeiros e liberados para uso”. Assim, os meios de pagamentos foram contraídos de 30% para apenas 9% do PIB. Além disso, conforme a MP 168, os Cruzados Novos bloqueados poderiam ser usados por sessenta dias para pagamentos de impostos, taxas, contribuições e obrigações previdenciárias e por 180 dias poderiam ser transferidos entre pessoas físicas e jurídicas para fins de liquidação de dívidas e operações financeiras comprovadas antes de 15/03/1990¹⁸. Esse bloqueio ficou conhecido como confisco e, embora Collor negue que tenha confiscado o dinheiro da população, para Ramalho (1993), o termo “confisco monetário” ocorre de fato quando o Estado confisca os valores da população, mesmo quando há intenção de devolvê-lo, isso porque economicamente os legítimos donos são privados do domínio e do usufruto de seus fundos.

É interessante ressaltar que os bloqueios de liquidez ocorreram mundialmente em três ondas no século XX, a primeira no final da I Guerra Mundial, a segunda onda no final da II Guerra Mundial e a terceira nos países da América Latina no final dos anos 80, especificamente no Brasil no Plano do governo Collor (1990) e na Argentina no governo de Menem com o Plano Bonex (1990) (CARVALHO, 2006). As ondas um e dois tiveram o objetivo de reorganizar suas finanças que estavam abaladas com o fim da guerra, reestruturar a oferta de moeda e controlar

¹⁷ De acordo com Sallum Junior (2015 p. 90), M4, compreende o papel-moeda em mãos do público, depósitos à vista e a prazo, cadernetas de poupança e títulos públicos em poder do setor privado e letras de câmbio.

¹⁸ Carvalho (2006 p. 104) in BCB; Gazeta Mercantil (edição extra, 17/3/1990, n. 19.299, p. 32); Revista de Economia Política, 1990. p. 117-120.

a inflação que crescia gradativamente. O plano da equipe econômica de Collor foi tratado por um pequeno grupo e não foi divulgado documentos oficiais que possam evidenciar exatamente quais foram os argumentos utilizados para se chegar em um bloqueio de liquidez.

Carvalho (2006), faz uma relação muito interessante com o texto publicado pelos professores da Unicamp Belluzzo e Almeida em 1990, embora os autores neguem qualquer formulação destinada ao plano postulado por Zélia e sua equipe, inclusive alegam que o texto foi produzido com teor acadêmico no período de 1988-1989. Nesse aspecto, Carvalho (2006) em sua obra, realiza uma construção analítica que compara o texto de Belluzzo e Almeida (1990) com as propostas apresentadas por Collor. Ao realizar a leitura do texto desses autores, percebe-se certa semelhança com o discurso apresentado pelo então presidente durante o anúncio das medidas econômicas. Carvalho (2006) aponta a sugestão dos professores da Unicamp referente ao processo do bloqueio da liquidez, conforme abaixo:

A proposta de bloqueio da liquidez é defendida pela necessidade de o Estado readquirir a condição de “gestor da moeda” e a capacidade de “regular os critérios de avaliação de riqueza dos centros privados de decisão”. Na análise da grave crise em curso, defendem que o problema maior não era a fragilidade fiscal do setor público, mas, sim, a impossibilidade de recuperar o controle da moeda. A origem dos problemas estaria nos efeitos da crise do início da década e das políticas de ajustamento do setor externo, às quais “subordinou-se a gestão monetária nesse período” (CARVALHO, 2006, p. 126).

No que tange ao Estado readquirir a “gestão da moeda”, historicamente percebe-se que o governo “perdeu o controle” ou “obteve controle demais”, pode-se ser citada a forte emissão de moeda ocorrida durante o período do milagre econômico nos anos 60 e 70. Essa emissão de moeda foi realizada para promover o desenvolvimento econômico e, muitas vezes, para arcar até mesmo com o pagamento da dívida externa que resultou em uma grande circulação desse valor monetário, o que agravou ainda mais a hiperinflação ocorrida nos anos 80 e 90. Dessa forma, a proposta de Belluzzo e Almeida envolvia a criação de uma nova moeda e a suspensão condicionada da liquidez na moeda antiga (ANDRADA, 2018). Em consideração ao bloqueio da liquidez, há um ponto em particular que também é apontado como um dos motivos para o bloqueio, as aplicações do *overnight*. De acordo com Andrada (2018), nessa época havia duas moedas no Brasil, uma “moeda dos pobres” (o cruzado) e a “moeda dos ricos” (títulos públicos que pagavam juros e tinham liquidez diária), e é nesse contexto que é introduzido o *overnight*.

O *overnight* era uma aplicação financeira que rendia taxas de juros diárias e não mensais, pois um ambiente econômico de incertezas fazia com que a dívida pública interna crescesse gradativamente, dessa forma, para agradar os investidores, os juros eram maiores e

os prazos de rolagem menores. O bloqueio do *overnight* realizado pelo Banco Central ocorreu devido a insegurança dos agentes migrarem suas aplicações para a conta corrente ou até mesmo poupança, pois conforme Nakano (1991, p. 136), “no final do mês de fevereiro, ocorreu uma corrida financeira do *overnight* para a caderneta de poupança, que chegou a movimentar em um único dia US\$ 5 bilhões e, na véspera do anúncio do Plano Brasil Novo, houve novos saques massivos para converter em depósitos à vista”. Além disso, o Banco Central realizou uma desvalorização da taxa de câmbio em 10,72% no dia 13 e foi decretado feriado bancário do dia 14 até 16 de março daquele ano. De acordo com Carvalho (2006) as aplicações do *overnight* e conta remuneradas possuíam direito a liberação imediata de Cr\$ 25.000,00 ou 20% do valor total, valendo o maior, assim essa medida instituiu o alongamento da dívida mobiliária.

Para depósitos a prazo, debêntures e cotas dos fundos, a conversão para cruzeiro deveria ser feita apenas no vencimento do título, já as parcelas não convertidas deveriam permanecer denominadas em cruzados novos até seu vencimento. Para Nakano (1991, p. 140), o confisco parcial da dívida pública pode ser resumido da seguinte forma:

- a) três dias de feriado bancário, o que corresponde a uma perda de quase 9% do estoque de recursos aplicados no *overnight* e nos fundos de curto prazo, isto é, cerca de US\$ 6 bilhões;
- b) IOF sobre o estoque de ativos retidos no Banco Central e ouro variando de 8 a 35%;
- c) deságio, feito pelo mercado, na cotação de cruzados novos retidos no Banco Central;
- d) defasagem da taxa de juros (variação da BTN mais 6% a.a.), fixada para os ativos retidos no Banco Central em cruzados novos, em comparação com a taxa de mercado.

De acordo com Nakano (1991), com a substituição de cruzados para cruzeiros, esperava-se que o Banco Central criasse medidas e regras que possibilitassem a definição da moeda como a soma de papel-moeda em poder do público e os depósitos à vista, o que poderia garantir ao Bacen o poder de controle, assim devolveria aos cruzeiros a credibilidade necessária para a estabilidade. Além disso, a criação de um novo título público com prazo mais alongado poderia recompor a confiança no Tesouro Nacional, assim restaurar ao *open market* a sua confiança de regulador de liquidez e, dessa forma, o Bacen passaria a ter um instrumento de política monetária, o que acabou não ocorrendo (NAKANO, 1991).

Nos meses de abril e maio observou-se um avanço acelerado da recomposição da liquidez na economia. Segundo Appy et al (1995), a conversão de cruzados em cruzeiros foi tão intensa que o Bacen não realizou nenhum leilão de conversão que estava descrito inicialmente no plano. Isso ocorreu porque as oportunidades legais de conversão foram ampliadas através de operações ilegais, com destaque para as transferências de Cruzados Novos

– com base em dívidas forjadas – entre agentes com recursos bloqueados e sem impostos a pagar com agentes em situação inversa (APPY et al., 1995).

De acordo com a Tabela 5, é possível observar que em abril a conversão acumulada de Cruzados Novos para Cruzeiros era de 22,5%, em maio o percentual era de 39,7% e em junho já estava em 41%, o que enfatiza o avanço rápido da liquidez nos meses iniciais do plano. Ainda em 1990, as conversões dos cruzados bloqueados já estavam cerca de 44%, realizados através de pagamentos de tributos e contribuições, assim rapidamente ocorreu a recuperação da demanda agregada, que até então estava paralisado nos meses iniciais do plano.

Tabela 5 - Cruzados Novos Convertidos

PERÍODO		VALOR CONVERTIDO NO PERÍODO ^a	CONVERSÕES ACUMULADAS	US\$ mi Dez/90 e relações (%)			CONVERSÃO ACUMUL/VOB ATUALIZADO ^c %
				VALOR CONV. NO PER EM RELAÇÃO (%) ^b			
				V.O.B	BASE MONETÁRIA	M4	
1990	MAR	3.674	3.674	11,2	64,1	7,0	10,1
	ABR	8.527	12.201	25,1	144,1	15,6	22,5
	MAI	10.078	22.278	24,7	105,6	16,0	39,7
	JUN	893	23.171	2,7	6,4	1,3	41,0
	III	223	23.394	0,7	2,0	0,4	42,9
	IV	478	23.872	1,6	5,5	0,8	44,0
1991	I	715	24.587	2,5	7,5	1,2	45,4
	II	843	25.430	3,1	10,5	1,4	47,6
	III	5.892	31.323	22,7	77,5	8,9	60,2
	OUT	2.151	33.473	12,0	34,9	3,3	65,3
	NOV	1.793	35.267	12,0	33,8	2,8	69,4
1992	DEZ	1.708	36.975	12,3	31,2	2,6	73,3
	JAN	1.609	38.584	12,8	25,6	2,2	76,8
	FEV	1.614	40.199	14,7	35,8	2,1	80,1
	MAR	1.632	41.831	16,9	31,3	2,0	83,5
	ABR	1.730	43.561	20,7	38,5	1,9	86,9
	MAI	1.677	45.238	24,9	34,1	1,8	90,1
	JUN	1.665	46.904	33,4	37,7	1,7	93,4
	JUL	1.662	48.566	50,1	39,8	1,6	96,7
AGO	1.658	50.224	100,0	40,8	1,6	100,0	

Fonte: Appy et al (1995), tabela adaptada.

As medidas adotadas pelo governo obtiveram uma queda abrupta nos níveis de inflação. Em março a inflação de acordo com o IPCA, estava em 82,2%, já em abril com a contração monetária a inflação atingiu a casa de 14,7% e em maio chegou ao nível de 7,3%. Porém com o rápido avanço da liquidez provocada pelas conversões formais e informais da moeda, a partir de junho percebe-se uma elevação para 11,6% e em julho 12,6%.

Com a aceleração da monetização, em maio o governo decide adotar medidas de controle monetário, como restrições de conversões e controle do crédito disponibilizado ao setor público e pessoas físicas. Além disso, houve a substituição das Letras Financeiras do

Tesouro (LFT) pelas Letras do Tesouro Nacional (LTN) para operações de *open market* e o fim da zeragem automática.

Para alongar os prazos da dívida interna, as LTN possuíam prazos prefixados de 28 a 42 dias. Praticamente não houve resultado dessa ação, pois as instituições financeiras acabavam recorrendo ao Bacen para resolver problemas de liquidez através de operações no mercado secundário. De acordo com a Appy et al (1995), a partir de agosto o governo elevou as taxas de juros para controlar o crédito disponibilizado, com o objetivo de frear o aumento da inflação que já estava em 12,2%, porém essa elevação foi insuficiente para conter a pressão inflacionária decorrente do choque agrícola e forte desvalorização cambial.

As políticas monetárias realizadas para controle da inflação causaram drástica redução da liquidez, em torno de US\$ 34 bilhões foram bloqueados e M2 caiu de US\$ de 47,2 bilhões em fevereiro para US\$ 15,5 bilhões no final de março (SILVA, 2002). A falta de controle do Bacen em relação às conversões fez com que a liquidez ressurgisse rapidamente, além disso, as políticas que deveriam auxiliar o controle monetário foram instauradas apenas após a inflação voltar a crescer e não foram suficientes para conter esse aumento, em dezembro já estava na casa dos 19,1%.

A falta de apoio político de Collor dificultou a aprovação de medidas complementares para a política monetária. A quebra da safra fez com que os preços dos produtos agrícolas se elevassem, o que propiciou ainda mais o aumento da inflação.

4.3 A POLÍTICA FISCAL

A política fiscal no Plano Brasil Novo de acordo com Sallum Junior (2015), tinha o objetivo de reajustar preços de serviços públicos, aumentar ou reduzir o prazo de recolhimento de impostos, reduzir ou eliminar subsídios, fundir ou exterminar órgãos públicos além de vender propriedades públicas consideradas mordomias e lançar um programa de privatizações.

A reforma fiscal previa um ajuste de 10% do PIB, assim iria transformar um déficit operacional de 8% do PIB em superávit de 2%. A Tabela 6 apresenta detalhadamente a proposta do ajuste, onde o maior percentual estaria no que o governo chamou de “ajustamento de uma vez por todas”, com ganhos de 6% do PIB. O IOF englobava 2,5% do PIB e seria obtido através de um aumento do recolhimento deste imposto. Em relação aos certificados de privatização, estes com 2% do PIB e que deveriam ser comprados obrigatoriamente pelas instituições financeiras, assim seriam utilizados no futuro na compra e venda de estatais. As privatizações abarcavam 1,5% do PIB.

Tabela 6 - Ajuste fiscal estimado pelo plano (% PIB)

Ajustamento Permanente	3,9
Receitas	
Imposto sobre consumo	0,6
Preços de empresas estatais	0,5
Evasão fiscal	0,5
Despesas	
Redução dos juros	1,5
Redução dos gastos	0,5
Efeito Oliveira-Tanzi	0,1
Outros	0,3
Ajustamento de uma vez por todas	6,0
Imposto sobre capital (IOF)	2,5
Certificados de privatização	2,0
Privatização	1,5
Total	9,9

Fonte: Pereira; Nakano (1991).

O ajuste permanente de 3,9% do PIB reúne medidas atreladas a receitas e despesas. Para Nakano (1991, p. 146), o ajuste fiscal proposto envolve “duas confusões conceituais” que necessitam ser esclarecidas:

Em primeiro lugar, é preciso ter em conta que uma parcela considerável das receitas do ajuste fiscal será em cruzados novos e suas despesas serão em cruzeiros. Como a base do Plano Collor é o controle monetário, essa questão se torna mais crítica, pois o Bacen estaria na prática convertendo a dívida pública em moeda corrente. Em segundo lugar, é necessário distinguir ajuste fiscal permanente de ganhos emergenciais transitórios, como a imposição de IOF sobre o estoque de ativos, que tem caráter de um confisco de riqueza e não aumento da carga tributária de forma permanente (NAKANO, 1991, p. 146).

Para que o ajuste fosse realizado era necessário que os agentes passassem a recolher tributos e impostos, assim os produtos agrícolas seriam taxados e incorporados à base de tributação da União para fortalecer o sistema financeiro, já que anteriormente havia pouca fiscalização para esses produtos, além disso, os subsídios para esse setor seriam extintos. Todas as transações financeiras deveriam ser registradas, incluindo operações na bolsa de valores, os depósitos, cheques e títulos ao portador com valor acima de US\$ 100 seriam eliminados, essa medida tinha o objetivo de acabar com o anonimato fiscal. De acordo com Guardia e Quadros (1995), a política fiscal, a partir de março, esteve subordinada ao objetivo macroeconômico geral da redução e controle da demanda agregada, assim pode-se dizer que esteve condicionada a três fatores básicos:

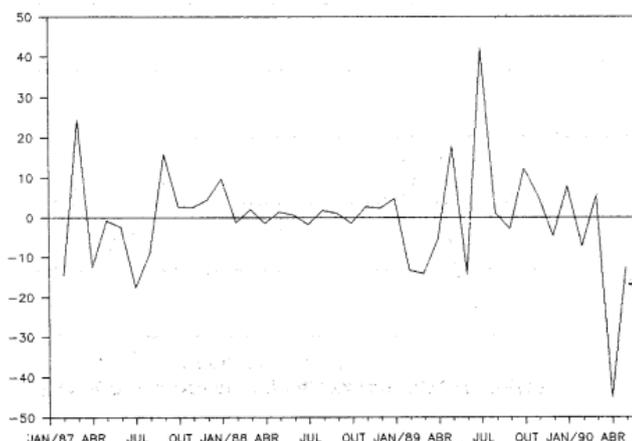
- a) A desvalorização e reestruturação unilateral da dívida mobiliária federal, promovida pelo Plano Collor I;

- b) A necessidade de manutenção do superávit na execução financeira do Tesouro Nacional;
- c) As dificuldades associadas à proposição e à implementação de uma reforma fiscal. Particularmente de uma reforma tributária. (GUARDIA; QUADROS, 1995, p. 87).

A desvalorização e alongamento da dívida mobiliária federal através do confisco permitiu ao Tesouro Nacional eliminar o constrangimento de caixa, isso porque os encargos da dívida mobiliária em fevereiro superavam aproximadamente 63,0% da receita tributária disponível do Tesouro Nacional. Em relação ao superávit, o governo via a necessidade da manutenção desse fator no Tesouro Nacional, pois vale lembrar que com os ajustes monetários, o governo estava incapacitado de criar títulos da dívida pública devido sua falta de credibilidade no mercado financeiro.

Sem apoio político que era necessário para realizar uma reforma tributária, o governo viu-se obrigado a recorrer a impostos e tributação de diversos setores da economia, conforme descrito anteriormente. Além disso, não poupou recortes de salários públicos, federais, redução real dos valores dos beneficiários da Previdência Social, além de realizar arrocho salarial. Conforme o Gráfico 1, é possível observar a queda brusca do salário-mínimo a partir de março de 1990 com percentual de 10,74, em abril a queda foi ainda maior com -39,21% e maio com -46,99% de variação das taxas mensais reais do salário-mínimo.

Gráfico 1 - Salário-mínimo: Taxas Mensais Reais
Deflator: INPC (t, t+1)



Fonte: Crusius (1990).

De acordo com Salvo (1998), a ação sobre o estoque da dívida pública interna foi imperiosa, o total dos encargos acumulados em 1990 perfaz 0,7% do PIB, ao passo que no mesmo período do ano anterior foi de 4,8% e os saldos de títulos públicos apresentou queda

real de 30,6% em 1990. Na Tabela 7, é possível observar a dívida interna, em 1989 o total era de US\$ 106,3 bilhões, em 1990 percebe-se a redução para US\$ 87 bilhões.

Tabela 7 - Dívida Mobiliária Federal – Brasil

DISCRIMINAÇÃO	1988	1989	1990	1991	1992 ^b
POSIÇÃO DO ESTOQUE NO FINAL DO PERÍODO (US\$ bilhões dez/90)					
Dívida Interna ^c	92,5	106,3	87,0	70,8	75,2
BTN Especial	-	-	64,1	40,3	0,0
LFT	47,3	105,0	17,2	18,2	7,4
NTN	-	-	-	11,7	67,6
Outros títulos ^d	45,2	1,3	5,7	0,5	0,2
OPERAÇÕES PRIMÁRIAS (US\$ milhões dez/90)					
Emissões	97,051	125,009	32,481	13,567	52,578
Resgates ^e	65,422	99,041	35,528	25,952	53,215
Emissão Líquida	31,629	25,968	(3,047)	(12,385)	(637)
Encargos	9,923	19,895	9,936	70	1,310
Fluxo Financeiro p/TN	21,706	6,073	(12,983)	(12,455)	(1,947)

Fonte: Guardia e Quadros (1995), tabela adaptada.

De acordo com Guardia e Quadros (1995, p. 100), a redução da dívida deveu-se a dois fatores básicos:

Em primeiro lugar e o fator mais relevante, os ganhos obtidos pela subcorreção das BTN especiais, que entre abril de 1990 e dezembro de 1991 tiveram um rendimento nominal de 25,0% abaixo da variação do IGP-DI. Vale dizer, a substituição das LTF pelas BTN especiais e a alteração dos prazos de vencimentos, assegurou ao governo federal a manutenção de condições extremamente favoráveis para a gestão da política fiscal. Em segundo lugar, o Tesouro Nacional efetivamente promoveu uma redução real do estoque da dívida interna mediante o resgate de títulos com recursos próprios.

Conforme Guardia e Quadros (1995), no final de 1990 observou-se um superávit operacional de 1,2% do PIB comparado a um déficit de 6,9% do PIB em 1989. O superávit primário no final de 1990 ficou em 4,7% do PIB, contra um déficit de 0,9% do PIB em 1989. Esses resultados positivos foram contraste da arrecadação de impostos, conforme as metas estabelecidas para o ajuste fiscal.

4.4 AS POLÍTICAS DE RENDAS E AS POLÍTICAS SOCIAIS

A política de rendas foi instituída na MP 154, através do congelamento de preços no dia 16 de março, além disso, os salários de março foram corrigidos pela inflação de fevereiro de

72,87%. Os salários que seriam pagos em abril deveriam refletir a inflação esperada ou seriam negociados através de uma prefixação de uma taxa de correção. O abuso econômico, como ajuste de preços, seria considerado crime com pena de até cinco anos de prisão. De acordo com Nakano (1991), as regras de preços e salários no Plano Collor são instrumentos auxiliares e secundários, já que o principal objetivo se origina na contração da liquidez para derrubar a inflação, assim a contração da demanda agregada conterá a escalada de preços. O que o governo esperava era que os salários tivessem um ganho real pelo menos na segunda quinzena de cada mês, isso porque subiriam todo dia 15, enquanto os preços seriam reajustados no primeiro dia do mês subsequente. Conforme Crusius (1990), se a inflação pré-fixada fosse menor do que a inflação real, a reposição da diferença deveria ser negociada diretamente com os patrões, já que a inflação real seria medida por um novo índice no sistema ponta a ponta. Além disso, a maxidesvalorização de 10,72% realizada na taxa de câmbio pelo Bacen deveria nivelar preços e salários com o objetivo controlar a oferta e demanda da moeda estrangeira. Segundo Pacheco Filho (1991, p. 51), as principais medidas instituídas na MP 193 são:

- a) reposição das perdas salariais, na data-base de cada categoria, partindo da média do salário real dos 12 meses anteriores à data-base;
 - b) além do reajuste na data-base, dentro do período de 12 meses os trabalhadores poderão ter apenas mais um reajuste salarial, dependendo de acordo coletivo ou de dissídio;
 - c) proibição de repasses aos preços dos reajustes de salários.
- Depois de muitas discussões, o Governo resolveu recuar em dois pontos muito criticados e acusados de inconstitucionais:
- d) a proibição de acordo entre empregados e empregadores que estabeleça reajustes fora das normas fixadas na MP;
 - e) a permissão para que as empresas em dificuldades financeiras recorram à Justiça do Trabalho para não pagar aos seus empregados a reposição salarial prevista na MP.

Dessa forma os salários permaneceram inalterados até a edição da MP 193, de 25 de junho de 1990, que instituiu a recomposição dos salários de cada categoria na primeira base respectiva pela média do que recebeu o assalariado durante os doze meses de vigência do último acordo coletivo (SALVO, 1998). O cálculo foi realizado pela divisão do salário nominal de cada mês pelo índice diário da inflação chamado de Fator de Recomposição Salarial (FRS) e seria corrigido por dia pelo IPC¹⁹.

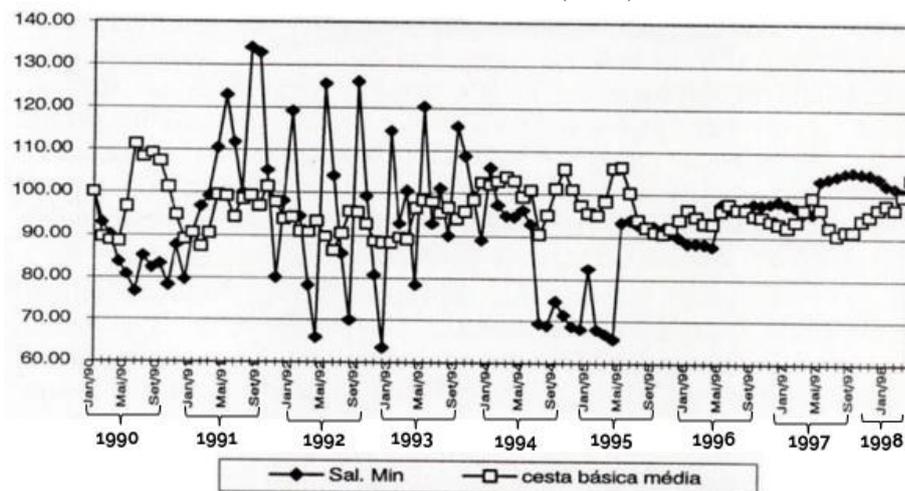
De acordo com Pacheco Filho (1991), em um estudo realizado pelo DIEESE (FSP, 1990) demonstrou que um trabalhador com data-base em agosto, recebendo no último dia útil

¹⁹ De acordo com a FGV (2022), o Índice de Preços ao Consumidor (IPC) mede a variação de preços de um conjunto fixo de bens e serviços componentes de despesas habituais de famílias com nível de renda situado entre 1 e 33 salários-mínimos mensais, abrangendo as sete principais capitais do Brasil.

do mês, teria uma reposição de 82,04% e uma perda salarial de 45,07%. Na prática os salários e preços não cursaram o mesmo nível de elevação, ou seja, os salários sofreram reajuste inferior ao nível de preços, no qual o trabalhador assalariado sofreu os principais impactos dessa medida.

No Gráfico 2, é possível observar a relação da cesta básica com os salários no período de 1990 até 1998. Percebe-se que nos primeiros meses dos anos 90 o valor da cesta básica esteve acima do salário-mínimo, isso pode ser explicado pela elevada inflação que corroía os salários. A partir de 91 há uma inversão provocada pela MP n° 295 e posteriormente transformada na Lei n° 8.178, que determinava uma reposição através da média salarial do período de fevereiro de 1990 e janeiro 1991.

Gráfico 2 - Evolução dos preços da Cesta Básica e do Salário-mínimo a preços constantes Índice Base Jan/90=100 (INPC)



Fonte: Lavinas et al (1998).

Em relação às Políticas Sociais²⁰ no governo de Collor, estas foram, diga-se de passagem, um tanto controversas. O governo desde sua campanha defendia políticas de proteção social baseada na mistura de três pilares: universalização, focalização e seletividade. Esses conceitos são importantes, até porque as políticas adotadas por Collor estavam baseadas

²⁰ De acordo Pinheiro Junior (2014, pg. 1-3), Marshall (1967) postulava o conceito de cidadania como a igualdade qualitativa entre os indivíduos de uma sociedade, ou seja, como a participação integral na comunidade: todos deveriam ser admitidos como membros completos da sociedade. A cidadania seria, em síntese, o direito de ter direitos. Os direitos sociais foram incorporados ao status de cidadania sob a visão de que os serviços sociais não eram um meio de equalizar economicamente a sociedade, mas um mecanismo de instauração da igualdade de oportunidades: o Estado garantiria o mínimo de bens e serviços essenciais visando igualar o status de cidadão de todos os indivíduos, e não o seu nível de renda.

na orientação neoliberal postulada pelo Consenso de Washington, ou em outras palavras, a atuação mínima do Estado como promotor de ações sociais.

Uma política de universalização ocorre quando toda a população tem acesso a determinado serviço disponibilizado pelo governo, sem distinção das pessoas que terão ou não este acesso. Já a política de focalização específica determina população que terá acesso ao serviço público, o que tende a beneficiar uma parte da sociedade em comparação a outra parte não beneficiada. A política de seletividade pode ser aquela destinada a um grupo selecionado e classificado com renda inferior em determinada população.

De acordo com Medici, Marques e Silva (1995), algumas medidas sociais como a saúde e educação, ainda que retoricamente defendidas como universais, avançaram na contramão nesses princípios, seguiram no sentido da seletividade. Nesse aspecto, seguiu-se as políticas de seletividade, porém com adição das medidas voltadas para focalização sem distinção específica da renda dessas clientelas²¹.

Para Pinheiro Junior (2014), o Estado Social no Brasil se consolidou entre os anos trinta e a década de setenta. Durante o período de constituição do Welfare State, pode-se destacar duas fases principais: 1930/1943 e 1964/1985, ambas efetivadas sob regimes autoritários, situação que parece referendar a tese das ações preventivas da elite e da busca de formas de legitimação via política social. Com a Constituição de 1988, esperava-se que o Estado atuasse com maior universalização das políticas sociais. A expansão das políticas deveria garantir os recursos necessários a serem destinados a essas medidas sociais, já que o governo da época era acusado de corrupção.

De acordo com a Constituição Federal de 88, são considerados direitos sociais a educação, saúde, alimentação, trabalho, moradia, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade e à infância, assistência aos desamparados. Nessa contraposição ao Welfare State, o governo de Collor cria uma ruptura entre universalização promulgada na Constituição de 88 e as medidas de seletividade e focalização de seu governo. Em relação às definições do papel do Estado, Collor argumenta no Projeto de Reconstrução Nacional enviado ao Congresso Nacional em 1990:

Creio que compete primordialmente à livre iniciativa - não ao Estado — criar riqueza e dinamizar a economia. Ao Estado corresponde planejar sem dirigismo o

²¹ De acordo com Jaguaribe (1950), por política de clientela se entende, basicamente, todas as formas de ação política, quer no âmbito do Estado e suas subdivisões territoriais ou administrativas, quer no âmbito de qualquer coletividade dotada de alguma institucionalidade, orientadas por um sentido de troca de vantagens específicas entre o promotor de tais ações, o político de clientela, e os grupos sociais junto aos quais opera, a clientela de tal política.

desenvolvimento e assegurar a justiça, no sentido amplo e substantivo do termo. O Estado deve ser apto, permanentemente apto, a garantir o acesso das pessoas de baixa renda a determinados bens vitais. Deve prover o acesso à moradia, à alimentação, à saúde, à educação e ao transporte coletivo a quantos deles dependam para alcançar ou manter uma existência digna, num contexto de iguais oportunidades - pois outra coisa não é a justiça, entendida como dinâmica social da liberdade de todos e para todos. Entendo assim o Estado não como produtor, mas como promotor do bem-estar coletivo. Daí a convicção de que a economia de mercado é forma comprovadamente superior de geração de riqueza, de desenvolvimento intensivo e sustentado (MELLO, 1990, p. 15).

Nesse contexto, Collor deixa evidente que o Estado não atuaria como provedor do bem-estar coletivo, mas sim como fomentador das ações sociais.

Dessa forma de acordo com Medici, Marques e Silva (1995), a política social no governo de Collor foi implementada através de três vias. A primeira com mudanças das leis complementares e normas de serviços que definiam as diretrizes dos programas, porém o governo encontrou diversas dificuldades em realizar qualquer ajuste, principalmente pelo desalinhamento entre governo e o Congresso Nacional.

A segunda, pela reforma administrativa, com cortes de pessoal onde buscava-se um estado menor e bem-informado para atuar nas políticas econômicas e sociais. A terceira, com o reforço da centralização federal, o que na verdade transcreveu a concentração das ações entre o governo federal e prefeituras na busca pela seletividade de clientelas em programas sociais. No segundo Programa de Reconstrução Nacional de 1991, o governo aborda com maiores detalhes as políticas direcionadas as políticas sociais e meio ambiente.

O governo chamou de “O Resgate da Dívida Social” ações descritas para o combate à pobreza no país, onde as causas tinham origem na insuficiência e má distribuição de renda decorrente dos desequilíbrios econômicos e seus efeitos redistributivos, além disso, a situação é agravada pela inadequação da oferta de bens públicos. Para que essas ações fossem bem-sucedidas, o governo criou o que chamou de metas-chave para a inversão dos padrões atuais de distribuição entre lucros e salários, elevação real do salário-mínimo, acesso da população carente à moradia e democratização do acesso a bens serviços e públicos. O governo criou o Fundo de Desenvolvimento Social (FDS) para financiar o combate à pobreza e viabilizar recursos adicionais aos já previstos no Orçamento da União. Abaixo seguem as ações previstas no Projeto de Reconstrução Nacional II de 1991 (p. 80-89):

- a) Assistência Social: A seleção mais nítida das clientelas da assistência social, privilegiando entre elas o grupo materno-infantil, crianças e adolescentes abandonados e infratores, deficientes e idosos sem condições de automanutenção assumem caráter prioritário.

- b) Alimentação: Reforçar e aperfeiçoar os programas distribuição de alimentos ao grupo materno-infantil e o da merenda escolar. O Programa da Merenda Escolar, contemplado na Constituição será assegurado exclusivamente às crianças matriculadas na rede de ensino filantrópica do 1º grau e pré-escolar, com ênfase nas localidades de concentração de pobreza.
- c) Creches e Pré-escolas: A Constituição Federal determinou que a responsabilidade pelos serviços de pré-escola e creche cabe à área educacional, serviços que até então encontravam-se na área assistencial.
- d) Saúde: Esforço para consolidar a implantação do Sistema único de Saúde (SUS), criado na Constituição Federal de 1988. O Plano Quinquenal de Saúde, estruturado em metas e atividades com cronograma de implementação, consolida todas as ações programadas pelo Governo Federal. No curso de cinco anos, estão previstos investimentos estimados em US\$ 120 bilhões que promoverão uma mudança profunda no perfil de saúde do País.
- e) Habitação: A regulamentação dos dispositivos da Constituição Federal relativos ao parcelamento e edificação compulsória e ao IPTU progressivo no tempo (art.182, § 4º, inciso II) deverá constituir-se em importante base instrumental para a base política fundiária de competência municipal, projeto de lei neste sentido deverá ser encaminhado ao Congresso Nacional.
- f) Saneamento Básico: Requer investimento, nos próximos anos, de elevadas somas de recursos para suprir as necessidades das populações mais carentes.
- g) Transporte Urbano: Garantir a transferência dos encargos para estados e municípios, sem prejudicar a manutenção dos serviços prestados. Aperfeiçoar os mecanismos do vale-transporte, para que atinja usuários e trabalhadores de baixa renda.
- h) Questão Agrária: O governo pretende continuar o assentamento de famílias incorporando à produção de terras públicas e privadas ociosas que não estejam cumprindo a sua função social, além disso, fortalecer o Imposto Territorial Rural -ITR, por se tratar de um instrumento de política fundiária.

As políticas voltadas para educação e previdência social ganharam capítulos característicos para tratar das ações específicas propostas pelo governo. Em relação à educação, o programa enfatiza que a presença do Estado é fundamental, porém à iniciativa privada cabe um papel complementar, mas que nunca será desempenhado a contento se não houver, por parte do setor público uma oferta educacional adequada à demanda da população e às necessidades do sistema econômico. A liberdade de atuação em relação a preços ou esfera pedagógica e

curricular do setor privado, deve corresponder uma melhora da educação pública, só assim o mercado se encarregará de definir patamares mínimos de qualidade e máximo de preços.

Além disso, o programa apresenta que a Constituição de 1988 engloba o conceito de Seguridade Social a Previdência Social, a Assistência Social e a Saúde. Para a Previdência Social previa-se o encaminhamento de leis orgânicas ao longo de 1991 para definição da forma de custeio de todo o sistema. Outro ponto se refere que o acesso à Previdência Social estaria garantido a todos beneficiários, desde que contribuíssem para o financiamento do sistema.

Em seu programa o governo reforça as ações voltadas para a seletividade e focalidade, além de enfatizar o papel de organizações privadas como parte colaboradora no desempenho das políticas sociais. Poucos programas foram criados efetivamente ao longo do governo Collor, a preocupação com o corte administrativo e enxugamento das políticas de universalização fizeram frente as medidas realizadas. Collor encontrou dificuldades na aprovação de suas medidas junto ao Congresso Nacional, especialmente as que tratavam da seletividade como no caso da inclusão de restrições à Previdência e Assistência Social. A contraposição entre o governo e o Congresso Nacional demonstraram quão frágil e antagonista eram as propostas atuais em relação ao proposto na Constituição de 1988.

De acordo com Medici, Marques e Silva (1995, p. 127), “alguns projetos apresentados e aprovados pelo Congresso procuraram estabilizar uma estrutura de Estado que garantisse a universalização de algumas políticas sociais (como saúde) e uma intervenção estatal na magnitude necessária à promoção de direitos garantidos na Constituição”. Porém, as propostas enviadas ao Executivo seguiram outra direção que não as apresentadas inicialmente.

Em 24 de junho de 1991 foram aprovadas as leis nº 8.212 e 8.213, que introduziam alterações nas condições de acessos à aposentadoria por tempo de serviço e facultada a utilização de recursos oriundos da Contribuição sobre o Lucro e do Finsocial para custeio de despesas como Encargos Previdenciários da União (EPU) e gastos administrativos, esses gastos sempre foram considerados despesas para o governo e os encargos não constituíam objeto de Seguridade (MEDICI; MARQUES; SILVA, 1995). Dois meses após a aprovação dessas leis, o presidente do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) encaminhou um conjunto de propostas para redução do teto de beneficiários, criação de um seguro-saúde para a população de classe média e alta, entre outros, porém essas medidas não foram aprovadas.

No âmbito da saúde, em 20 de setembro de 1990 foi aprovada a Lei Orgânica da Saúde – Lei nº 8.080, que garantia a proteção e recuperação, além de boas condições de vida à população, porém foram vetados pelo presidente vinte e cinco itens que tratavam de financiamentos e mecanismos sociais. Porém, pode-se dizer que a conquista do sistema de

saúde ocorreu apenas em 28 de dezembro de 1990 com a Lei nº 8.142, com a criação dos Conselhos e Conferências de Saúde como fundamentos para o controle social do SUS, dessa forma seriam estabelecidos diretrizes para avaliação dos programas destinados à saúde.

No que tange à educação, o processo de legislação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDBE) não foi finalizado, embora tenha sido aprovado pelas comissões de Educação, Cultura e Finanças, de acordo com Medici, Marques e Silva (1995), significou uma derrota dos partidos conservadores do Congresso Nacional, porém não foi mantido com a renovação das bancadas após as eleições no final de 1990. Referente as políticas de Habitação, estas estavam atreladas Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e não representaram ações significativas do governo.

As políticas sociais tiveram desempenho baixo durante o governo de Collor, os gastos públicos no governo de Collor ficaram aquém dos anos anteriores ao seu mandato.

Tabela 8 - Gasto Consolidado nas diferentes áreas de política Social.
Participação Percentual no PIB 1980-92

ANOS	ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	SAÚDE	SANEAMENTO E PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE	EDUCAÇÃO E CULTURA	HABITAÇÃO E URBANISMO	TRABALHO	ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA	TOTAL
1980	0,07	2,09	0,39	0,96	1,36	0,04	5,99	10,89
1981	0,08	2,04	0,51	1,23	1,11	0,05	6,74	11,76
1982	0,10	2,12	0,47	1,25	1,16	0,05	7,16	12,31
1983	0,11	1,75	0,35	1,06	0,93	0,05	6,56	10,81
1984	0,11	1,74	0,20	0,94	0,52	0,04	5,32	8,87
1985	0,19	1,85	0,36	1,13	0,48	0,05	5,49	9,57
1986	0,26	1,83	0,30	1,26	0,39	0,08	5,64	9,77
1987	0,27	2,57	0,44	1,44	0,42	0,10	4,84	10,08
1988	0,25	2,43	0,39	1,65	0,73	0,10	4,94	10,49
1989	0,22	2,66	0,26	1,49	0,25	0,34	5,64	10,85
1990	0,26	2,32	0,25	1,42	0,26	0,97	5,92	11,39
1991	0,13	1,91	0,29	1,03	0,45	0,66	5,41	9,87
1992	0,04	1,61	0,20	0,85	0,38	0,59	5,74	9,40

Fonte: Medici, Marques e Silva (1995), tabela adaptada.

A Tabela 8 apresenta os gastos consolidados pelo governo nas áreas sociais em relação ao PIB no período de 1989 até 1992. Em relação a Alimentação e Nutrição, percebe-se a queda brusca dos gastos do governo, no ano de 1990 o percentual era de 0,26, no ano de 1991 ocorreu uma redução para 0,13 e em 1992 o percentual cai para 0,04, ficando abaixo do nível dos anos 80 com o menor índice de 0,07.

Na área da Saúde o ritmo segue o mesmo, no início do governo em 1990 o percentual de gasto era de 2,32 e em 1992 reduz para 1,61. Os gastos com Saneamento e Proteção do Meio Ambiente apresentaram redução em 1990 com o percentual de 0,25, em 1991 percebe-se um leve aumento para 0,29, porém em 1992 cai para 0,20. Com respeito à Educação e Cultura,

também ocorre uma queda nos gastos do governo, em 1990 o percentual era de 1,42, caindo para 0,85 em 1992. A única área que apresenta um tímido crescimento é da Habitação e Urbanismo onde, em 1990, os gastos eram de 0,26 e em 1992 o percentual passa para 0,38.

Os gastos na área do Trabalho reduziram de 0,97 em 1990 para 0,59 em 1992. Por fim, a área de Assistência e Presidência, tão discutida durante o governo de Collor, também apresentou uma queda em relação aos gastos públicos, pois em 1990 o percentual era de 5,92 e reduziu para 5,74 em 1992. De acordo com Medici, Marques e Silva (1995), o governo de Collor perseguiu corretamente com a sua estratégia de estabilização econômica, um ajuste nas contas a partir de gastos públicos, a despesa social permaneceu praticamente estagnada em 1990 e reduziu-se em 12,36% e 5,59% nos anos de 1991 e 1992, respectivamente.

Em relação ao Indicador de Desenvolvimento Humano (IDH), na Tabela 9, é possível este indicador e de outros que medem o desenvolvimento humano.

Tabela 9 - Indicadores, índices, IDH e classificação do desenvolvimento humano no Brasil (1990 – 2003)

Relatórios (RDH)			Indicadores, Índices e IDH do Brasil								
Ano dos relatórios	ranking do Brasil	Número de Países	Esperança de vida (anos)	Índice de Saúde	Taxa de alfabetização (%)	Taxa de matrículas (%)	Índice de Educação	PIB Real (US\$ PPC)		Índice de Renda	IDH do Brasil
								per capita	per capita ajustado		
1990 ²	80º	130	65,0	0,650	78,0	-	0,740	4.307	-	0,963	0,784
1991 ³	60º	160	65,6	0,645	78,5	3,3*	0,726	4.620	4.620	0,905	0,759
1992 ⁴	59º	160	65,6	0,645	81,1	3,9*	0,623	4.951	4.851	0,952	0,739
1993 ⁵	70º	173	65,6	0,645	81,1	3,9*	0,623	4.718	4.718	0,924	0,730
1994 ⁶	63º	173	65,8	0,680	82,1	4,0*	0,637	5.240	5.142	0,953	0,756
1995 ⁷	63º	174	66,3	0,688	81,9	70	0,779	5.240	5.142	0,943	0,804
1996 ⁸	58º	174	66,5	0,692	82,4	72	0,789	5.500	5.500	0,909	0,796
1997 ⁹	68º	175	66,4	0,690	82,7	72	0,791	5.362	5.362	0,872	0,783
1998 ¹⁰	62	174	66,6	0,693	83,3	72	0,795	5.982	5.982	0,938	0,809
1999 ¹¹	79º	174	66,8	0,700	84,0	80	0,830	6.480	-	0,700	0,739
2000 ¹²	74º	174	67,0	0,700	84,5	84	0,840	6.625	-	0,700	0,747
2001 ¹³	69º	162	67,5	0,710	84,9	80	0,830	7.037	-	0,710	0,750
2002 ¹⁴	73º	173	67,7	0,710	85,2	80	0,830	7.625	-	0,720	0,757
2003 ¹⁵	65	175	67,8	0,710	87,3	95	0,900	7.360	-	0,720	0,777

Fonte: Oliveira (2006).

Praticamente quase todos os indicadores de desenvolvimento humano no Brasil apresentaram uma queda durante o governo Collor no período de 1990 até 1992, com exceção da Esperança de Vida e Taxa de Alfabetização que obtiveram pequeno crescimento em suas taxas. O IDH em 1990 era de 0,784 e caiu para 0,739 em 1992, a posição do Brasil no *ranking* mundial subiu de 80º para 59º em 1990 e 1992, o que é positivo, porém em 1993 se eleva para 70ª posição. Os índices de Educação e Renda apresentaram uma queda de 0,740 e 0,963 em 1990 para 0,623 e 0,952 em 1992, respectivamente.

Além disso, percebe-se uma elevação da taxa de proporção de pobres no Brasil durante o governo de Collor, conforme o estudo de Rocha (2000), em 1989 o índice de pobres era de 29,92, em 1990 há uma elevação para 30,25% e em 1992 esse percentual chega a 30,62.

4.5 O REFORMISMO PÚBLICO E AS PRIVATIZAÇÕES

O plano de redução dos ministérios e institutos governamentais foi marcante durante o governo de Collor e fez estremecer a relação entre governo e Congresso Nacional.

No discurso de posse, Collor enfatizou a execução de uma profunda reforma administrativa que envolvia afastamento de “maus” funcionários, fechamento de ministérios, autarquia e empresas públicas. A estes maus funcionários, Collor se direcionava aos servidores públicos que se beneficiavam com a burocracia estatal e recebiam elevados salários que oneravam a máquina pública. A proposta de uma reforma administrativa não apenas provocou descontentamento do Legislativo, mas também de sindicatos ligados a CUT.

De acordo com Sallum Junior (2015, p. 100), em maio Collor “anunciou que seriam demitidos ou colocados à disposição cerca de 20% a 25% dos 1,6 milhões de funcionários administrativos, o que equivalia a 360 mil trabalhadores, considerando servidores ociosos aqueles que não se enquadravam no Brasil Novo”. Collor dizia que o governo não deveria proteger e acobertar o funcionalismo público.

Conforme Crusius (1990, p. 14), para reverter o déficit público o governo instaurou “metas para a reforma administrativa, contemplando a demissão de funcionários públicos, fechamento de ministérios, autarquias, empresas públicas e reestruturação das despesas do Estado, com o objetivo de economizar 0,5% do PIB”. O que ocorreu, de fato, foi a redução número de ministérios de 23 para 12, além da pasta da Fazenda e Planejamento sendo integrado ao Ministério da Fazenda de Zélia Cardoso de Melo. Sem base legal e constitucional, diversos protestos foram realizados por servidores e fizeram com que o governo recuasse em sua proposta original do número de demissões.

De acordo com Martins (1995, p. 31), “o governo Collor demitiu 108 mil funcionários com cinco anos de serviço, quase a metade deles foi colocada em disponibilidade, ou seja, mandado para casa, porém mantendo seus salários”. Ainda para Martins (1995), essa demissão em massa não seguiu qualquer plano de reformas e posteriormente cerca de 67 mil funcionários processaram o governo. Em 11 de maio de 1994, foi aprovada a Lei nº 8.878 que concedeu anistia aos servidores demitidos ou dispensados durante o governo de Collor.

O processo de privatizações iniciou efetivamente em outubro de 1990. Com as privatizações o governo buscava cobrir o déficit público além de transferir eventuais gastos de modernização dessas empresas estatais para o setor privado. De acordo com Pinheiro e Giambiagi (1992, p. 05), a privatização é vista por analistas como forma de controle inflacionário e redução do déficit público, para isso podem ser elencados cinco razões:

- 1) As receitas obtidas com as vendas das estatais poderiam cobrir os déficits evitando a emissão de moeda ou expansão da dívida interna.
- 2) Transferências de estatais deficitária para empresários privados, que administrariam de forma eficiente e contribuiria para aumentar a poupança do governo.
- 3) Ao vender uma estatal o governo transfere o ônus do investimento necessário para sua modernização, o que deixaria de pressionar os gastos públicos.
- 4) As receitas obtidas com a venda das estatais poderiam ser usadas para abater a dívida pública, reduzindo a fragilidade financeira do Estado e as taxas de juros que este paga sobre sua dívida.
- 5) Ao se desfazer de uma estatal o setor público poderia aproveitar para abrir mão de um objetivo não comercial (subsídio de uma atividade deficitária no setor privado), reduzindo seus gastos ou aumentando a receita.

A privatização das empresas estatais, além da redução do déficit público, busca credibilidade interna e, principalmente, externa. Conforme visto na Tabela 1, a privatização é uma das preposições estabelecidas no Consenso de Washington, o que estreitaria as relações comerciais do Brasil com o exterior. De acordo com Crusius (1990), o governo previa uma reforma patrimonial através da privatização de empresas públicas que iriam gerar arrecadação de 1,5% do PIB (US\$ 7 bilhões) e colocação compulsória dos Certificados de Privatização, calculados como função do patrimônio das empresas do Sistema Financeiro Nacional no valor estimado de 2% do PIB, medidas essas que iriam ao encontro com o Ajuste Fiscal.

O Programa Nacional de Desestatização foi aprovado pela Lei 8.031²² em 12 de abril, além disso foi instituído em 24 de outubro a Lei 8.250 que estabelecia as formas de pagamento das empresas privadas.

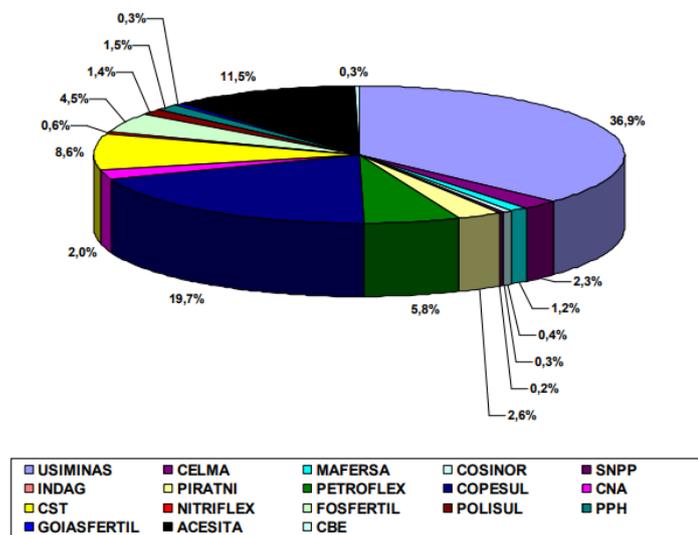
²² A Lei 8.031 estabelecia os seguintes pontos:

- I - Reordenar a posição estratégica do Estado na economia, transferindo à iniciativa privada atividades indevidamente exploradas pelo setor público;
- II - Contribuir para a redução da dívida pública, concorrendo para o saneamento das finanças do setor público;
- III - permitir a retomada de investimentos nas empresas e atividades que vierem a ser transferidas à iniciativa privada;
- IV - Contribuir para modernização do parque industrial do País, ampliando sua competitividade e reforçando a capacidade empresarial nos diversos setores da economia;
- V - Permitir que a administração pública concentre seus esforços nas atividades em que a presença do Estado seja fundamental para a consecução das prioridades nacionais;
- VI - Contribuir para o fortalecimento do mercado de capitais, através do acréscimo da oferta de valores mobiliários e da democratização da propriedade do capital das empresas que integrem o Programa.

Inicialmente foram aprovadas 31 empresas que fariam parte do PND, entre elas estariam empresas siderúrgicas, petroquímicas entre outras. As privatizações seriam realizadas através de leilões que ficariam sob a responsabilidade do Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES). De acordo com Almeida (2010), a primeira empresa a ser privatizada foi a Usiminas em outubro de 1990 e arrecadou mais do que o dobro do valor inicial. Posteriormente, foram privatizadas as empresas estatais como Celma, Mafersa e Cosinor, todas vendidas em novembro de 1990. A Usiminas foi vendida no valor de US\$ 1.491,1 milhões, Celma no valor de US\$ 91,1 milhões, Mafersa no valor de US\$ no valor de 48,4 milhões e Cosinor no valor de US\$ de 13,6 milhões.

Em 1992, o PND seguiu com a desestatização de mais dezesseis empresas públicas, gerando um valor de US\$ 2.400 milhões. Em 1991 esse valor foi de US\$ 1.644,3, o que totalizou um valor de US\$ 4.044,3 com a venda de empresas estatais no final do governo Collor. No Gráfico 3, é possível verificar o percentual de participação da venda de cada estatal, com destaque para a Usiminas com 36,9% do valor total, seguido da Copesul com 19,7% e Acesita com 11,5% do valor total de venda.

Gráfico 3 - Percentual de cada empresa no total arrecadado nas privatizações de 1991-1992



Fonte: Almeida (2010).

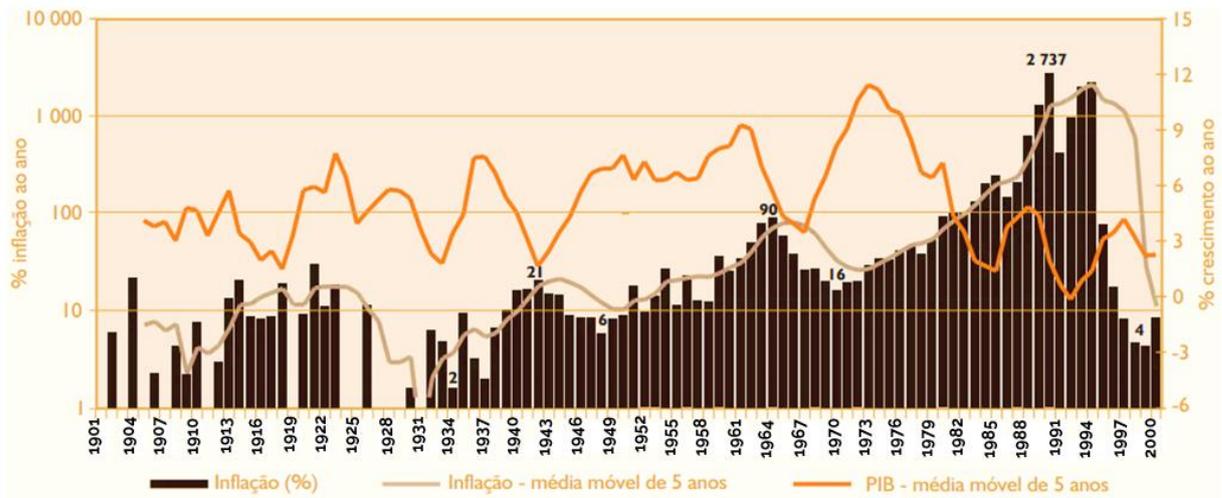
5 PLANO COLLOR II – O FRACASSO SE REPETE?

Devido ao insucesso do Plano Brasil Novo, em janeiro de 1991 foi instaurado o Plano Collor II. O Plano proposto referia-se a pacote de “aprofundamento” das medidas anunciadas em 15 de março de 1990. Em dezembro de 1990 a inflação encontrava-se em 18,44% e o acumulado chegava a 350,35%, desde seu menor valor em maio de 1990 percebeu-se o crescimento gradativo dos índices.

O controle da inflação pelo bloqueio da liquidez falhou, como elencado na Tabela 5, em setembro de 1990 as conversões de Cruzados Novos para Cruzeiro já giravam em torno de 42,9%. De acordo com Carvalho (2003), a tentativa de estabilização pelo bloqueio da liquidez durou seis meses e foi marcada pela rápida monetização. Além disso, a política ortodoxa com ênfase no controle da oferta de moeda e supressão de instrumentos anunciada em maio e abonada em setembro atestou a derrota do Plano. Outro fator importante foi o distanciamento do empresariado, isso porque o governo tentou transferir a culpa dos elevados índices de inflação para setores que não tinha controle. Sallum Junior (2015, p. 116), conta que no começo de novembro de 1990 a ministra Zélia Cardoso de Mello “ao fazer um balanço do plano de estabilização eximiu o governo da responsabilidade pela intensificação da inflação e atribuiu aos gastos de municípios, estados e a classe empresarial, qual ainda não havia se acostumado com a nova política e sentia falta dos ganhos obtidos na ciranda financeira”.

Bresser-Pereira (1996, p. 184) comenta que “no Brasil é possível ser eleito sem o apoio empresarial, porém não é possível governar sem esse apoio pois existe uma democracia dual e limitada, ou seja, a grande maioria de desfavorecidos escolhe o presidente, mas apenas um grupo pequeno é capaz de influenciar o governo”. Em dezembro, o governo editou a portaria 852/1990, na qual solicitava informações detalhadas de diversas empresas nacionais, embora as empresas tenham sido orientadas a não repassar determinadas informações, mais tarde acabaram cedendo e enviando as informações solicitadas ao governo.

Ademais, de acordo com Sallum Junior (2015), o fracasso do plano também resultou em uma recessão pronunciada, indicada por quedas de 4,6% no PIB e de 9,5% na indústria de transformação, acompanhadas de elevação do desemprego. Conforme o Gráfico 4, é possível observar a queda na linha laranja que representa o PIB a partir dos anos 90 e na linha cinza o crescimento da inflação em sentido inverso.

Gráfico 4 - Inflação e crescimento do Produto Interno Bruto - PIB - Brasil - 1901-2000

Fonte: IBGE (2006).

Além dos indicadores econômicos insatisfatórios e o relacionamento frágil com o empresariado, a população começou a duvidar da capacidade do governo em estabilizar a crise que já perlongava tempo sem resolução concreta. De acordo com Sallum Junior (2015, p. 117) em 18 de dezembro de 1990 o IBOPE havia divulgado uma pesquisa referente ao governo de Collor, a análise demonstrava que “30% da população considerava seu governo bom ou ótimo, 24% consideravam ruim ou péssimo e, na mesma pesquisa, 35% dos consultados acreditavam que sua política econômica estava no caminho errado e 25% consideram que estava no rumo certo”.

5.1 MEDIDAS E RESULTADO DO PLANO

O pacote de aprofundamento editado pelo Plano Collor II em janeiro de 1991 foi instituído pela MP 294 e a MP 295 e previa um novo congelamento de preços e salários, corte das despesas do governo, extinção do *overnight* e criação de um fundo para a rolagem da dívida denominado Fundo de Aplicações Financeiras (FAF). Somado a crescente inflação, desemprego, perda de apoio empresarial e popular, o governo ainda precisava enfrentar a alteração da bancada do Congresso com novos senadores e deputados. Devido as dificuldades de refinanciamento da dívida pública, o Bacen viu-se obrigado a elevar as taxas de juros, o que promoveu ainda mais o aumento dos preços. Houve também a desestabilização do mercado financeiro devido a desconfiança dos agentes que fazia com que os custos dos títulos se elevassem.

Para Andrei e Sampaio (1995, p. 24), o “Plano Collor II representou uma intervenção de emergência para estancar o descontrole inflacionário, ficando longe de uma tentativa de combate mais definitivo à inflação e contando desde o início com um grau de credibilidade muito reduzido”.

Vale destacar que antes de ocorrer o congelamento houve uma elevação das tarifas públicas e dos preços dos combustíveis entre 46% e 71%. De acordo com Sallum Junior (2015), o presidente pediu à população uma mobilização cívica através da fiscalização de preços, denuncia de abuso econômico, economia de energia, que a população comprasse apenas o essencial e repetia o bordão de sua campanha “*não me deixem só, eu preciso de vocês*”.

A MP 294 pode ser dividida em Política Financeira, Fiscal, Industrial e Desindexação e a MP 295 estaria relacionada a uma Política de Renda e Salarial, seguem listadas abaixo de acordo com Barrote (1995, p. 176-178).

Em relação a Política Financeira, conforme citado anteriormente, eliminaria o overnight e criaria o FAF para alongar os prazos das aplicações financeiras, cujo recursos seriam aplicados da seguinte forma: a) 43% em títulos públicos federais ou estaduais com contas comprovadamente saneadas com o Bacen; b) 10% em Títulos de Desenvolvimento (TDE), 3% em títulos do Fundo de Desenvolvimento Social; c) 2% em depósitos à vista; 42% estaria a critério da instituição administradora do fundo. Além disso, a Linha Especial de Liquidez seria extinta e vedada operações compromissadas com pessoas físicas e jurídicas não financeiras.

Já a Política Fiscal reduziria em 10% as despesas correntes das empresas estatais em relação ao realizado em 1990, criação de uma alíquota de 35% para o Imposto de Renda para ganhos de capital e tornava indisponível 90% a 95% das despesas de capital e correntes dos custeios com empresas estatais. A Política Industrial autorizava os bancos comerciais e de desenvolvimento, como a Caixa Econômica, a emitir TDE para captar recursos destinados ao financiamento de projetos que fomentassem a competitividade industrial.

A desindexação eliminaria os indexadores oficiais da moeda e criaria a Taxa Referencial (TR), que seria fixada a partir das médias das taxas de juros praticadas no mercado financeiro. A TR seria aplicada em operações realizadas com prazos de contratos superior a 90 dias. Também foi criada uma Tablita para obrigações contratuais e pecuniárias, títulos de crédito, operações no mercado de termo e bolsa de valores. As obrigações constituídas entre 01/09/90 e 31/01/91 seriam deflacionadas por um fator de deflação diário, calculado pela multiplicação cumulativa de 1,0116 para cada dia útil de fevereiro. Alguns indexadores oficiais foram extintos como o Bônus do Tesouro Nacional (BTN), Índice de Cesta Básica, Índice de Reajuste de

valores Fiscais, Maior Valor de Referência. Por último, estabelecia a livre negociação para contratos de aluguel, porém vedada a vinculação à taxa de câmbio e salários.

A Política de Renda e Salarial congelava todos os preços da economia a valores vigentes em 30 de janeiro de 1991, com possibilidade de ajuste mediante a autorização do Ministério da Fazenda. Além disso, determinava que os salários de fevereiro corresponderiam à média real dos últimos 12 meses e depois ficaria instituída a livre negociação e unificação das datas-bases de diversas categorias profissionais.

No primeiro mês do Plano Collor II, em relação a política monetária, de acordo com Moreira (1991), o Bacen injetou liquidez no mercado por duas vias. A primeira introduziu cerca de Cr\$ 289,5 bilhões pela compra de títulos para apoiar as instituições financeiras e através da linha de financiamento à liquidez, ou seja, empréstimos ao sistema financeiro pela via de redesconto.

Já no dia 1º de março, todas as aplicações de dinheiro do *overnight*, como também de fundos de curto prazo foram extintos e os saldos seriam transferidos para o FAF, que também ficou conhecido como “fundão” (MOREIRA et al., 1991). De acordo com Silva (2002), o fundão tinha status de uma poupança mútua onde os depositantes assumiriam riscos de perda de capital e os rendimentos passariam a ser referenciados na TR, que era praticamente um indexador. A inclusão da TR representava a alteração da inflação passada pela inflação futura, isso porque seria baseada nos juros praticados pelo mercado e isso evitaria que a taxa corrente refletisse a inflação do mês anterior.

De acordo com Andrei e Sampaio (1995, p. 25), a implementação da TR traria três benefícios:

Em primeiro lugar, a nova forma de indexação seria capaz de acompanhar as mudanças mais de perto, o que seria positivo para evitar movimentos especulativos nas saídas de congelamento, também evitaria volatilidade em cenários de incerteza. Em segundo lugar, a TR estancaria a instabilidade de depósitos em caderneta de poupança, que normalmente caíam com a elevação dos juros. Em terceiro, a TR eliminaria a memória inflacionária, isso porque a correção monetária estava atrelada ao BTN, o TR foi fixado em 7% no mês de fevereiro, enquanto o BTN teria ultrapassado 20%.

Inicialmente o FAF foi visto como inovador, em 21 de março o valor das aplicações girava em torno de US\$ 10 bilhões. Entretendo bom desempenho ficava muito longe do esperado, conforme Moreira (1991), a expectativa do FAF era de cerca US\$ 15 bilhões, valores que antes estavam aplicados em fundos de curto prazo, como o *over* e *open*, e estimava-se que seriam migrados para os novos fundões. As incertezas dos agentes em relação à rentabilidade

dos fundos provocaram um movimento dos ativos para outras aplicações, como a caderneta de poupança, que de acordo com Moreira (1991), até o dia 25 de março de 1991 havia captado Cr\$ 164 bilhões, além disso, os fundos de renda fixa que estavam estagnados receberam aplicações de Cr\$ 31,5 bilhões.

O FAF não apresentou grandes resultados, pois os rendimentos eram menores do que as BTN, além disso, a liquidez era tão expressiva quanto antes e agravada principalmente pela injeção de ativos realizado pelo Bacen no mês de fevereiro.

Em relação a política fiscal, embora o governo tivesse estabelecido metas para redução de gastos com empresas estatais e criação de alíquotas, não houve grandes mudanças no orçamento. De acordo com Silveira (2002), os esforços voltaram-se para uma correção fiscal no final do ano de 1991, além disso, houve um acordo no congresso para aumentar os impostos em dezembro.

O congelamento de preços e salários foi visto como um fator negativo, de acordo com Sallum Junior (2015), as organizações empresariais eram contra a nova tentativa heterodoxa, pois eram contra a adoção de controle ou congelamento de preços, o que violava os mecanismos do mercado. Mesmo com o congelamento de preços, de acordo com Pacheco Filho (1991), em março o IPC da FIPE foi de 7,48%, o ICV do DIEESE ficou em 9,99% e o INPC²³ do IBGE foi de 11,79%, o que demonstrava que os preços estavam sofrendo reajuste mesmo com o congelamento.

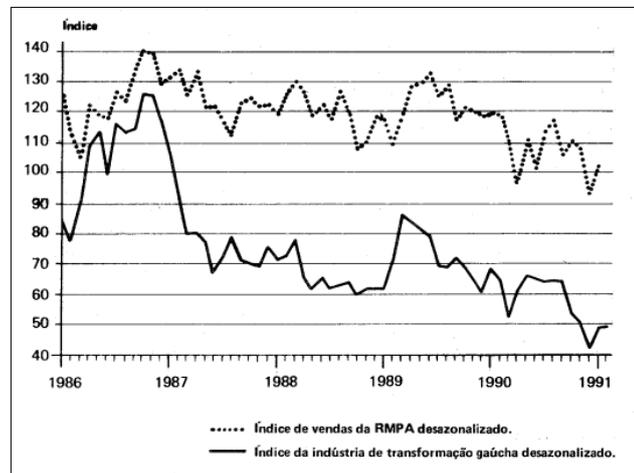
No que tange as políticas industriais, estas estavam direcionadas para a captação de recursos para o investimento deste setor através do Programa de Competitividade Industrial (PCI). Marquetti e Scherer (1991, p. 32) destacam que o “PCI apresentava como principal medida a criação de incentivos fiscais para facilitar a aquisição de bens de capital, visando capacitar tecnologicamente indústria nacional para competição internacional”. Os incentivos estariam atrelados às reduções de IPI e ICMS para empresas que investissem em equipamentos no período de 1991 até 1992.

Marquetti e Scherer (1991) apontam a possibilidade de uma “bolha de consumo” provocada pelo congelamento de preços, isso porque as experiências anteriores (Plano Cruzado/ fev.86), (Plano Bresser/ jun.87), (Plano Verão/ jan. 89), (Plano Collor I/ mar.90), demonstraram que após os lançamentos dos planos ocorreu um aumento do consumo e a indústria não conseguiu acompanhar essa elevação. O Gráfico 5 ilustra os efeitos das medidas de

²³ De acordo com o IBGE (2022), O índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) verifica a variação do custo de vida médio apenas de famílias com renda mensal de 1 a 5 salários-mínimos.

congelamento de preços, percebe-se os picos no aumento do consumo de acordo com os planos econômicos.

Gráfico 5 - Efeitos dos Planos Econômicos sobre vendas e produção industrial – 1986 - 1991

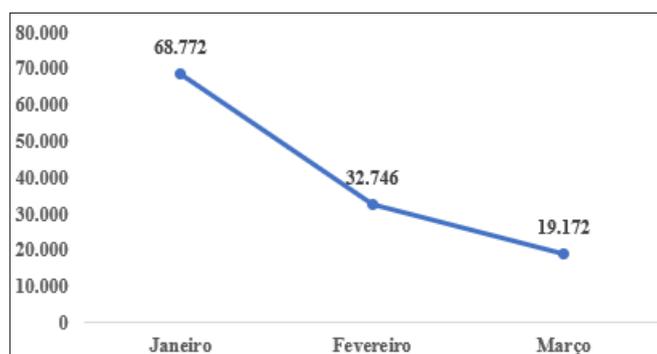


Fonte: Marquetti e Scherer (1991).

Devido à baixa credibilidade do FAF, até março, os resultados da política industrial haviam ficado abaixo do esperado pelo governo.

A indústria foi uma das mais afetadas pela perda de postos de trabalho. No primeiro trimestre do Plano Collor II percebe-se uma queda no número de demissões, o total para o trimestre chega a 120.690 demissões, conforme o Gráfico 6. No mês de março o número de demissões foi de 68.772, em fevereiro o número chegou a 32.746 e em março o valor era de 19.172 postos de trabalhos perdidos. O número fica assustador quando comparado com 1990 que foi de 225.104 demissões. Isso significa que o índice de desemprego poderia ficar maior do que o ano anterior.

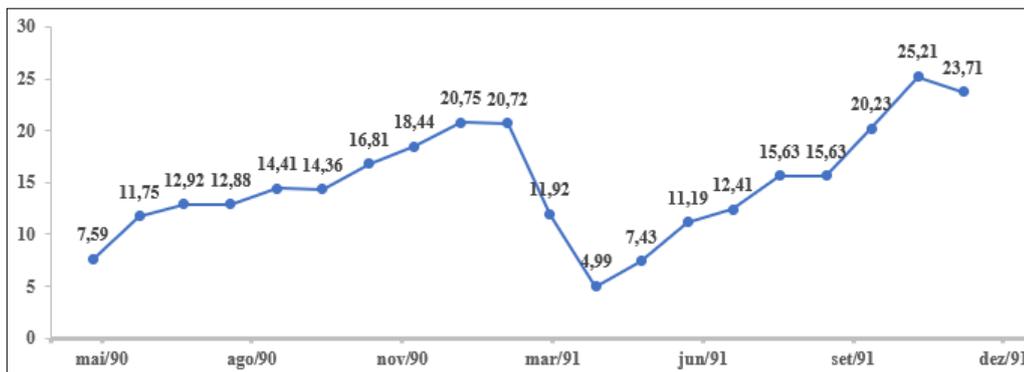
Gráfico 6 - Nível de emprego na indústria paulista – jan- mar/91



Fonte: Pacheco Filho (1991).

As tentativas do Plano Collor II em acabar com a inflação, assim como no Plano Brasil Novo tiveram resultados passageiros. Conforme ilustrado no Gráfico 7, em fevereiro de 1991, a inflação estava em 20,72% e após o anúncio das medidas teve uma queda no mês de março para 11,92%, em abril apresentou um índice ainda menor de 4,99%. Porém, em maio, voltou a crescer novamente e chegou a 7,43% e em junho apresentou o valor de 11,19%.

Gráfico 7 - Inflação maio 1990 – dezembro 1991 (IPCA %)



Fonte: IBGE (1990, 1991), elaboração própria.

O crescimento dos índices apontou, novamente, mais uma tentativa falha de combate à inflação e o fracasso estava evidente. No meio de tantas frustrações, no dia 10 de maio a ministra Zélia Cardoso de Mello foi substituída por Marcílio Marques Moreira. Zélia nega que tenha sido demitida e afirma que deixou o cargo à disposição. Bresser-Pereira (2008) comenta que o Plano Collor II tratou-se de um plano heterodoxo de emergência, combinado com tarifaço, um mero remendo. O fato era que ambos os planos postulados pela equipe econômica da ministra falharam, além da pressão dos credores externos devido a moratória da dívida externa que havia sido anunciada em 1990, fizeram com que o governo perdesse apoio popular, empresarial e do congresso. Outro fator importante e que deve ser citado, no início do governo Collor citou a abertura comercial, porém essa medida passou a ganhar mais espaço no cenário econômico a partir de 1991 com a assinatura do Tratado de Assunção entre os países vizinhos do Brasil que vieram a formar o Mercado Comum do Sul (Mercosul).

5.2 ABERTURA COMERCIAL E IMPACTOS INTERNOS

Durante a posse de Collor, em março de 1990, foi realizado o anúncio que o governo reduziria as barreiras de importação para estimular a entrada de capital estrangeiro e promover

o desenvolvimento nacional. Até o final dos anos 80 a economia brasileira estava atrelada ao modelo desenvolvimentista e a política comercial baseada no Processo de Substituição de Importação (PSI), onde o mercado interno era fechado, assim, os produtos nacionais eram priorizados frente aos importados.

Neste período havia uma lista com tributações e taxações para importação de produtos internacionais, dessa forma, o mercado interno era protegido frente a concorrentes externos. Com a chegada de Collor o cenário mudou gradativamente, de acordo com Furtado (1998, p. 225), o processo de abertura comercial no Brasil ocorreu da seguinte forma:

- a) Eliminação de barreiras não-tarifárias,
- b) Programa de redução gradual das tarifas de importação, de 40% para 31% em 1990;
- c) alíquota máxima de 35% e mínima de 14% em 1993,
- d) Adoção do sistema flexível de câmbio e reformulação de incentivos à exportação.

Todas essas medidas iam de encontro com a ambição brasileira de inserção no mercado internacional, principalmente com a eliminação das barreiras não-tarifárias, que antes no modelo desenvolvimentistas serviam como proteção para o mercado interno. Na tabela 10, é possível comparar as tarifas nominais²⁴ por setor com a abertura comercial a partir da década de 90.

Tabela 10 - Tarifa Nominal Média (Ponderada pelo valor Adicionado de Livre-Comércio), por setor – 1987 - 1998 – em %

Setor	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
Agropecuária	43,0	17,0	6,0	5,9	5,1	3,9	3,5	3,2	7,4	7,3	9,9	9,9
Extrativa mineral	22,0	19,7	9,9	9,6	5,1	1,7	1,7	1,5	2,8	3,7	6,5	6,4
Extração de petróleo e carvão	15,6	5,6	1,9	3,3	1,7	0,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Minerais não-metálicos	63,8	39,2	32,3	31,5	19,6	11,8	10,7	9,2	10,2	10,5	13,7	13,6
Siderurgia	29,9	29,0	15,4	14,5	10,3	7,0	5,8	6,3	7,1	7,8	10,2	10,2
Metalurgia dos não-ferrosos	35,0	30,6	18,4	17,6	13,0	8,2	7,4	7,6	8,9	8,8	11,7	11,7
Outros produtos metalúrgicos	60,8	45,8	34,0	34,8	27,6	19,9	16,3	14,3	15,8	15,9	18,9	18,9
Máquinas e tratores	49,0	46,8	38,8	37,2	28,5	20,2	19,1	19,0	16,5	15,5	17,8	17,7
Material elétrico	65,4	50,0	41,2	44,1	35,2	23,5	18,8	18,4	21,3	17,2	19,8	19,5
Equipamentos eletrônicos	54,1	48,6	39,4	40,6	35,2	24,3	20,7	19,0	19,3	15,6	17,9	17,4
Automóveis, caminhões e ônibus	92,6	65,0	65,0	78,7	58,7	39,0	34,0	19,9	41,0	52,4	47,1	38,1

Fonte: Corseuil e Kume (2003).

²⁴ Tarifa Nominal refere-se à alíquota do imposto de importação fixada na legislação.

Por exemplo, o imposto aplicado durante os anos 90 para importação de automóveis, caminhões e ônibus era de 78,7%, em 1991 caiu para 58,7% e em 1992 chegou a 39%, ou seja, ocorreu uma redução tarifária de 39,7 pontos percentuais dos impostos para importar estes produtos.

O mesmo ocorreu com a maioria dos setores da economia, além do automotivo, outros setores que eram mais protegidos economicamente tiveram drásticas reduções como o de equipamentos eletrônicos que em 1990 possuíam tarifas de 40,6% e foi reduzido para 24,3% em 1992, o açúcar em 1990 possuía uma alíquota de 25,7% e caiu para 20% em 1992. A indústria de laticínios em 1990 possuía alíquota de 32,7% e diminuiu para 20,9% em 1992 e a indústria de vestuário era protegido com uma alíquota de 51,1% em 1990 e reduziu para 29,3% em 1992.

A política de Comércio Exterior visava a eliminação de subsídios, o fim do protecionismo de produtos específicos, além da modernização do parque industrial. As taxas de câmbio passaram a ser reguladas pelo mercado (flutuante), de acordo com Salvo (1998), os índices de taxa de câmbio real, no período de janeiro a dezembro de 1990, considerando-se a inflação externa, mostraram desvalorização real do cruzeiro de 13,2% frente ao dólar.

A nova Política Industrial e de Comércio Exterior reforçou o atraso tecnológico do parque industrial brasileiro até esse período, isso porque os produtos internacionais eram diversificados e possuíam preços atrativos para os consumidores. Em termos de demanda, para Moreti (2011), a abertura possibilitou a entrada de diversos produtos importados com maior qualidade e preços mais baixos do que os nacionais, o que tornou os consumidores brasileiros mais exigentes com relação ao preço e à qualidade das mercadorias.

Em relação a oferta, o acesso fácil a insumos e equipamentos estrangeiros abriu caminho para que as empresas optassem pelo aumento de matérias-primas importadas para atender à produção local, em busca de qualidade e preços atrativos. Um dos principais problemas enfrentados pela indústria nacional foi a lentidão de respostas referente às alterações de preferências do consumidor, ou seja, a produção não conseguia acompanhar a demanda, como resposta houve redução na produção física dos produtos, conforme apresentado na Tabela 11. Percebe-se uma queda na produção durante o governo Collor. Nos anos 90 a produção média era de 101,5%, em 92 cai drasticamente para 95,2%, reflexo da abertura comercial.

Tabela 11 - Indústria Brasileira: Evolução da Produção Física

Ano	Média de 1985 = 100	Taxa Anual de Variação (%)
1985	100	-
1986	110,9	10,9
1987	111,9	0,9
1988	108,3	-3,2
1989	111,4	2,9
1990	101,5	-8,9
1991	98,9	-2,6
1992	95,2	-3,7
1993	102,3	7,5
1994	110,1	7,6
1995	112,1	1,8
1996	114,0	1,7
1997	119,2	4,6

Fonte: Moreti (2011).

Como consequência, houve um número significativo de demissões. Segundo os economistas da FEE, Marquetti e Scherer (1991), somente na indústria paulista foram demitidos 225.104 trabalhadores em 1990 e intensificado nos dois primeiros meses de 1991 alcançando a casa de 101.518 demissões, quase a metade do que foi realizado durante os anos 90.

A Tabela 12 apresenta os indicadores referente a participação dos macros setores em relação ao emprego. A indústria foi uma das que mais apresentou queda no nível de emprego, em 1990 esse índice era de 15,52 e reduziu para 13,92 em 1992, o que comprova a perda postos de trabalho nesse setor.

Tabela 12 - Participação dos Macro Setores no Emprego: 1990-1999

Macro setores	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	Média
Agropecuária	25,45	25,86	26,40	26,11	25,44	24,77	23,27	22,75	21,88	23,01	24,49
Extrativa Mineral (exceto combustíveis)	0,51	0,47	0,44	0,45	0,41	0,38	0,35	0,34	0,34	0,30	0,40
Ext. petróleo, gás natural, carvão e outros comb.	0,06	0,06	0,06	0,05	0,05	0,05	0,04	0,04	0,04	0,06	0,05
Indústria	15,52	14,63	13,92	13,86	13,78	13,54	13,38	12,98	12,56	12,24	13,64
Serviços Industriais de Utilidade Pública	0,55	0,52	0,49	0,53	0,47	0,42	0,39	0,39	0,39	0,35	0,45
Construção Civil	6,72	6,24	5,82	5,95	5,77	5,60	5,89	6,16	6,64	6,26	6,10
Serviços	51,19	52,22	52,87	53,05	54,08	55,25	56,68	57,34	58,15	57,78	54,87
TOTAL	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: Moreti (2011).

Outro fator é a Balança Comercial que apresentou uma queda nas exportações e aumento das importações a partir dos anos 90 com a liberalização comercial. Conforme a Tabela 13, pode-se observar que em 1989 as exportações eram de US\$ 34.383 milhões, ao ponto que as

importações eram de US\$ 18.263 milhões. Mesmo com superávit, o cenário reverte a partir da abertura do mercado nacional em 1990, neste ano as exportações tiveram uma queda para US\$ 31.414 milhões e as importações aumentaram para US\$ 20.661 milhões.

Tabela 13 - Balança Comercial: Exportações e Importações (US\$ Milhões)

<i>Ano</i>	<i>Exportações</i>	<i>Importações</i>	<i>Saldo Comercial</i>
1988	33.789	14.605	19.184
1989	34.383	18.263	16.120
1990	31.414	20.661	10.753
1991	31.620	21.041	10.579
1992	35.793	20.554	15.239
1993	38.597	25.480	13.117
1994	43.544	32.701	10.843
1995	46.506	49.859	(3.353)
1996	47.747	53.303	(5.556)
1997	52.987	61.351	(8.364)
1998	51.120	57.550	(6.430)

Fonte: Averbug (1999).

Além da abertura comercial, é importante destacar a formação dos blocos econômicos regionais dos países da América Latina, o que possibilitou maior importação e exportação de produtos e serviços entre esses países.

A integração econômica dos países latinos iniciou-se em 1960 através do Tratado de Montevideú, no qual criou a Associação Latino-americana de Livre Comércio (ALALC). A ALALC estabeleceu uma zona de livre comércio entre Argentina, Brasil, Chile, México, Paraguai, Peru e Uruguai. A criação desses blocos econômicos foi fortemente influenciada pela Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), porque a integração entre os países latinos poderia fomentar a criação de um mercado comum e isso beneficiaria diretamente o processo de substituição de importações e geração de economias de escala²⁵.

Além da influência da CEPAL, a integração econômica latino-americana também sofreu influência da Comunidade Econômica Europeia (CEE), que foi criada em 1957 pelo Tratado de Roma e estabelecia um mercado comum entre os países da Europa como Itália, França, Alemanha Ocidental, Bélgica, Holanda e Luxemburgo. Mais tarde, em 1970, novos países integraram a ALALC, como Bolívia, Colômbia, Equador e Venezuela. Esses países tinham o objetivo de fortalecer a integração comercial com os países já membros desta associação. Em 1980, a ALALC passou a ser substituída pela ALADI.

²⁵ As economias de escala ocorrem quando o processo produtivo é organizado para alcançar a máxima utilização dos fatores produtivos, com isso ocorrerá redução dos custos e maximização da quantidade de produção.

A ALADI tem como objetivo promover o desenvolvimento econômico e social entre os países da América Latina e pode ser considerada um organismo intergovernamental. Foi composta por doze-países como Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Cuba, Equador, México, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela. Conforme Wurth (2010), seus objetivos eram reduzir e eliminar as barreiras ao comércio entre os países membros, impulsionar o desenvolvimento e cooperação entre os povos latino-americanos, promover o desenvolvimento econômico e social da região de forma harmônica e equilibrada para garantir um melhor nível de vida para seus povos e criar áreas de preferência econômica.

Em 1986 ocorreu a Rodada Uruguai na cidade de Punta del Este, para Haffner e Vidal (2012, p. 96), no início da década de 80, “muitos países em desenvolvimento reclamavam da falta de acesso de seus produtos nos mercados desenvolvidos, assim como os EUA alegavam que suas patentes eram mundialmente violadas”.

Assim, a Rodada Uruguai tinha o objetivo de ampliar a discussão de temas voltados para o comércio e propriedade intelectual, além de pautas voltadas para produtos agrícolas que até então era pouco discutida a nível mundial. A Rodada Uruguai se estendeu até 1994, e ao fim 123 países assinaram a criação da OMC, que estabelecia maior integração dos produtos oriundos desses países no âmbito internacional.

De acordo com Haffner e Vidal (2012), a Rodada Uruguai consolidou os objetivos da tese neoliberal, influenciada pela política agressiva de Reagan. No caso do Brasil, fortaleceu e consolidou a nova metodologia baseada na inserção multilateral. Além disso, a administração de Collor tinha como preceito aproximar os laços com os EUA.

Nesse sentido, Haffner e Vidal (2012, p. 98) elencam que poderiam ser estabelecidas três metas para o Brasil no primeiro momento de governo Collor: “a) atualizar a agenda internacional do Brasil por conta do novo contexto internacional; b) construir um relacionamento alinhado com os EUA; e c) negligenciar o perfil terceiro-mundista do país”.

Para estreitar as relações regionais latino-americanas quatro países decidiram juntar-se para formar um mercado comum com propósito de construir parcerias estratégicas. Essa formação estaria assegurada pela ALADI através do Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento assinado inicialmente entre Brasil e Argentina em 1988 e que já possuíam aproximação na pauta comercial e fixava que outros países poderiam se unir para formar um espaço econômico comum regional e livre de obstáculos como tarifas de importação e exportação. Esse Tratado, mais tarde, foi integrado por outros dois países que vieram a formar o Mercosul.

Dessa forma, em 26 de março de 1991, foi assinado o Tratado de Assunção entre Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai, que estabelecia a formação do Mercado Comum do Sul (Mercosul) com o propósito da livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos entre esses países. De acordo com Bandeira (2004, p. 63), o “Mercosul foi um ensaio para a liberalização geral do comércio, conforme a ideologia neoliberal e livre-cambista dos governos Collor e Menem”. Bandeira (2004) também comenta que o Mercosul serviu como instrumento adicional para a aceleração da liberalização da economia brasileira, sem discrepar das grandes linhas do Consenso de Washington, isso porque:

[...] transformou o programa bilateral de integração Brasil-Argentina, com mecanismo graduais e adaptados às peculiaridades dos diversos setores econômicos, em um esquema automático e acelerado de redução e eliminação de tarifas, incorporando o Uruguai e o Paraguai e tornando a Tarifa Externa Comum instrumento auxiliar do processo geral de liberalização do comércio, sem propor efetivamente, os mecanismos para a coordenação de políticas macroeconômicas (BANDEIRA, 2004, p. 63).

Portanto, o Mercosul foi fundamental para a liberalização do comércio e integração mais competitiva desses países. Conforme citado por Wurth (2010), constituem-se como outros objetivos a criação desse Bloco econômico: dinamizar as economias de escala através de incrementos na produção para cada país-membro, estimular o comércio com o resto do mundo, tornar mais atraente os investimentos na região e balizar as ações dos setores privados que seriam os principais motores de integração.

De acordo com Macadar (1991, p. 192), o Mercosul implica em três pontos:

Primeiro, a livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos entre os países, através da eliminação dos direitos aduaneiros e restrições não tarifárias à circulação de mercadoria e de qualquer outra medida equivalente. Segundo, o estabelecimento de uma tarifa externa comum e a adoção de política comercial, além de fóruns econômicos, comerciais regionais e internacionais. Terceiro, a coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais entre os Estados-partes: de comércio exterior, agrícola, industrial, fiscal, monetária, cambial e de capitais, serviços, alfandegária, transportes e comunicação.

Além das implicações, Macadar (1991, p. 192), correlaciona os principais instrumentos que deveriam ser adotados até a entrada em vigor do Mercosul, são eles: “a) programa de liberalização gradual de comércio, através de reduções tarifárias progressivas; b) coordenação das políticas macroeconômicas; c) uma tarifa externa comum e d) adoção de acordo setoriais”.

De acordo com o Corseuil e Kume (2003), a implantação do Mercosul favoreceu as exportações brasileiras, no qual registraram um crescimento de 315% entre 1990 e 1998. Conforme a Tabela 14, é possível identificar que a partir dos anos 90 a participação das

exportações brasileiras para o Mercosul possui um elevado índice de crescimento, passando de 4,2 em 1990 para 11,4 em 1993.

Tabela 14 - Participação das exportações brasileiras no Mercosul e no resto do mundo -1990-1998

Anos	Argentina	Paraguai	Uruguai	Mercosul	Resto do mundo
1990	2,1	1,2	0,9	4,2	95,8
1991	4,7	1,6	1,1	7,4	92,6
1992	8,5	1,5	1,4	11,4	88,6
1993	9,5	2,5	2,0	14,0	86,0
1994	9,5	2,4	1,7	13,6	86,4
1995	8,7	2,8	1,7	13,2	86,8
1996	10,8	2,8	1,7	15,3	84,7
1997	12,8	2,7	1,6	17,1	82,9
1998	13,2	2,4	1,7	17,3	82,7

Fonte: Corseuil e Kume (2003).

Para Macadar (1991, p. 190) a “formação de grandes espaços econômicos unificados – blocos regionais- é uma tendência irreversível e estaria causando modificações nos fluxos do comércio mundial, alterando a importância relativa das regiões e levando a medidas protecionistas intrabloco”.

Nesse aspecto, além do Mercosul, outros blocos econômicos foram criados para aproximar as relações comerciais entre os países, como por exemplo o *North American Free Trade Agreement* (NAFTA), que foi assinado em 1992 e está em vigor desde 01 de janeiro de 1994. O NAFTA estabelece acordo de livre comércio entre Estados Unidos, Canadá e México, através de redução de alíquotas de mercadorias. A Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), criada em 1967 entre dez países asiáticos para promover a integração econômica, também pode ser citada como exemplo de bloco econômico. Além disso, pode ser citada a União Europeia, no qual foi criada em 1993 e contempla vinte e sete países situados na Europa e possui o objetivo de integração econômica e política entre esses países. Por último, a Cooperação Econômica Ásia-Pacífico (APEC), criada em 1989 com o objetivo de promover a cooperação econômica de livre comércio na região da Ásia e Pacífico.

Por fim, de acordo com Haffner e Vidal (2012), a abertura comercial iniciou um novo período de livre mercado, porém a crescente saída líquida de capitais do Brasil e queda na taxa de investimento, tiveram como efeito o crescente obsolescimento do setor industrial, forte deterioração da infraestrutura e aumento na taxa de desemprego, o que proporcionou forte contração econômica no período de 1990-1992.

5.3 O PLANO MARCÍLIO E A ORTOXIA ECONÔMICA

Marcílio Marquês Moreira assumiu o Ministério da Fazenda em 10 de maio de 1991 e permaneceu até 02 de outubro de 1992. Marcílio atuou como embaixador do Brasil junto aos Estados Unidos no período de 1986 até 1991, além disso, trabalhou como vice-presidente do Unibanco no período de 1968 até 1983. Andrei e Sampaio (1995) contam que a substituição econômica foi apresentada como um reforço da orientação neoliberal em relação a gestão econômica, além da aproximação dos credores externos e financeiros. O ministro era bem-visto pelo empresariado e comunidade financeira, porém não possuía vínculos políticos evidentes, o que se fazia necessário principalmente pelo momento vivido pelo governo.

De acordo com Bresser-Pereira (1992, p. 91), o “Plano Marcilio era o décimo primeiro plano de estabilização aplicado no Brasil desde que, em 1979, o se desencadeou a crise atual”. O plano se tratava de um clássico conjunto de medidas de estabilização de cunho ortodoxo²⁶, aprovado em janeiro de 1992 pelo FMI. Sallum Junior (2015) comenta que a reação do empresariado em relação à nova equipe econômica foi cautelosa, devido ao potencial recessivo da ortodoxia fiscal e monetárias prometidas, mas positiva nos termos de uma renegociação da dívida externa e captação de novos externos.

As medidas de Marcilio não apresentaram um plano específico, assim como foi nas duas primeiras fases do governo, porém ficou popularmente conhecido como Plano Marcilio. Os primeiros meses da nova gestão foi marcado pela elevação dos índices de inflação, descongelamento de preços, elevação da taxa de juros e liberação dos cruzados bloqueados no início da gestão de Collor. A liberação dos preços ocorreu entre maio e setembro de 1991, o que foi considerado acelerado. De acordo com Andrei e Sampaio (1995), a liberalização dos preços ocorreu com base no relaxamento progressivo via câmaras setoriais em meio a uma rápida elevação da inflação. No mês de setembro praticamente todos os preços encontravam-se liberados.

A pressão da população e empresariado pelo desbloqueio dos cruzados novos, além de diversas decisões judiciais, fez com que o governo antecipasse a liberação que estava prevista para o dia 15 de setembro para 15 de agosto. De acordo com Andrei e Sampaio (1995, p. 29), a devolução voluntária “visava reforçar a credibilidade e combater a crescente incerteza quanto

²⁶ De acordo com Salvo (1998, p. 31), os planos ortodoxos são aqueles que contiveram no cerne de seu diagnóstico a inflação como fenômeno provocado pelo excesso de demanda. Através dos choques ortodoxos realizam-se um corte na expansão monetária, redução do déficit público e liberalização dos preços.

à condução da política econômica”. A liberação dos cruzados atingiu somente as contas com saldos de até Cr\$ 200 mil (US\$ 600), abrangendo um volume de recursos de aproximadamente US\$ 2 bilhões (ANDREI; SAMPAIO, 1995).

Com o desbloqueio dos cruzados novos, o governo criou os Depósitos Especiais Remunerados (DER), um ativo com liquidez diária e rentabilidade acima de outras aplicações financeiras, no qual seriam destinados os valores desbloqueados. O DER foi criado devido ao receio do governo de que com a liberação dos valores bloqueados houvesse um aquecimento do consumo e crédito. Os desbloqueios das contas fizeram com que a inflação aumentasse de 12,88% em agosto para 18,44% em dezembro. Além disso, a política de altas nas taxas de juros teve efeitos colaterais, pois a partir de outubro o Bacen passou a remunerar seus títulos acima de 3% a 4% acima das taxas reais (SILVA, 2002). Mesmo com a elevação na taxa de juros, não foi o suficiente para conter o avanço da inflação e a desestabilidade do cenário macroeconômico.

Sallum Junior (2015), comenta que em setembro a pesquisa do Datafolha mostrou que o prestígio do governo estava em queda: 42% da população o considerava ruim ou péssimo, contra apenas 18% que consideravam seu governo bom ou ótimo.

A partir de setembro de 1991, percebe-se uma maior preocupação na aproximação com o mercado internacional. As negociações com o FMI marcaram uma tentativa de aproximação com os Estados Unidos, principalmente porque o fundo estava atrelado as medidas propostas no Consenso de Washington. Nesse sentido, a gestão de Marcílio obteve avanços consideráveis, o gerente do fundo fez diversas visitas ao Brasil para demonstrar apoio junto a equipe econômica. Além disso, o governo enviou uma carta de intenções ao FMI com a promessa de reduzir a inflação para 2% no final 1992, o que naquele cenário era algo inviável. O economista Pedro Malan foi nomeado para realizar as negociações da dívida externa com o FMI. Em julho de 1992 o governo e o fundo chegaram a um acordo de princípios (*agreement in principle*) pré-fixado nos moldes do Plano Brady²⁷. Malan (2019, p. 19) comenta que havia sido negociado um “bônus de desconto (*discount bond*) que fazia com que uma dívida de US\$ 100 se transformasse em uma dívida de US\$ 65, ou seja, oferecia um deságio de 35%, por exemplo”. Ainda Malan (2019, p. 19) conta que havia um “bônus par (*par bond*), no qual a dívida não tinha seu valor reduzido, mas uma estrutura de juros que começava abaixo do

²⁷ Com relação ao Plano Brady, Giambiagi (2011) descreve que este plano foi anunciado em março de 1989 com o objetivo da reestruturação da dívida soberana de 32 países, mediante a troca desta por bônus de emissão do governo do país devedor, que asseguravam o abatimento da dívida. No Brasil, esta negociação iniciou em 1992 e findou em 1994.

mercado e ia aumentando gradualmente, esse *par bond* tinha um prazo de 30 anos”. A negociação da dívida iniciou em junho de 1991 e foi concluída apenas em abril de 1994 e os US\$ 60 bilhões de uma dívida impagável foi definida por novos instrumentos que não existiram em nenhuma outra negociação sob os moldes do Plano *Brady*. A negociação com o FMI foi considerada uma vitória, embora tenha sido finalizada dois anos depois.

No mês de janeiro de 1992 o governo introduziu um novo termo no meio de suas discussões, Ramaís (2009) comenta que Collor enviou uma carta para o Congresso Nacional ao qual intitulava seu governo como “social-liberal”, convidando o país para implementar o social-liberalismo como um sistema econômico. De acordo com Mello (1992, p. 10), o social-liberal consiste em uma ideologia que a paixão da liberdade não exclui – pelo contrário, pressupõe – a busca da justiça através de esforço permanente de dar a todos efetiva igualdade de oportunidades e de uma expansão constante do horizonte social dos direitos humanos.

A nova fórmula proposta e defendida por Collor tinha urgência em trazer uma nova filosofia política e econômica, já que as demais haviam falhado. Segundo Collor, o liberalismo conservador não correspondia ao desenvolvimento e modernização de sociedades em mudança. Além disso, afirmava que a era do individualismo, da tecnologia avançada, globalização econômica e livre barganha salarial, do neocapitalismo, exigia propostas criativas para a gerência de situações sociais que não estavam no mapa histórico. Na verdade isso não passava de um reforço que o estado deveria ser menos produtor e mais promotor no que tange às estratégias de desenvolvimento econômico e social.

Em fevereiro de 1992 observou-se uma redução da inflação para 21,4%, e esse índice manteve-se em queda até abril com percentual de 19,93. De acordo com Andrei e Sampaio (1995), essa queda foi provocada pela contenção dos reajustes de tarifas de câmbio, juros, preços dos alimentos, das matérias primas e dos custos salariais. Esses fatores foram ocasionados por uma contração da demanda e aumento do número de demissões. Até o afastamento do presidente, em 29 de setembro de 1992, os demais indicadores apresentaram tímido crescimento, com destaque para as taxas de investimento que apresentaram o menor indicador desde a metade do século.

No dia 02 de outubro, Marcílio deixou seu cargo de Ministro da Fazenda, no qual foi ocupado pelo advogado e político Gustavo Krause. Collor já havia sido afastado do governo devido ao processo de impeachment realizado pelo Congresso. Sofreu acusações de corrupção em um esquema de tráfico de influência comandado por seu assessor Paulo César Farias, o que marcava o fim das tentativas infrutíferas no combate à inflação. A presidência passa a ser ocupada pelo vice de Collor, Itamar Franco.

5.4 COLLOR E PROCESSO DE IMPEACHMENT – DA ASCENÇÃO AO DECLÍNIO

Fernando Collor de Mello ficou conhecido popularmente ao se candidatar para presidente do Brasil durante as eleições de 1989. O jovem que atacava incansavelmente as ações do governo anterior e dizia ser o único capaz de recuperar a economia brasileira, no qual vivia com a inflação e remarcações de preços constantes. Collor, o caçador de marajás e que prometia melhores condições de vida para os descamisados, nome ao qual atribuiu à população de baixa renda, foi eleito no segundo turno com 53,03% dos votos válidos.

Antes mesmo de ocupar o cargo de presidente da república, realizou uma viagem mundial em busca de credibilidade do Brasil com o exterior, que havia sido perdida durante os anos 80 com a *década perdida*. Mesmo com diversos planos heterodoxos e ortodoxos de combate à inflação, não obteve sucesso. A perda de apoio popular, empresarial e os diversos conflitos com o Congresso fizeram que sua imagem aos poucos ficasse comprometida. Muito além dos problemas externos, Collor viveu momentos conturbados com pessoas próximas ligadas a seu governo e de sua própria família.

Os conflitos que levaram o *impeachment* do presidente se iniciaram em junho de 1991, e pode ser considerado a ponta do *iceberg*. Neste mês, Paulo César Farias, popularmente conhecido como PC Farias, conforme ilustrado anteriormente, era assessor financeiro e amigo de longa data de Collor, realizou a compra do Jornal Tribuna de Alagoas. Lemos (2009) comenta que o jornal tinha todas as condições para dominar o mercado e isso não agradou ao irmão do então presidente, Pedro Collor. Pedro dirigia o jornal da família, Gazeta de Alagoas e em dezembro com receio da concorrência levantou suspeitas referente a origem do dinheiro utilizado para a compra do jornal de PC Farias.

Em outubro de 1991 um novo escândalo envolvendo o governo foi anunciado, de acordo com Ibarгойen (2019, p. 43), o Jornal *O Globo* “capitulou e denunciou o exército por compras superfaturadas de lençóis e fardas para a tropa, no mês posterior uma auditoria comprovou a denúncia, mas o exército foi inocentado”.

No mês de novembro de 1991, outras denúncias foram realizadas, dessa vez, envolvendo membros do Ministério da Saúde. O ministro Alcení Guerra (Ministério da Saúde) foi acusado de prevaricação²⁸ no “escândalo das bicicletas”. Ele havia sido acusado de comprar 23.500 bicicletas, além de guarda-chuvas, mochilas e materiais médicos (seringas, vacinas e medicamentos). As acusações voltavam-se para o superfaturamento desses produtos, ou seja,

²⁸ Terminologia utilizada para definir crimes praticados por funcionários públicos contra a Administração Pública.

estavam sendo comprados por um valor muito acima do comum. O ministro foi levado a julgamento em dezembro daquele ano pelo STF, porém acabou sendo inocentado das acusações e em 23 de janeiro de 1992 Alcení deixou o governo com a reputação de corrupto.

Em janeiro de 1992, Collor anunciou que iria realizar uma reforma ministerial para afastar qualquer imagem de corrupção de seu governo. No meio desse cenário conturbado, Collor encontrava dificuldades para realizar o reajuste de 147% dos salários dos aposentados no qual o STF havia definido como devido em dezembro de 1991. Embora Collor tenha tentado reverter esse reajuste afirmando nas mídias de rádio e televisão que o governo não possuía recursos para arcar com esse reajuste, o ataque de jornais ao então presidente foi impiedoso.

Esses ataques alegavam que o governo havia abandonado os idosos e que a Previdência estaria sendo destruída pelo governo de Collor. Além de Collor, o ministro do Trabalho e Previdência, Antônio Magri, era alvo de ataques da mídia e diversos protestos foram realizados pelos aposentados em busca do reajuste salarial. De acordo com Sallum Junior (2015), no dia 20 de janeiro foi assinado o Decreto nº 430 que transformava em crédito precatório a dívida dos aposentados e pensionistas e que seria paga apenas em 1993. No mesmo dia, Antônio Magri deixava o ministério.

Em 19 de fevereiro de 1992, Pedro Collor concedeu uma entrevista à Revista Veja no qual acusava PC Farias de utilizar a amizade com o presidente para obter vantagens para enriquecer. Além disso, afirmou que estaria reunindo um “dossiê explosivo” contra PC Farias.

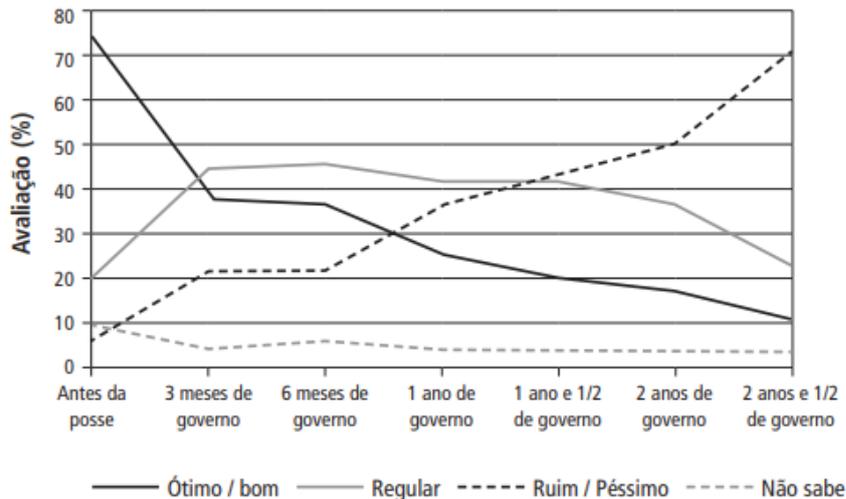
Sallum Junior (2015) comenta que a reportagem afirmava que, se o dossiê viesse a público, Collor sofreria *impeachment* em 72 horas. Além da reportagem concedida por Pedro Collor, no mês subsequente a Revista Veja publicou outras reportagens que ligavam o governo de Collor à corrupção, com destaque para o ex-ministro do Trabalho e Previdência Antônio Magri, no qual era acusado de receber um suborno de US\$ 30 mil para liberar recursos do FGTS para obras no Acre.

De acordo com Lemos (2009), enfraquecido pelas denúncias de corrupção, Collor realizou, em 12 de março, uma reunião ministerial no qual anunciou o fim da impunidade no país, no qual seria realizado uma rigorosa fiscalização sobre o uso de bens públicos. No dia 22 de março, o Secretário de Assuntos Estratégicos, Pedro Paulo Leoni Ramos foi acusado de realizar esquemas vantajosos na Petrobras, denominado “esquema PP”.

Em março de 1992 o DataFolha realizou uma pesquisa de opinião popular, no qual de acordo com o Gráfico 8, apenas 15% dos entrevistados declaravam o governo como bom ou ótimo, 48% achavam o governo ruim ou péssimo e 35% avaliavam o governo regular. É possível observar a queda de avaliação que considerava o governo ótimo ou bom a partir do

terceiro mês de governo. Em contrapartida, a linha pontilhada que define o governo como ruim ou péssimo tem um aumento considerável a partir do sexto mês do governo Collor. Fica evidente a queda do apoio popular que o governo possuía antes de sua posse.

Gráfico 8 - Avaliação do governo Collor – 1990 -1992



Fonte: Sallum Junior e Casarões (2011).

Com a crise política instaurada em seu governo, Collor decidiu avançar com a reforma ministerial no final de março e com isso induziu um pedido de demissão coletiva de diversos ministros que estavam sob seu governo. Collor convidou nomes para os cargos que pudessem trazer algum tipo de imagem positiva para o governo.

Não satisfeito com a repercussão obtida em fevereiro, Pedro Collor enviou uma série de documentos demonstrando irregularidades de empresas obtidas por PC Farias. Dessa forma, no dia 10 de maio, a Revista *Veja* publicou um dossiê com informações de sete empresas no exterior obtidas por PC Farias de forma irregular. Em meio a esse escândalo, a mãe de Collor, Leda Collor, destituiu Pedro Collor do grupo empresarial da família alegando que Pedro não possuía condições psicológicas de conduzir os negócios da família. Contrariado a essa atitude, Pedro Collor decide submeter-se a um teste psicológico e o resultado foi que Pedro não possuía problemas mentais.

Além disso, no dia 23 de maio, Pedro Collor realizou uma nova entrevista com a *Revista Veja* no qual alegava que PC Farias era “testa de ferro”²⁹ de Collor, além de afirmar que quando jovem Collor o influenciara a usar drogas ilícitas, o que chocou a população. Bandeira (2004,

²⁹ Nome popular dado para quem empresta seu nome ou realiza mediação de transações financeiras fraudulentas.

p. 78) conta que “PC Farias cobrava comissões de 40% por todos os contratos do governo e decisões políticas, desse valor embolsava 30% do dinheiro e 70% era destinado a Collor”. De acordo com Sallum Junior (2015, p. 201), “a reação de Collor foi rápida e no dia 25 de maio divulgou uma “Carta à Nação” no qual alegava que as acusações do irmão eram insensatas e falsas e iria processá-lo por crime de calúnia”.

No dia 25 de maio, a Polícia Federal decidiu instaurar uma investigação sobre as atividades de PC Farias. De acordo com Lemos (2009), no dia 26 de maio, a Câmara dos Deputados aprovou a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para apurar as denúncias realizadas por Pedro Collor.

Os partidos políticos de esquerdas rapidamente se organizaram pela defesa da saída do presidente, partidos como PT e PC do B, além da UNE e CUT passaram a adotar palavras de ordem como “Fora Collor”, “*Impeachment Já*”, “Fora Collor e Eleições Gerais”, entre outras. Em junho surgiram movimentos que defendiam a fiscalização da CPI, como foi o caso da Vigília pela Ética na Política, no qual estendiam o convite à comunidade para fiscalizar e punir os políticos corruptos. Neste mesmo mês, as entrevistas e depoimentos da CPI se iniciaram e, no dia 09 de junho, PC Farias presta depoimento na CPI e as suspeitas sobre possibilidade de tráfico de influência e sonegação fiscal aumentaram.

As investigações prosseguiram, até então, Collor mesmo sem apoio popular, continuava seu governo. Entretanto, de acordo com Sallum Junior (2015), no dia 28 de junho circulou uma edição da *Revista IstoÉ* no qual havia sido realizada uma entrevista com o motorista da Secretária de Collor, Ana Acioli. Ainda conforme Sallum Junior (2015), na entrevista, o motorista Francisco Eriberto França declarou que PC Farias custeava as despesas da casa do presidente, a Casa da Dinda, e fazia depósitos para seus parentes, como a esposa, a ex-esposa e a irmã. A Casa da Dinda era a mansão da família de Collor, localizada no Distrito Federal, no qual o presidente escolheu para residir durante seu mandato presidencial.

De acordo com Carneiro (1999, p. 65), “desde o início das investigações denunciadas por Pedro Collor, a *Revista IstoÉ* concluiu que se houvesse ligações entre o esquema de PC Farias com membros do Planalto o caminho mais estratégico para investigar seria através de um levantamento minucioso do círculo mais íntimo do Planalto”. As repercussões das investigações de Collor foram notícia internacional, nos jornais *New York Times* (Estados Unidos) e *The Guardian* (Reino Unido).

No dia 30 de junho Collor argumentou em cadeia nacional de televisão e rádio que as acusações do motorista Francisco Eriberto França eram falsas e que não havia provas que atestassem tais fatos. Com a credibilidade cada vez mais baixa, nos dias 09 e 10 de julho, Sallum

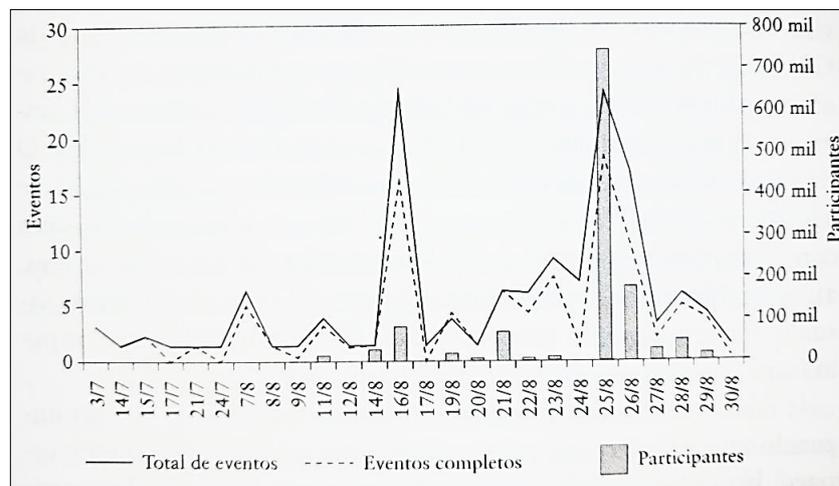
Junior (2015, p. 230) comenta que Collor “anunciou em rede nacional o acordo sobre a dívida externa com os bancos credores e comemorou o encerramento de 10 anos de crise, além de ter sido o acordo mais favorável assinado por países do Terceiro Mundo”. Com o anúncio do acordo com o FMI, Collor obteve um fôlego, mesmo que breve, em relação as críticas e acusações de seu governo, isso porque a renegociação foi vista como positiva entre os empresários e políticos.

As investigações seguiram e no dia 20 de julho o Banco Central entregou para a CPI diversos extratos bancários que ligavam PC Farias à família de Collor. Os documentos demonstravam pagamentos e transferências realizados para a esposa de Collor, o que ficava claro os repasses de verbas para familiares do presidente. Os depoimentos prosseguiram e em 27 de julho foi a vez de Claudio Vieira, ex-chefe do gabinete pessoal de Collor. Claudio Vieira negou que a família de Collor fosse ligada a esquemas de corrupção de PC Farias e afirmou que os valores das empresas provenientes das empresas de PC eram na verdade de empréstimos realizados no Uruguai, o que ficou conhecido como Operação Uruguai. A CPI concedeu um prazo de três dias para que Claudio Viera enviasse os documentos comprobatórios, porém o mesmo não ocorreu e Claudio notificou que tudo não passou de uma farsa.

Na busca por algum certo tipo de apoio, Collor solicitou ao povo ir às ruas vestidos com as cores da bandeira do Brasil, porém o que se viu foi um número inexpressivo de trezentas pessoas em frente à residência do presidente. Em resposta aos atos convocados pelo presidente, Lemos (2009) conta que a crise trouxe o retorno dos estudantes à atividade política sob a liderança da UNE. Os estudantes saíram às ruas com os rostos pintados nas cores verde e amarelo em contraposição ao governo e ficaram conhecidos como caras-pintadas. Além disso, no dia 16 de agosto milhares de jovens estudantes e manifestantes vestidos de preto foram às ruas protestar e solicitar *impeachment* do presidente Collor.

A crise do lado do governo se agravou ainda mais nos dia 19 de agosto e 21 de agosto, no qual, durante a investigação da CPI, houve uma denúncia que a reforma da Casa da Dinda havia sido realizada por uma das empresas de PC Farias e que as contas de Ana Acioli e PC Farias não haviam sido bloqueadas durante o confisco realizado no início do governo de Collor. No dia 25 de agosto novamente milhares de pessoas foram às ruas protestar contra Collor e solicitar seu *impeachment*. Conforme o Gráfico 9, é possível observar as manifestações realizadas pela população. Observa-se que os picos de manifestações ocorreram nos dias 16 e 25 de agosto. Além disso, o número de manifestantes ficou em torno de 700 mil no dia 25 de agosto, ou seja, sete vezes maior do que a manifestação ocorrida em 16 de agosto.

Gráfico 9 - Manifestações de massa: Total de eventos, eventos completos e participantes
(3 de julho a 30 de agosto de 1992)



Fonte: Sallum Junior (2015).

Com os documentos que ligavam PC Farias à Collor, o relatório final da CPI foi aprovado no dia 26 de agosto e recomendado que fosse realizado *impeachment* do presidente. No dia 1º de setembro foi entregue o pedido de *impeachment* ao presidente da Câmara, onde Collor anunciou que não renunciaria ao cargo de presidente. De acordo com Lemos (2009), Collor e seus aliados se dispuseram a pagar US\$ 1 milhão por voto contra a abertura do processo, dois parlamentares haviam aceitado e recebido o dinheiro, porém traíram o presidente durante a votação. A votação ocorreu na Câmara no dia 29 de setembro de 1992 e o processo de *impeachment* recebeu 441 votos a favor e 38 votos contra.

Dessa forma Collor foi afastado da presidência e substituído pelo seu vice Itamar Franco. Em 29 de dezembro, Collor renunciou à presidência e foi condenado a oito anos de ilegitimidade. Dois anos mais tarde, em 12 de dezembro de 1994, Collor e PC Farias foram inocentados devido à falta de provas, porém Collor permaneceu proibido de praticar atos políticos durante oito anos. Collor mudou-se para os EUA e mais tarde voltou a morar no Brasil.

Já PC Farias, alguns dias depois foi condenado a sete anos de prisão acusado de movimentar contas fantasmas. Em 1996, PC Farias foi encontrado morto em uma praia na região Nordeste do país, junto com sua namorada.

Itamar Franco assumiu a presidência de forma interina no período de 1992 até 1995 e foi muito aclamado para minimizar a crise social e democrática que prevalecia no país devido ao *impeachment* de Collor. Durante seu discurso de posse, enfatizou que não haveria corrupção em seu governo. O governo de Itamar ficou marcado pela criação do programa de estabilização econômica denominado Plano Real, que permanece até os dias atuais.

6 CONCLUSÃO

No presente trabalho buscou-se analisar os impactos do Neoliberalismo na economia brasileira período do governo de Fernando Collor de Mello no período de 1990 até 1992.

Conforme ilustrado, desde o início de sua candidatura para a presidência da república, Collor obteve rápida ascensão no meio político, até então era pouco conhecido nacionalmente. Collor não poupou recursos de *marketing* para promover sua imagem através dos meios de telecomunicação. Oriundo do partido político que tinha pouca representatividade na bancada nacional, saiu vitorioso nas eleições de 1989. Collor venceu o 2º turno com 53,03% dos votos válidos. A vitória de Collor marcava uma nova fase na economia brasileira a partir dos anos 90. Ele não era um simples presidente, ele representava o retorno da democracia popular brasileira que ficou adormecida por vinte e um anos devido ao regime militar.

Na área econômica, Collor tentou seguir o receituário das medidas neoliberais postuladas pelo Consenso de Washington. Desde os anos 70, essa nova doutrina que nasceu em contraposição ao Welfare State já havia sido testada em outros países, inclusive na América Latina. Após o fim da Guerra Fria e queda do Muro de Berlim em 1989, os Estados Unidos foram hegemônicos em recomendar aos países latino-americanos o receituário que prometia a fórmula mágica para a recuperação e estabilização da economia, que passava por uma profunda crise devido aos elevados níveis de inflação.

Ao se eleger presidente, Collor tratou aproximar as relações entre Brasil e Estados Unidos, que havia sido prejudicada durante a *década perdida*. Antes mesmo de assumir a presidência realizou uma viagem a diversos países em busca da credibilidade perdida durante os anos 80. A super turnê, como ficou conhecida essa viagem, foi uma estratégia inteligente do governo, isso porque buscava aproximação das relações comerciais. Buscou abandonar o modelo desenvolvimentista e protecionista adotado pelos governos brasileiros até o final dos anos 80, para adotar medidas de livre-comércio e mínima intervenção estatal.

Ao anunciar o Plano Brasil Novo em março de 1990, deixou toda a população perplexa com as medidas drásticas para combater a inflação inercial que se aproximava de 82,2% naquele mês. O Plano Brasil Novo não foi capaz de combater os acelerados índices de inflação, dessa forma instituiu o Plano Collor II em 1991. Após o fracasso do segundo plano, Zélia Cardoso é substituída por Marcílio Moreira em 1991.

Uma das medidas consideradas mais impactantes foi o bloqueio da liquidez, no qual confiscou aproximadamente 75% dos ativos financeiros, ou seja, US\$ 34 bilhões foram bloqueados. Os ativos foram devolvidos em agosto de 1991, embora tenha reduzido

temporariamente a inflação. O bloqueio da liquidez causou diversos impactos econômicos, isso porque houve uma rápida monetização dos ativos, devido à falta de controle e medidas de estabilização do Bacen. Mesmo com a adoção do câmbio flutuante, o governo elevou diversas vezes a taxa de juros para tornar os títulos mais atrativos e controlar o crédito, o que ia contra as medidas postulada no Consenso de Washington, que defendia que as taxas de juros deveriam ser reguladas pelo mercado.

Além disso, reduziu o número de ministérios e demitiu cerca de 108 mil funcionários públicos. Privatizou cerca de dezenove empresas estatais para reduzir o déficit público. Também congelou preços e instaurou pena de cinco anos para quem remarcasse preço sob pena de abuso econômico. Os salários permaneceram inalterados e não acompanhavam a inflação, o que afetou a classe de trabalhadores de baixa renda.

Os gastos nas áreas sociais permaneceram praticamente estagnados ou reduzidos durante o mandato de Collor. Houve redução nos gastos com alimentação e nutrição, saúde, educação e cultura, área do trabalho, assistência e previdência. Estas áreas são de extrema importância para o desenvolvimento e crescimento de uma população, principalmente quando se trata de um país em desenvolvimento com elevados índices de pobreza que pouco evoluíram durante o governo Collor. O índice de pobres aumentou de 29,92% em 1989 e no final do para 30,62% em 1992, último ano do mandato de Collor. Os indicadores de renda apresentaram uma queda de 0,963 em 1990 para 0,924 em 1992, o que comprova que houve uma queda na renda da população brasileira. Os índices de educação também tiveram uma redução de 0,740 em 1990 para 0,623 em 1992.

Com a abertura comercial realizada durante o governo Collor, redução de tarifas e cortes de subsídios, houve aumento das importações e redução das exportações. A indústria foi um dos setores mais impactados, isso porque os produtos importados muitas vezes eram mais baratos do que os produtos nacionais. O índice de emprego no setor industrial em 1990 era de 15,52% e reduziu para 13,92% em 1992, o que comprova a perda postos de trabalho nesse setor. Mesmo com um superávit na Balança Comercial, durante de período de 1990 observou-se um aumento das importações em relação as exportações. Além disso, o Mercosul foi um fator positivo, no qual estreitou as relações comerciais com os países vizinhos Argentina e Uruguai. Porém, com a abertura comercial houve crescente saída de capitais e queda na taxa de investimento, o que ficou evidente o obsolescência do parque industrial brasileiro.

Collor viveu momentos conturbados em sua administração, a falta de apoio político foi um dos marcos durante sua trajetória na presidência. Isso porque Collor tinha um jeito único de governar, dizia não precisar de apoio político. Sem apoio político, não conseguiu aprovar

inúmeras medidas enviadas ao Congresso. Com a política econômica, perdeu apoio popular e do empresariado afortunado que o apoiava durante sua candidatura.

Na metade de 1991, iniciou os conflitos entre seu assessor PC Farias e seu irmão Pedro Collor. Pedro acusava PC Farias de ser testa de ferro de Collor e realizar esquemas de corrupção e tráfico de influência. Com as medidas econômicas cada vez mais esgotadas, as denúncias de corrupção fizeram com que multidões fossem às ruas pedir a saída de Collor. No dia 29 de setembro de 1992 ocorreu o processo de *impeachment* de Collor, no qual foi afastado da presidência da república e em dezembro renúncia ao cargo de presidente.

O mandato de Collor foi extremamente controverso e não conseguiu estabilizar a inflação que tanto assolava a economia brasileira. As medidas neoliberais que o governo tentou implementar com a redução do estado mínimo causaram diversos impactos sociais e baixos níveis de desenvolvimento. Além disso, a abertura comercial causou aumento do desemprego interno e impactou diretamente o polo industrial que estava obsoleto.

Andrei e Sampaio (1995, p. 42), “argumentam que a resposta simplista proposta pela ortodoxia neoliberal para superar estes vícios – reduzir o estado às suas funções clássicas – baseiam se em um mimetismo ilusório em relação a outros países, tanto de Terceiro e Primeiro Mundo”.

A discussão por trás da ideologia política e econômica instaurada no Brasil durante o governo de Collor persiste até os dias atuais. Embora, conforme visto ao longo deste trabalho, é inegável o desejo de Collor implementar as ideias formuladas no Consenso de Washington, nascidas a partir do Neoliberalismo.

REFERÊNCIAS

ABREU, Fernando Krueger de. **A campanha de Collor chega ao segundo turno: estratégias discursivas para uma eleição presidencial no contexto histórico da década de 1980.** Monografia (Graduação em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

ALMEIDA, Monica Piccolo. **Reformas neoliberais no Brasil: a privatização nos governos Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso.** Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

ANDRADA, Alexandre. Quem, afinal, apoiou o Plano Collor?. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 38, p. 781-799, 2018.

ANDREI, C.; SAMPAIO, F. **Política econômica.** In: Gestão estatal no Brasil: limites do Liberalismo 1990-1992. São Paulo: FUNDAP, 1995.

APPY, Bernard. et al. **Política financeira.** In: Gestão estatal no Brasil: limites do Liberalismo 1990-1992. São Paulo: Fundap, 1995.

AVERBUG, André. **Abertura e integração comercial brasileira na década de 90.** In: GIAMBIAGI, Fabio; MOREIRA, Maurício Mesquita (Org.). A economia brasileira nos anos 90. Rio de Janeiro: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, 1999.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **As relações perigosas: Brasil-Estados Unidos (De Collor a Lula, 1990-2004).** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

BARRETO, Pedro Henrique. História–Bretton Woods. **IPEA**, v. 6, n. 50, maio 2009.

BARROTE, Alexandra Cristina. **Principais medidas de política econômica do governo Collor.** In: Gestão estatal no Brasil: limites do Liberalismo 1990-1992. São Paulo: Fundap, 1995.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro, o ciclo ideológico do desenvolvimentismo.** 5. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

BOBBIO, Norberto. **Dicionário de política.** Editora Universidade de Brasília, 1998.

BOITO JUNIOR, Armando. **Política neoliberal e sindicalismo no Brasil**. São Paulo: Xama Vm, 1999.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Crise econômica e reforma do Estado no Brasil**. São Paulo: Editora 34, 1996.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. 1992 - A estabilização necessária. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 12, n. 3, 1992.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. A crise da América Latina: Consenso de Washington ou Crise Fiscal? **Pesquisa e planejamento econômico**, v. 21, n. 1, abr. 1991.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **O décimo-primeiro plano de estabilização**. In: VELLOSO, João Paulo dos Reis (Coord.). **Combate à inflação e reforma fiscal**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008.

CARNEIRO, Camilo Pereira; FILIPPI, Eduardo Ernesto; VALENTI, Luiza Pecis. O cenário político econômico pós-guerra fria e a onda neoliberal na América Latina: um estudo de caso do Brasil, do Chile e da Argentina. **Conjuntura Austral**, Porto Alegre, v. 9, p. 29-45, jul./set. 2018.

CARNEIRO, Maria Cecília Ribas. **História da República brasileira: o governo Collor 1990–1994**. São Paulo: Três, 1999.

CARVALHO, C. E. As origens e a gênese do Plano Collor. **Nova Economia**, v. 16, n. 1, p. 101-134, 2006.

CARVALHO, Fernando Cardim de. **Bretton Woods aos 60 anos**. Novos Estudos, 2004.

CASARÕES, Guilherme Stolle Paixão. Em busca da credibilidade perdida: turnê global de Collor como presidente-eleito. **Associação Brasileira de Relações Internacionais**, v. 10, n. 2, jul./dez. 2015.

CORSEUIL, Carlos Henrique; KUME, Honorio. **A abertura comercial brasileira nos anos 1990: impactos sobre emprego e salário**. Rio de Janeiro: IPEA; Brasília: MTE, 2003.

COZENDY, Carlos Márcio. **Instituições de Bretton Woods**. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2013.

CRUSIUS, Yeda Rorato. O programa de estabilização do governo Collor: cento e dez dias depois. **Análise econômica**, Porto Alegre, v. 8, n. 13, p. 3-41, mar. 1990.

DATAFOLHA. **Intenção de voto presidente 1989 - 2º turno**. 2013. Disponível em: <https://datafolha.folha.uol.com.br/eleicoes/1989/11/1203338-intencao-de-voto-para-presidente-1989---1-turno.shtml>. Acesso em: 27 fev. 2022.

FGV. Instituto Brasileiro de Economia. **Índice de Preços ao Consumidor (IPC)**. Disponível em: <https://portalibre.fgv.br/estudos-e-pesquisas/indices-de-precos/ipc>. Acesso em 24 abr. 2022.

FURTADO, Milton Braga. **Síntese da economia brasileira**. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1998.

FRANCO, Gustavo. **História contada do Banco Central do Brasil**. Brasília: Banco Central do Brasil, 2019.

FRIEDMAN, Milton. **Capitalismo e liberdade**. Leya, 2019.

GAZETA DO POVO. Eleições 2018. **Resultado de todas as eleições presidenciais desde 1989**. 2018. Disponível em: <https://especiais.gazetadopovo.com.br/eleicoes/2018/resultados/resultados-eleicoes-presidenciais-desde-1989/>. Acesso em 25 fev. 2022.

GIAMBIAGI, Fabio. et al. **Economia brasileira contemporânea**. Rio de Janeiro: Campus, 2011.

GUARDIA, Eduardo Refinetti; QUADROS, Waldemir Luiz de. **Política fiscal**. In: Gestão estatal no Brasil: limites do Liberalismo 1990-1992. São Paulo: Fundap, 1995.

HAFFNER, Jacqueline; VIDAL, Camila Feix. A importância do neoliberalismo na entrada do Brasil na OMC e no multilateralismo como nova política governamental. **Conjuntura Austral**, Porto Alegre, v. 3, n. 9-10, dez. 2011/mar. 2012.

HARVEY, David. **Neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Loyola. 2005.

HOBSBAWM, Eric. **A Era dos extremos – O breve século XX (1914-1991)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HUBERMAN, Leo. **História da riqueza do homem**. Zahar Editores, 1981.

HUDSON, Michael. **La teología del libre mercado de los Chicago Boys**. Sin Permiso, 2010. Disponível em: <https://www.sinpermiso.info/textos/la-teologa-del-libre-mercado-de-los-chicago-boys>. Acesso em 14 abr. 2022.

IBARGOYEN, Loiret Chiappa. **O Fenômeno Collor: Quando a mídia transforma um “caçador” em cassado (1988-1992)**. Monografia (Graduação em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

IBGE. Estatísticas do século XX. **Século XX nas Contas Nacionais**. Rio de Janeiro, 2006.

IBGE. **Índice de Preços ao Consumidor INPC – IPCA**. Rio de Janeiro, dez. 1991.

IBGE. **Indicadores IBGE**. Rio de Janeiro, v. 9, n. 5, maio 1990.

IBGE. **Inflação**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/inflacao.php>. Acesso em: 24 abr. 2022.

JAGUARIBE, Hélio. **Política-de-clientela**. FGV, 1950. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/politica-de-clientela>. Acesso em: 29 mar. 2022.

KIRSTEN, Martin Branco. **O Consenso de Washington e os seus desdobramentos na economia brasileira**. Monografia (Graduação em Economia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

LAVINAS, Lena. et al. **Acessibilidade alimentar e estabilização econômica no Brasil nos anos 90**. Rio de Janeiro: IPEA, 1998.

LEMONS, Renato. **Fernando Collor de Mello**. FGV, 2009. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/collor-fernando>. Acesso em: 01 fev. 2022.

LIMA, Venício. **Televisão e política: hipóteses sobre a eleição presidencial de 1989**. **Comunicação e Política**, v. 9, n. 11, abr./jun. 1990.

LONGO, Carlos Alberto. **A economia brasileira de 1985 a 1994: a transição inacabada**. Editora Atlas, 1994.

LYNCH, Christian. Nada de novo sob o Sol: teoria e prática do neoliberalismo brasileiro. **Insight Inteligência**, Rio de Janeiro, v. 91, out./dez. 2020.

MACADAR, Beky Moron de. Mercado comum do sul (Mercosul) o multilateralismo na Aladi. **Indicadores Econômicos FEE**, v. 19, n. 1, p. 188-204, 1991.

MACIEL, David. O governo Collor e o neoliberalismo no Brasil (1990-1992). **Revista UFG**, v. 13, n. 11, ago. 2017.

MAGALHÃES, Felipe Nunes Coelho. O espaço do estado no Neoliberalismo: elementos para uma redefinição crítica. **GEOgraphia**, v. 18, n. 37, 2016.

MALAN, Pedro. **História Contada do Banco Central do Brasil**. Brasília: Banco Central do Brasil, 2019.

MARQUETTI, Adalmir Antônio; SCHERER, André Luis Forti. Crise mantém-se com o Plano Collor II. **Indicadores Econômicos FEE**, v. 19, n. 1, p. 28-35, 1991.

MARTINS, Luciano. Reforma da administração pública e cultura política no Brasil: uma visão geral. **Cadernos ENAP**, Brasília, n. 8, 1995.

MEDICI, André Cezar; MARQUES, Rosa Maria; SILVA, Sergio Luiz Cerqueira da. **Política social**. In: *Gestão estatal no Brasil: limites do Liberalismo 1990-1992*. São Paulo: Fundap, 1995.

MELLO, Fernando Affonso Collor de. **Agenda para o consenso: uma proposta social-liberal**. Brasília: Secretária de Imprensa, 1992.

MELLO, Fernando Affonso Collor de. **O Projeto de Reconstrução Nacional e o compromisso com a democracia**. Brasília: Senado Federal, 1990.

MORETI, Fernando Piloto. **Abertura comercial brasileira: contrapondo opiniões**. Araraquara: Unesp, 2011.

MUNNÉ, Pedro Isern. Del “Consenso de Washington” al “Consenso de Chile”. **CADAL**, v. 2, n. 13, 2004.

NAÍM, Moisés. O Consenso de Washington ou a Confusão de Washington. **Revista Brasileira de Comércio Exterior**, Rio de Janeiro, 2000.

NAKANO, Yoshiaki. As fragilidades do Plano Collor de Estabilização. **Revista Brasileira de Economia**. Rio de Janeiro, v. 45, p. 136-153, jan. 1991.

NAKATANI, Paulo; OLIVEIRA Fabrício Augusto de. **O Brasil sob a nova ordem**. A economia brasileira contemporânea: Uma análise dos governos Collor a Lula. São Paulo: Saraiva, 2010.

O GLOBO. **Collor bloqueia o dinheiro**. Rio de Janeiro, mar. 1990.

OLIVEIRA, Jane Souto de. **O traço da desigualdade social no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 1993.

OLIVEIRA, Júlio César de. Evolução do Índice de Desenvolvimento Humano do Brasil e dos países da América Latina e do Caribe, 1975/2004. **Análise – Revista de Administração da PUCRS**, v. 17, n. 1, 2006.

PACHECO FILHO, Calino Ferreira. Emprego e salário: Versão Collor II. **Indicadores Econômicos FEE**, v. 19, n. 1, p. 43-52, 1991.

PASTORE, Affonso C. A reforma monetária do Plano Collor. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 45, p. 157-174, jan. 1991.

PEREIRA, Alex Faria. **Planos de estabilização econômica: retrospecto e análise da legalidade dos atos normativos editados nos planos Bresser, Verão, Collor I e Collor II**. Tese (Mestrado em Direito) - Instituto Brasiliense de Direito Público, São Paulo, 2021.

PIKETTY, Thomas; SAEZ, Emmanuel. Income inequality in the United States, 1913–1998. **The Quarterly journal of economics**, v. 118, n. 1, p. 1-41, 2003.

PINHEIRO, Armando Castelar; GIAMBIAGI, Fabio. As empresas estatais e o programa de privatização do governo Collor. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, v. 22, n. 2, p. 241-288, 1992.

PINHEIRO JÚNIOR, Fernando Antônio França Sette. A evolução das políticas sociais no Brasil: o período de 1930 a 2010. **In: SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA**, 16., 2014.

RAMALHO, Valdir. Elementos para uma avaliação de confiscos monetários. **Revista Brasileira de Economia**, v. 47, n. 4, p. 533-564, 1993.

ROCHA, Sonia. **Pobreza e desigualdade no Brasil**: o esgotamento dos efeitos distributivos do Plano Real. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

SALLUM JUNIOR, Brasílio. **O impeachment de Fernando Collor**: sociologia de uma crise. São Paulo: Editora 34, 2015.

SALLUM JUNIOR, Brasílio; CASARÕES, Guilherme Stolle Paixão. O impeachment do presidente Collor: a literatura e o processo. **Lua Nova: Revista de cultura e política**, p. 163-200, 2011.

SALVO, Mauro. **As (hetero) ortodoxias dos planos de estabilização implantados no Brasil: do plano Cruzado ao Real**. Tese (Mestrado em Economia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1998.

SANTOS, Marcelo. A supremacia dos EUA no pós-guerra fria. **Perspectivas: Revista de Ciências Sociais**, v. 29, 2006.

SARTORI, Bianca de Barros. **O Plano Cruzado e seus resultados para o déficit brasileiro**. Monografia (Graduação em Economia) – Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 2006.

SCHWARZBACH, Eduardo de Paula. **Dívida pública interna**: Uma análise crítica do seu comportamento no Brasil, após Plano Real. Monografia (Graduação em Economia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

SENNES, Ricardo. **As mudanças da política externa brasileira nos anos 80**: uma potência média recém industrializada. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

SILVA, Rodrigo Rodrigues. **Uma análise dos planos de estabilização no Brasil**. Monografia (Graduação em Economia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

SILVEIRA, Ramaís de Castro. **Neoliberalismo: conceito e influências no Brasil - de Sarney a FHC**. Tese (Mestrado em Ciências Políticas) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

SPÍNOLA, Vera. Neoliberalismo: Considerações acerca da origem e história de um pensamento único. RDE - **Revista de Desenvolvimento Econômico**, Salvador, v. 6, n. 9, p. 104-114, jan. 2004.

WILLIAMSON, J. What should the World Bank think about the Washington Consensus? **The World Bank Research Observer**, v. 15, n. 2, p. 251-264, 2000.

WÜRTH, João Jorge. **Mercosul e países associados: histórico e análise dos seus indicadores macroeconômicos**. Monografia (Graduação em Economia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

ZORTÉA, Cristiano. **Análise dos planos econômicos brasileiros: fracassos e sucessos**. Monografia (Graduação em Economia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.